



SÉRIE
ESPADA DO
ESPÍRITO

CONHECENDO O PAI



DESCOBRINDO A VERDADEIRA ACEITAÇÃO

COLIN DYE

Conhecendo o Pai

Série a Espada do Espírito

- 01 *Oração Eficaz*
- 02 *Conhecendo o Espírito*
- 03 *O Governo de Deus*
- 04 *A Fé Viva*
- 05 *Glória na Igreja*
- 06 *Ministério no Espírito*
- 07 *Conhecendo o Pai*
- 08 *Alcançando o Perdido*
- 09 *Ouvindo a Deus*
- 10 *Conhecendo o Filho*
- 11 *Salvação pela Graça*
- 12 *Adoração em Espírito e em Verdade*

www.swordofthespirit.co.uk

Copyright © 2015 by Colin Dye
Segunda edição
Kensington Temple
KT Summit House
100 Hanger Lane
London, W5 1EZ

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada em sistemas de recuperação de informação ou transmitida, em nenhuma forma, ou por meio eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação, ou de outras maneiras, sem o consentimento prévio do autor.

As citações bíblicas são – salvo indicação em contrário – da Bíblia Almeida Revista e Atualizada – 2ª. edição – Sociedade Bíblica do Brasil.

Coordenação geral: Print International Brasil Editora Ltda.
Supervisor de tradução: João Guimarães
Tradução: Vera Jordan
Revisão: Edna Batista Guimarães
Diagramação: Rafael Alvares - alvaresdesign.com.br

Espada do Espírito

Conhecendo o Pai



Colin Dye

Sumário

Introdução		7
01	<i>Quem é Deus?</i>	11
02	<i>O nome de Deus</i>	29
03	<i>A paternidade de Deus</i>	49
04	<i>O Pai e o Filho</i>	67
05	<i>O Pai e o Espírito</i>	79
06	<i>O Pai e a cruz</i>	93
07	<i>A vontade do Pai</i>	107
08	<i>O Pai e a oração</i>	121
09	<i>Nosso Pai</i>	135

Introdução

Eu duvido que haja cristãos que não saibam que Deus é três pessoas – o Pai, o Filho e o Espírito. Talvez nem todos reconheçam o significado da natureza trina de Deus, pode ser que nem todos entendam toda a base bíblica para a Trindade, mas a grande maioria foi ensinada que seu Deus vivo é, de alguma maneira, “Três em Um”.

Também suponho que todo crente, em todo o mundo, seja capaz de descrever a Segunda Pessoa de Deus – o Filho – com algum detalhe. Eles sabem como Jesus é e o que fez por eles: Eles conseguem falar sobre Jesus com certa precisão para qualquer pessoa que não tenha envolvimento com o evangelho.

Além disso, nos últimos quarenta anos, houve um amplo despertar para a Terceira Pessoa de Deus. Em toda tradição cristã, os crentes começaram a reconhecer cada vez mais e descobrir por experiência própria a Pessoa distinta e o ministério do Espírito Santo. Repito, muitos podem ter dificuldade para descrevê-Lo, mas a maioria sabe o que Ele faz.

Entretanto, é bastante diferente quando consideramos a Primeira Pessoa de Deus. Muitos crentes de hoje parecem confundir o Deus trino com a Primeira Pessoa de Deus. Eles sabem que Deus é o Pai, mas acham difícil distinguir entre a paternidade geral do Deus Poderoso e a natureza específica e o ministério de Deus, o Pai. Isso sugere que Deus, o Pai, se tornou, em muitos aspectos, o membro mais negligenciado da Trindade.

Fala-se que o Evangelicalismo é um movimento de Jesus, que o Pentecostalismo é um movimento do Espírito e que a tradição Ortodoxa é um movimento do Pai. Porém, não deveria ser assim, pois todo braço da Igreja deve estar cheio de crentes focados no Pai.

Tudo que o Filho fez, e ainda faz, o faz para que possamos conhecer o Pai. Tudo que o Espírito faz é para nos capacitar a viver na presença do Pai e a ter comunhão íntima com Ele. Infelizmente, se nós não conhecemos o Pai – e não sabemos o que significa ser filhos do Pai neste mundo – o Filho morreu em vão.

Este é um livro para crentes que estão dispostos a deixar de lado as próprias ideias sobre Deus e a estudar a Sua Palavra para descobrir Sua revelação acerca de Si mesmo. Precisamos descobrir o que as Escrituras ensinam a respeito da paternidade geral de Deus e – especialmente – o que revelam sobre a Primeira Pessoa de Deus, acerca do Pai.

Há material adicional disponível para facilitar o seu aprendizado. Você pode encontrá-lo no Manual do Estudante “Espada do Espírito” e no website www.swordofthespirit.co.uk. No manual há um guia de estudo complementar para cada capítulo, e também Perguntas para Discussão e Testes Rápidos. Após se inscrever para este módulo no site, você terá acesso a outros testes e exames. Também há uma ferramenta na internet (livro texto com links para referências bíblicas), e ensino abrangente em áudio e vídeo. O uso desses materiais extras o ajudará a testar, reter e aplicar o conhecimento que adquiriu no livro.

Você também poderá usar o Livro do Aluno nos pequenos grupos e poderá selecionar, mediante oração, as partes que achar mais relevantes para este fim. Isso significa que em algumas reuniões você poderá usar todo o material enquanto que em outras, somente parte dele. Por favor, use de bom senso e discernimento espiritual. Sinta-se à vontade para fazer cópias das páginas e distribuí-las a qualquer grupo que você esteja liderando.

Quando terminar o livro, minha oração é que você tenha uma compreensão melhor do nome e natureza do Deus trino, que tenha começado a conhecer a Primeira Pessoa de Deus com maior profundidade e que se alegre na maravilhosa liberdade dos filhos e filhas do “Aba”, nosso gracioso Pai celestial.

Parte Um

Quem é Deus?

A Bíblia nunca procura provar que Deus existe; ela simplesmente afirma o fato de Sua existência como uma realidade autoevidente e elucida a verdade de que Ele existe. Entretanto, ela sempre explica *quem* Ele é e não *por que* ou *como* Ele é.

Em passagens como Salmo 14:1, a Bíblia reconhece que há pessoas que negam a existência de Deus, porém, rejeita tal posição como “insensatez”. No que diz respeito à Bíblia, a verdade sobre Deus é tão óbvia que somente um tolo a rejeitaria.

Essa “insensatez” tornou-se a base de muitos dos pensamentos modernos e uma marca distintiva de nossa era. Contudo, devemos reconhecer que as crenças contemporâneas como o “ateísmo” e o “humanismo” são essencialmente ideias metafísicas e não simples percepções intelectuais. Elas têm uma fonte espiritual e não são o produto do puro pensamento objetivo.

Provando Deus

Deus não pode ser provado ou refutado por argumento filosófico ou questionamento científico. Ele pode ser conhecido somente por uma revelação espiritual que é recebida por fé. Porém, nossa fé viva jamais deve ser insensata.

Em todos os séculos, pensadores cristãos propuseram quatro argumentos filosóficos principais para a existência de Deus. Tais argumentos nunca tiveram a intenção de “provar” que Deus existe; eles simplesmente mostram que nossa crença Nele é lógica e racional.

1. O argumento cosmológico

O teólogo do século 13, Tomás de Aquino, ofereceu a versão mais antiga e influente do argumento cosmológico. Ela declara que a própria existência do mundo, o *cosmos*, aponta para uma “primeira causa”, ou para um criador, o qual o trouxe à existência.

2. O argumento teológico

Isso sugere que a presença de *telos* – de projeto e propósito – no universo aponta para um criador ou arquiteto inteligente que o desenhou. A analogia do relojoeiro criada por William Paley, no início do século 19 –, na qual ele sugere que a complexidade de um relógio requer a existência de um relojoeiro – talvez seja a versão mais famosa do argumento teológico.

3. O argumento moral

Quase sempre associado ao filósofo alemão do século 18, Immanuel Kant, esse argumento defende que o senso humano de moralidade indica um governador moral do universo que nos responsabiliza por nossas ações.

4. O argumento ontológico

Defendida pelo pensador cristão Anselmo, no século 11, essa linha de pensamento afirma que Deus é “um ser do qual nada maior pode ser concebido” e conclui que o conceito humano geral do próprio Deus sugere que Ele realmente existe.

Nenhum desses argumentos, por si próprio, prova a existência de Deus, mas eles têm um valor considerável – principalmente quando são compreendidos e explorados em profundidade. A importância básica deles para os crentes, contudo, é demonstrar que a crença em Deus é coerente com o bom senso e razão em vez de ser confusa e insensata.

Os ateus e agnósticos, entretanto, geralmente predispõem-se a uma explicação naturalística do universo e descartam qualquer ideia do “sobrenatural”. O mundo deve ser explicado somente em termos da experiência humana natural e do raciocínio. Para eles, as chamadas “provas” filosóficas da existência de Deus não

são convincentes. Não há lugar para a revelação divina em seu sistema de coisas e por isso as alegações da Bíblia são simplesmente rejeitadas.

Contudo, revelação é exatamente a forma como chegamos a conhecer Deus. Sem ela nós simplesmente somos deixados às hipóteses como sugerem os textos de Jó 11:7 e 1Coríntios 1:21. É aí que entra a fé. Fé é aquele dom dado por Deus, pelo qual recebemos a revelação Dele e entramos num relacionamento com o Único que é a realidade suprema do universo e a própria fonte de verdade.

Conhecendo Deus

A Bíblia explica constantemente *quem* Deus é por meio da revelação de Sua natureza e caráter. É fundamental, contudo, que entendamos *como* essa revelação é feita.

A Bíblia não começa definindo Deus filosoficamente; em vez disso O apresenta como o Criador vivo e amoroso que deseja um relacionamento real e pessoal com a humanidade perdida. Em vez de oferecer simples fatos abstratos acerca de Deus, ela O apresenta no contexto de relacionamentos com pessoas comuns.

A Bíblia contém, de fato, algumas afirmações propositivas acerca de Deus – por exemplo, ela declara que Deus é amor e que Deus é luz. A revelação bíblica também nos possibilita compor afirmações propositivas a respeito de Deus – por exemplo, que Deus é “todo-poderoso” e que Deus é “onisciente”.

Contudo, devemos nos lembrar de que o grande desejo de Deus é que as pessoas O conheçam, não que apenas saibam *a respeito* Dele. Embora neste livro busquemos compreender o ensino bíblico de quem Deus é e como Ele é, nossa busca deve ser definida no contexto do relacionamento pessoal com Ele. Nosso objetivo em conhecer Deus a partir das Escrituras deve ser de amá-Lo mais profundamente, segui-Lo ainda mais de perto e conhecê-Lo de maneira muito mais íntima.

Vemos essa ideia de “revelação por meio de relacionamento” no Salmo 139, por exemplo. Poderíamos dizer que esse salmo sugere que:

- Deus é onisciente – os versículos 1 a 6 mostram que Ele sabe de tudo
- Deus é onipresente – os versículos 7 a 12 ensinam que Ele está em todo lugar
- Deus é onipotente – os versículos 13 a 16 demonstram Seu poder e capacidade
- Deus é santo – os versículos 17 a 24 apontam para a Sua pureza e santidade.

Porém, palavras técnicas como “onisciente” e “onipotente” são muito secas e muito abstratas para comunicar o significado verdadeiro do Salmo 139. O salmista não está procurando definir Deus de forma proposicional, apresentando-O como aquele que sabe de tudo; ele está festejando o fato de que o seu Deus sabe de tudo acerca dele. E não está querendo estabelecer o princípio abstrato da onipresença de Deus; ele está se deleitando na verdade de que Deus está com ele onde quer que seja. A revelação a respeito de Deus no Salmo 139 é pessoal, prática, relacional e imediata. O salmista não apenas conhece verdades sobre Deus, ele também conhece o seu Deus de modo profundo e íntimo.

Na medida em que consideramos o ensino bíblico acerca de Deus e – especialmente – sobre a primeira pessoa da Trindade, devemos nos lembrar constantemente de que não estamos examinando verdades abstratas a respeito de uma deidade hipotética. Em vez disso, estamos compreendendo os significados pelos quais podemos aprofundar um relacionamento vivo e pessoal com o próprio Pai celestial.

O ser e os atributos de Deus

A Bíblia contém uma riqueza de ensinamentos acerca da natureza e características de Deus e o restante do material neste capítulo oferece somente um resumo básico do ensino bíblico. Para fins de clareza, o material foi dividido em categorias distintas, porém, Deus é todas essas coisas, todo o tempo. Cada aspecto de Sua natureza está interligado com todos os outros aspectos, e é igualmente importante. Quando algum aspecto da existência de Deus é enfatizado demais ou ignorado, começam a surgir erros.

Deus é eterno

A “eternidade” de Deus é a ideia bíblica mais básica acerca Dele – e o entendimento correto de Deus depende de se reconhecer as consequências de Sua natureza eterna.

A palavra “eterno” engloba dois aspectos da existência de Deus.

A eternidade de Deus significa que Ele não teve início e não terá fim. Ele próprio é a origem do tempo e da matéria, da vida e da existência. Embora Deus dê a Seus filhos o dom da vida eterna, nossa eternidade difere da Dele no sentido de que ela teve um começo.

Vemos esse aspecto “além do tempo na forma como o conhecemos” da natureza eterna de Deus em passagens como Gênesis 21:33; Deuteronômio 33:27; Salmo 48:14; 90:1,2; Isaías 40:28 e 57:15. Embora seja capaz de se relacionar “no tempo”, Deus está livre de toda sucessão de tempo.

A eternidade de Deus também significa que Ele é imutável, já que mudança é um conceito temporal, possível apenas dentro de um intervalo de tempo, conforme conhecemos na terra. “Infindável” e “imutável” são, portanto, os dois significados iguais e inseparáveis da palavra “eternidade”. Vemos o aspecto imutável da natureza eterna de Deus em, por exemplo, 1Samuel 15:29; Malaquias 3:6 e Tiago 1:17.

Também vale a pena observar que os cristãos sempre usam a palavra “eterno” como um jeito simbólico de mostrar que Deus está além de *todas as coisas* porque Ele é a fonte de todas as coisas.

Deus é infinito

A eternidade de Deus indica também Sua infinitude. Tecnicamente, a eternidade de Deus mostra que Ele não está preso às limitações de tempo, ao passo que Sua infinitude revela que Ele não está preso às limitações de espaço. Deus não conhece limites. Vemos isto em passagens como 1Reis 8:27; Salmo 147:5; Jó 11:7-9; Isaías 55:8,9 e Romanos 11:33.

Por definição, cada aspecto da natureza de Deus – Seu amor,

poder, provisão, conhecimento, salvação e assim por diante – deve existir “eterna e infinitamente”. Porque Deus é infundável e imutável, deve haver uma capacidade e qualidade “eterna e infinita” para tudo que Ele é, tudo que Ele tem e tudo que Ele faz. É difícil entender isso, porque nós mesmos somos presos ao tempo e espaço. É importante, porém, que nos lembremos da eternidade de Deus sempre que considerarmos qualquer aspecto de Sua natureza.

Cada faceta do Pai que estudamos neste livro é, por definição, infinita, eterna, infundável e imutável. Este fato básico deve nos inspirar a uma fé maior e a uma adoração mais profunda.

Deus é imortal

Deus não está “além” do tempo e espaço apenas porque criou o tempo e o espaço, Ele também está além da vida, porque Ele mesmo criou a vida e toda forma de vida, exceto, claro, a própria autoexistência. Muitas das palavras que usamos para descrever Deus envolvem imagens de tempo, espaço e vida. Embora algumas delas pareçam negar a Sua natureza eterna, ajudam-nos a compreender a Sua natureza divina.

Nós dizemos: “Deus existe para sempre” porque esta é uma maneira simples de entender a Sua natureza eterna. E nós O descrevemos como “um Deus grande ou superior” porque isso nos ajuda a reconhecer a Sua natureza infinita. Contudo, a verdade em sua totalidade é que Deus está antes e além de todas as coisas criadas: Tempo, espaço, matéria e vida. Ele não pode estar preso ou ser definido por qualquer uma dessas coisas, porque Ele existia antes delas e as trouxe à existência.

Nós também dizemos: “Deus vive”, e O chamamos de “o Deus vivo”, porque estas metáforas nos ajudam a honrar o Seu ser essencial e vibrante. Contudo, essas expressões são apenas tentativas débeis e humanas de nos ajudar a entender a maravilha esplêndida de Sua imortalidade divina.

Quando dizemos que Deus é imortal, não queremos dizer simplesmente que Ele não morrerá, ou nem mesmo que Ele não pode morrer. A imortalidade de Deus significa, de fato, que Ele

“não é mortal”, que Ele está “antes e além da vida”. Os crentes que descrevem a existência de Deus como “O que vive para sempre” precisam reconhecer que estão usando uma figura física limitada. Provavelmente nos seja mais preciso pensar em termos de Deus sendo “a fonte de toda vida” em vez de estar simplesmente “vivo”. Deus não morrerá porque Ele existia eternamente antes de ter criado a vida. Sua imortalidade significa que Ele é muito, muito mais do que “O que vive para sempre”.

A verdade plena é que Deus não tem a Sua origem em coisa alguma ou é sustentado por coisa alguma. Ele é a própria origem do espaço, vida e tempo, e Ele é o que sustenta estas coisas eternamente. Ele é totalmente autossuficiente e deve a Sua existência a nada além Dele mesmo. Para simplificar, Ele é “imortal” – 1Timóteo 1:17 e 6:16.

Deus é transcendente

Usam-se diversas palavras para descrever a ideia bíblica de que a natureza eterna de Deus significa que Ele está muito além de todas as coisas no universo. Por exemplo, Deus é descrito como “transcendente”. Isso mostra que Ele existe separadamente do universo material e não está sujeito às limitações inerentes a este universo. Esta palavra é derivada do verbo em latim *transcendere*, que significa “subir além”, e é usada para transmitir a ideia de que Deus está muito além de nosso alcance, de que Ele está muito mais alto do que nós e de que Ele é totalmente superior ao restante da criação.

Deus também é descrito como “exaltado”. Esta palavra vem do latim *altare*, que significa “alto”. Significa ainda que Deus está elevado ao alto, que ele está muito acima de nós, muito acima do universo.

Na Bíblia, Deus comumente é chamado de *El Elyon*, “O Deus Altíssimo” o que aponta para a Sua transcendência suprema e exaltação. Vemos isso, por exemplo, em Gênesis 14:18-22; Números 24:16; Deuteronômio 32:8; 2Samuel 22:14; Salmo 7:17; 21:7; 50:14; 78:17; 83:18; 92:1; 107:11 e Isaías 14:14.

A Bíblia quase sempre nos encoraja a adorar a Deus porque Ele é infinitamente mais alto ou exaltado acima de todas as coisas. Vemos isso em Neemias 9:5; Salmo 47:2; 92:8 e 97:9. Isaías 57:15 também aponta para o *status* sublime de Deus, mas mostra que Sua transcendência não deve ser enfatizada demais. Por ser infinito, Deus não apenas está *acima* de todas as coisas, mas está também *ao lado ou junto* de todas as coisas.

Deus é espírito

João 4:24 resume a natureza exaltada, eterna, infinita e imortal de Deus em uma única palavra: Ele é espírito. Isso significa que Ele não está diretamente acessível aos nossos sentidos humanos físicos. Vemos isso, por exemplo, em João 1:18; 1Timóteo 1:17 e 6:15,16.

Por ser essencialmente espiritual, Deus não pode ser visto fisicamente, tocado, ouvido, sentido ou cheirado. É claro, muitos cristãos falam em “ouvir” Deus e “tocá-Lo”. Ao fazermos isso, contudo, estamos usando palavras físicas de modo metafórico para descrever nossa “percepção de fé” espiritual.

Visto que Deus é espírito, não podemos vê-Lo com nossos olhos ou ouvi-Lo com nossos ouvidos; em vez disso, O conhecemos em nossos *espíritos* por meio de nossa *fé*. É válido continuar lembrando às pessoas de que Deus é espírito – e, portanto, deixar claro que Ele é vivenciado espiritualmente. Palavras físicas como “ouvir” e “ver” são úteis, mas apenas para aqueles que reconhecem que são metáforas e não podem ser aplicadas literalmente.

Deus é o único Deus

Alguns duvidam que os israelitas antigos fossem monoteístas plenamente convertidos – isto é, crentes em um único Deus. Eles argumentam que certas passagens do Antigo Testamento indicam que os primeiros israelitas acreditavam que outras nações tinham os próprios deuses, muito embora *Javé* fosse o Deus supremo. Se for assim, isso significaria que os primeiros israelitas não eram “monoteístas” mas “monolatristas”. O monolatrismo – ou monolatria – é a adoração constante de um Deus que é o único digno

de louvor, embora se saiba da existência de outros deuses.

Há diversas passagens no Antigo Testamento que se referem a “deuses” no plural – por exemplo, Êxodo 20:3; Deuteronômio 10:17; 13:2; Salmo 82:6 e Daniel 2:47. Porém, é importante perceber aqui que a grande maioria dos versículos que falam de “deuses” está simplesmente se referindo a falsos deuses, que alegam ser deuses, mas na verdade são ídolos. Diz-se em 2Reis 19:18, por exemplo, que eles “lançaram os seus deuses no fogo; porquanto não eram deuses, mas obra de mãos de homens, madeira e pedra”. E Salmos 96:5 declara: “Porque todos os deuses dos povos são ídolos”.

É importante observar que o Antigo Testamento não declara o monolatrismo como o ponto de vista correto. Os israelitas começaram a entender progressivamente que *Javé* era o único Deus verdadeiro e que os deuses das nações eram entidades não existentes. As Escrituras reconhecem que as pessoas inventam deuses com frequência e lhes oferecem adoração; mas não se trata de seres divinos de verdade. *Javé* é o Deus do céu e da terra. Vemos essa verdade em passagens como Gênesis 24:3,7; Êxodo 18:11; Deuteronômio 4:34,35; 6:4; 7:9; 10:17; Josué 2:11; 2Crônicas 2:5,6; Esdras 5:11,12; 6:9,10; 7:12,3; Neemias 1:4,5; 2:4,20; Isaías 54:5; Jeremias 10:10,11 e Daniel 2:47.

Afinal de contas, a Bíblia é muito clara na questão de deuses múltiplos: Há um só Deus e não há nenhum além Dele. E quando entendemos a exaltação, eternidade e imortalidade de Deus, torna-se óbvio que não pode haver outro deus. Pode existir simplesmente *um* único ser supremo, eterno e infinito – um segundo ser assim é impossível.

Deus é imanente

Temos observado que uma ênfase muito grande em qualquer aspecto da natureza de Deus inevitavelmente leva as pessoas ao erro. A transcendência ou a exaltação de Deus talvez seja o aspecto de Seu ser que as pessoas mais superestimam.

A *transcendência* de Deus significa que Ele está “alto” e “distante”. Porém, deve-se equilibrar isso com uma ênfase idêntica

em sua *imanência*, que se refere à presença e atividade de Deus dentro da natureza, humanidade e história. A palavra “imane-nte” origina-se do latim *manere*, que significa “permanecer” ou “habitar”. Quando descrevemos Deus como “imane-nte”, estamos afirmando que Ele permeia o universo permanentemente – que Ele habita aqui, que Ele permanece e não sai, ainda que esteja totalmente separado de Sua criação e independente dela. Podemos pensar no Salmo 139 como uma celebração magnífica da “imanência” de Deus.

Se Deus é eterno e infinito, Ele deve, por definição, estar em todo lugar. Ele deve ser *tanto* transcendente *como* imane-nte. Assim, em Isaías 6:3, o serafim clama: “santo, santo, santo é o Senhor dos exércitos”, um indicador da transcendência de Deus, entretanto, ele acrescenta: “toda a terra está cheia da Sua glória”, uma referência à Sua imanência. Os dois conceitos devem ser mantidos inseparáveis. Se enfatizarmos apenas um desses aspectos de Seu caráter, estaremos implicitamente negando o outro.

Os cristãos sempre usam uma metáfora que homenageia a transcendência de Deus ao dizerem que Deus “sustém o mundo inteiro em Suas mãos”. Porém, o mundo não é apenas cercado por Deus, é também permeado por Ele. Como percebemos por todo este livro, a natureza eterna, infinita, imortal e espiritual de Deus, por definição, deve estar cheia de paradoxos.

Ao mesmo tempo em que é correto dizer que Ele sustém o mundo em Suas mãos, nós também deveríamos dizer – como Jeremias 23:23,24 – a verdade correspondente de que Ele enche o mundo inteiro com a Sua presença. Como Paulo proclamou aos filósofos no areópago em Atenas, “Ele não está longe de cada um de nós” – Atos 17:27.

Por ser infinito, Deus deve, por definição, estar em todo lugar. Ele é *tanto* exaltado *como* Emanuel – o “Altíssimo” e “Deus conosco”. Ele é tanto o “alto como o sublime” que vive em um lugar “alto e santo”, e o Deus que habita com aquele que tem um “espírito contrito e humilde” – Isaías 57:15: Contudo, não devemos imaginar essa verdade como se fosse Deus espalhado em camadas muitas finas: Isto está completamente errado. A na-

tureza infinita de Deus deve significar que Ele todo está em todo lugar. Nenhuma outra coisa faz sentido.

O conceito da imanência de Deus não deve ser confundido com *panteísmo* – a ideia de que tudo é Deus – ou *panenteísmo* – a visão de que Deus está em (uma parte de) todas as coisas. No teísmo cristão, Deus enche cada parte do universo com Sua presença. Deus está tanto “aqui” como “ali”. Ele está plenamente comigo e está plenamente com outros crentes também. É isso que significa ser eterno, infinito, imanente e onipresente.

Deus é pessoal

A maioria dos atributos de Deus é consequência óbvia de Sua eternidade. A Bíblia, contudo, também apresenta Deus como uma pessoa – nunca como um pronome neutro, uma “coisa”, um “princípio”, um “poder” ou uma “força”. Ela revela claramente que Deus tem todos os atributos de personalidade. Por exemplo:

- Ele pensa – Isaías 40:13,14
- Ele tem vontade – Efésios 1:11
- Ele sente amor – Oseias 11:1
- Ele sente raiva – Números 25:3
- Ele sente compaixão – Salmo 103:13
- Ele sente alegria – Sofonias 3:17.

Gênesis 1:27 declara que Deus criou seres pessoais – homens e mulheres – à *Sua imagem*; isso implica que Deus mesmo deve ser um ser pessoal. A Bíblia reforça essa ideia sempre usando pronomes pessoais para Deus – “eu”, “meu”, “dele”, “ele”, e assim por diante. E, como veremos na Parte Dois, também atribuí nomes pessoais a Deus por muitas vezes.

À medida que analisamos a revelação bíblica de Deus, precisamos manter um controle forte sobre o paradoxo de Sua natureza eterna e pessoal. Se ressaltarmos demais a Sua eternidade, não acreditaremos que podemos conhecê-Lo. E se enfatizarmos demais a pessoalidade de Deus, duvidaremos de sua magnificente grandeza infinita. Em vez disso, precisamos manter essas duas características divinas em sua tensão bíblica criativa.

Deus é trino

Como veremos na Parte Quatro, o Novo Testamento ensina que Deus é um ser eterno cuja essência existe em três pessoas. O Pai, o Filho e o Espírito, contudo, não são três indivíduos distintos ou três deuses separados; eles são três autodistinções em um ser.

Deus é um, Ele não é dividido em três. Porém, Ele se revela aos homens e mulheres em uma diversidade tripla de pessoas, características e funções, as quais nós conhecemos como Pai, Filho e Espírito. Vemos isso, por exemplo, em Mateus 28:19; Marcos 1:9-11; João 14:16,17, 25,26; 15:26; 16:13-15; Romanos 8; 1Coríntios 12:3-6; 2Coríntios 13:14; Gálatas 4:4-6; Efésios 4:4-6; 2Tessalonicenses 2:13,14; Tito 3:4-6; 1Pedro 1:2; Judas 1:20,21 e Apocalipse 1:4.

Nesta série *A Espada do Espírito*, nós consideramos cada pessoa divina em um livro diferente: *Conhecendo o Pai*, *Conhecendo o Espírito* e *Conhecendo o Filho*. Entretanto, sempre nos lembramos de que as três pessoas divinas são cada uma plenamente Deus, e que juntas elas formam o ser espiritual único que chamamos de Deus. A natureza trina de Deus será considerada de modo mais abrangente nas Partes Quatro e Cinco.

Deus é criador

A Bíblia revela que Deus deu ordem para o nosso grande universo vir à existência. Visto que Ele é eterno e infinito, a criação não pode ser o limite de Seu poder: Jó 26:14 mostra que ela é simplesmente um ínfimo vislumbre de Sua onipotência infinita.

Muitos crentes modernos dão pouca importância à natureza criativa de Deus: Eles foram silenciados pelos oponentes de Deus. Porém, a criatividade essencial de Deus é um dos temas bíblicos mais enfatizados. Vemos isso, por exemplo, em Gênesis 1:1; Jó 4:17; 35:10; 36:3; 38:1–39:30; Salmo 8:3; 95:6; 115:15; 119:73; 121:2; 124:8; 146:6; Isaías 27:11; Jeremias 10:16; Oseias 8:14; João 5:26; Romanos 11:35,36; Hebreus 11:3; Apocalipse 3:14 e 4:11.

A Bíblia não ensina *como* Deus cria; ela simplesmente atri-

bui a criação à Sua sabedoria e poder. Independente de quanto se expandam as fronteiras da ciência humana, ninguém jamais poderá descobrir como a matéria, o espaço e o tempo vieram a existir do nada.

As pessoas devem ter uma das únicas três crenças possíveis – não há alternativas.

- A matéria e a energia sempre existiram; elas são a realidade suprema: A vida e o universo de tempo e espaço são os resultados de sua atividade totalmente aleatória.
- A matéria e a energia vieram à existência do nada, espontaneamente, sem – por definição – causa alguma ou explicação.
- Um ser que é totalmente distinto, totalmente “acima” e totalmente imaterial criou o espaço, tempo, matéria, energia e vida “a partir do nada” (*creatio ex nihilo*, é o termo em latim).

Nossa escolha entre essas três crenças é uma decisão inteiramente espiritual, não é uma decisão absolutamente científica ou puramente intelectual. As pessoas precisam de uma mesma quantia de “fé”, seja qual for a explicação que escolherem seguir.

Deus é mantenedor

As Escrituras mostram que Deus não deixou nosso mundo desprovido de Sua presença gentil e criativa. Ele cuida do nosso mundo continuamente e o sustenta por Seu amor e poder. Vamos isso, por exemplo, em Neemias 9:6; Salmo 104:10-23 e Atos 14:15-17.

A natureza divina de sustentar tudo é uma consequência óbvia de Sua eternidade e infinitude. Visto que Deus, por definição, é infundável e imutável, Ele não pode se distanciar de Seu ato de criação ou deixar de estar envolvido criativamente com a criação.

Se a “explosão de energia divina” que trouxe o universo à existência fosse uma expressão do Deus eterno e infinito, ela não poderia ter sido um lampejo momentâneo e temporal. Isso significa que a existência da criação é, em si própria, a evidência da conservação de Deus.

Deus é soberano

A Bíblia também identifica Deus não apenas como criador e mantenedor, mas também como o soberano do universo. Vemos isso, por exemplo, em 1Crônicas 29:25; Salmo 7:8; 10:16; 22:28; 47:2-8; 74:12; 99:2; 95:3-5; 103:19; 115:3; 135:6; Isaías 46:6-11; 54:5; Jeremias 10:7; Ezequiel 20:33; Daniel 2:47; 4:25-26,32-37; Zacarias 14:9 e Efésios 1:11.

Essas passagens mostram que Deus governa ou rege todas as coisas por Seu poder supremo. Ele controla todas as coisas, e está infinitamente ativo no mundo, enquanto elabora o seu propósito eterno.

Deus é santo

A Bíblia ensina que cada autoexpressão de Deus é perfeitamente santa. Vemos isso, por exemplo, em:

- O Pai – Lucas 1:49; João 17:11; 1Pedro 1:15,16 e Apocalipse 4:8; 6:10
- O Filho – Lucas 1:35; Atos 3:14; 4:27-30 e 1João 2:20
- O Espírito – 2Timóteo 1:14; Tito 3:5; 2Pedro 1:21 e Judas 20.

Para muitas pessoas, a palavra “santo” tem associações morais. Elas pensam que santidade significa ser bom e se comportar bem, porém, as palavras em hebraico e grego para “santo”, *qadosh* e *hagios*, são palavras funcionais que significam essencialmente: “totalmente separado para um propósito único” e “devotado ou consagrado a uma causa específica”.

O Deus trino é “santo” no sentido de que Ele é *separado* de toda criação por sua natureza exaltada, eterna, infinita, imaculada, moralmente perfeita e espiritual: Ele é “totalmente distinto”, “totalmente acima”.

Isso significa que a “santidade” de Deus é a consequência da soma dos atributos, e é isso que O separa de tudo o mais. Vemos isso, por exemplo, em Êxodo 3:5; Levítico 19:2; Isaías 6:2,3; 57:15 e 1João 1:5.

Porém, os membros da Trindade – o Pai, o Filho e o Espí-

rito – também são “santos” no sentido de que são totalmente *devotados* ou consagrados um ao outro. Por exemplo, podemos dizer que Jesus revela Sua santidade em Sua consagração total ao Pai; e que o Espírito revela Sua santidade no modo como existe somente para trazer glória a Jesus. O compromisso total de uma para com as outras das três pessoas divinas é a Sua santidade.

Deus é onipotente e onisciente

A Bíblia nos lembra constantemente de que Deus é onipotente, é todo-poderoso e todo importante. Vemos isso, por exemplo, em Gênesis 18:14; Jeremias 32:27,28 e Zacarias 8:6.

A Bíblia também salienta que Ele é onisciente ou conhecedor de todas as coisas. Por ser infinito, o conhecimento de Deus é ilimitado e não se origina de ninguém ou nenhuma coisa fora Dele mesmo. Vemos isso, por exemplo, em 1Samuel 2:3; Salmo 139:1-6; Hebreus 4:13 e Deuteronômio 29:29. É impossível esconder qualquer coisa de Deus.

Algumas pessoas lutam contra a ideia da onisciência de Deus, porque acham que Sua “presciência” é uma negação básica do livre-arbítrio da humanidade. Porém, o fato de que Deus sabe de todas as coisas não significa que Ele queira todas as coisas. Sua vontade *permissiva*, Sua permissão, quase sempre é bem diferente de Sua vontade *perfeita*. É um conceito difícil de entender. Deus deseja todas as coisas, isto é, Ele predetermina todas as coisas – Ele conhece o fim desde o começo. Porém, sua vontade suprema não nega o “livre-arbítrio” e a responsabilidade moral das pessoas e de outros seres criados. Sua natureza soberana é tão infinita que Ele pode de fato operar por meio das ações de agentes morais livres. A distinção entre a Sua vontade permissiva e perfeita deve ser vista sob esta luz. Nós analisamos a vontade do Pai na Parte Sete.

Mais uma vez, a onipotência e a onipresença de Deus são consequências óbvias de sua natureza pessoal eterna e infinita. Cada aspecto de Seu ser existe de modo infinito, o que quer dizer que Ele é totalmente tudo, sempre.

Deus é amor

Finalmente, a Bíblia deixa muito claro que a essência de Deus é amor. De fato, é mais correto dizer que Ele é totalmente amor ou totalmente amoroso. Vemos isso, por exemplo, em Êxodo 34:6,7; Neemias 9:17,31; Salmo 59:10-17; 103:8; Lamentações 3:22,23; Joel 2:13; Jonas 4:2; Naum 1:2,3 e 1 João 4:8.

Porque Deus é, por definição, infinita e eternamente amoroso, isso deve significar que tudo que Ele é, faz e diz deve ser motivado por amor infinito “infindável e imutável” e cheio dele.

Tudo que aprendemos neste capítulo acerca do Deus trino também é totalmente verdadeiro para o Pai, para o Filho e para o Espírito. Contudo, neste livro nós focamos *Conhecer o Pai*; por isso nos concentraremos em entender as implicações e a aplicação dos atributos de Deus para o relacionamento com o nosso Pai celestial.

Parte Dois

O Nome de Deus

A Bíblia registra mais de trezentos nomes diferentes de Deus, e eles contêm uma revelação rica de Sua pessoa e natureza – além de Seus propósitos para a humanidade.

Os nomes geralmente significam pouco para nós hoje em dia, pois os usamos como meros “rótulos” para distinguir uma pessoa da outra. Porém, não era assim nos tempos bíblicos.

O que há em um nome?

Os nomes bíblicos geralmente são significativos. Parece que alguns pais procuravam expressar as características de seus filhos nos nomes que lhes davam. Os pais de Nabal, que significa “tolo”, não podem ter se agradado muito do filho – nem tampouco sua esposa, em 1Samuel 25:25!

Os nomes de algumas pessoas foram substituídos ou alterados numa época em que estavam mais velhas, a fim de combinar com seu caráter. No Antigo Testamento, por exemplo, Abrão, Sarai e Jacó tornaram-se Abraão, Sara e Israel. E, no Novo Testamento, Simão, José e Saulo foram chamados de Pedro, Barnabé e Paulo.

Alguns nomes bíblicos refletem as circunstâncias do nascimento, como em Gênesis 10:25; 19:22 e 25:30. Outros são proféticos, como em Gênesis 25:26. A maioria dos nomes bíblicos, porém, aponta mais para a fé dos pais do que a natureza da criança.

Entretanto, os nomes que Deus escolheu para Se fazer conhecido ao Seu povo não são tingidos pela fraqueza humana,

circunstância ou limitação. Os nomes de Deus são uma parte vital da revelação pela qual Ele conduz Seu povo no conhecimento de Si mesmo.

“O nome de Deus”

Embora haja muitos nomes diferentes de Deus, com cada um revelando um aspecto distinto de Seu caráter e graça, no Antigo Testamento usa-se a frase “o nome de Deus” com frequência.

“O nome do Senhor” significa o próprio Deus. Refere-se à revelação de tudo que se sabe sobre Ele. Por exemplo:

- “O nome do Senhor” foi proclamado a Moisés quando Deus passou perante ele e anunciou a Sua natureza – Êxodo 34:5,6.
- “Clamar o nome do Senhor” era adorá-lo como Deus – Gênesis 21:33 e 26:25
- “Esquecer Seu nome” era ausentar-se de Deus – Jeremias 23:27.
- “Tomar o nome do Senhor em vão” era afrontar Sua majestade divina – Êxodo 20:7.

Podemos dizer que a frase “o nome de Deus” engloba a plena natureza e caráter gloriosos de Deus. Ela aponta para a manifestação total de Deus ao Seu povo. No Antigo Testamento, o nome de Deus era o penhor de tudo que Ele tinha prometido ser e fazer para Israel. Vemos isso, por exemplo, em 1 Samuel 12:22 e Salmo 25:11.

A frase, “o nome do Senhor”, reverenciava os fatos mais importantes da revelação de Deus para Israel e sua experiência com Ele. O Criador Todo-poderoso do céu e da terra era o Deus deles. Ele os chamara a uma relação de aliança de graça. E a convicção de que Deus jamais negaria a Sua aliança, ou retrocederia em Suas promessas, está por trás de quase todo uso que se faz da frase: “o nome do Senhor”.

O nome é a pessoa

Na Bíblia, um nome nunca é um rótulo; ele é sempre a pessoa. O novo homem, Abraão, é o novo nome, Abraão. O novo homem, Israel, é o novo nome, e assim por diante.

Esta equação entre “nome” e “portador do nome” pode ser vis-

ta, por exemplo, na ideia de que a morte pessoal é expressa por:

- Desarraigar o nome – Josué 7:9
- Destruir o nome – Deuteronômio 7:24
- Tirar o nome – Números 27:4
- Apagar o nome – 2Reis 14:27
- Apodrecer o nome – Provérbios 10:7.

Essa associação entre nome e pessoa é vista de modo mais claro em Deus, que é chamado repetidamente de “o Nome” – por exemplo, Levítico 24:11; Provérbios 18:10 e Isaías 30:27.

Vê-se esta clareza especialmente no Novo Testamento, onde:

- Jesus prometeu estar onde dois ou mais se reunissem em Seu nome – Mateus 18:20
- Ele ensinou Seus discípulos orarem “em o nome” – João 14:13,14
- Ele garantiu que o Pai daria “em o nome” – João 15:16 e 16:23,24
- Ele advertiu que Seus discípulos seriam odiados por causa de “o nome” – Mateus 10:22
- Ele garantiu uma recompensa abundante por qualquer coisa que Seus discípulos abandonassem pelo bem de “o nome” – Mateus 19:29
- Pedro e João foram proibidos de pregar e ensinar em “o nome” – Atos 4:18 e 5:28
- Pedro e João regozijaram-se pelo fato de que foram dignos de sofrer “pelo nome” – Atos 5:41
- Eles pregaram perdão por meio de “o nome” – Atos 10:43
- A Igreja constituía-se de todos os que clamavam “o nome” – Atos 9:14,21
- Paulo expulsou um demônio em “o nome” – Atos 16:18
- Por meio de milagres, “o nome” foi glorificado – Atos 19:17
- Todo aquele que invocar o nome será salvo – Romanos 10:13.

O nome revela a natureza de Deus

Quando lemos o Antigo Testamento hoje, é fácil perguntar-se por que passagens como Isaías 30:27 descrevem “o nome do Senhor que vem”, em vez de o “Deus que vem”.

Precisamos nos lembrar de que “o nome” reúne tudo o que se

sabe de uma pessoa e que, portanto, seu uso na Bíblia se refere à *natureza total revelada* de Deus. Isso significa que “o nome” faz referência a Deus na eterna plenitude de Seu poder, graça e amor infinitos, e assim por diante.

Podemos ver essa ideia em Êxodo 33:12, quando Moisés expressou o amor profundo e íntimo de Deus por ele ao dizer que Deus “o conhecia pelo nome”. Também está aparente em Êxodo 3:13, quando Moisés pergunta a Deus qual é o Seu nome, a fim de poder revelar Sua natureza ao povo de Israel. Uma ideia semelhante se encontra em Salmo 22:22; João 17:6 e Atos 9:15.

Os Salmos ligam o nome de Deus com muitas ações reveladoras diferentes. Eles associam o nome de Deus com, por exemplo, Sua:

- Justiça – Salmo 89:15,16
- Fidelidade – Salmo 89:24
- Salvação – Salmo 96:2
- Santidade – Salmo 99:3
- Bondade – Salmo 100:4,5
- Misericórdia – Salmo 109:21
- Amor – Salmo 138:2
- Verdade – Salmo 138:2
- Glória – Salmo 148:13.

Na Bíblia, “santo” é a palavra mais comumente associada ao nome de Deus, trata-se, portanto, de uma descrição básica da natureza de Deus. Por exemplo: Salmo 33:21; 103:1; 105:3; Ezequiel 36:21 e 39:7.

O Antigo Testamento enfatiza a verdade de que o Nome de Deus revela Sua natureza ao sugerir que Seu nome pode ser:

- Blasfemado – Isaías 52:5
- Contaminado – Jeremias 34:16
- Profanado – Provérbios 30:9.

No entanto, o povo de Deus pode, por exemplo:

- Amar o nome – Salmo 5:11
- Louvar o nome – Joel 2:26
- Andar no nome – Miqueias 4:5
- Pensar no nome – Malaquias 3:16

- Esperar no nome – Salmo 52:9
- Agradecer no nome – Salmo 54:6
- Temer o nome – Malaquias 4:2
- Clamar pelo nome – Salmo 99:6
- Proclamar o nome – Isaías 12:4
- Bendizer o nome – Salmo 113:1,2.

O nome demonstra a presença de Deus

Algumas pessoas hoje se perguntam qual a diferença entre “clamar pelo nome de Deus” e “clamar a Deus”. Na Bíblia, “o nome” também demonstra a presença ativa de uma pessoa na plenitude de sua natureza revelada. Por exemplo, em 1Reis 18:24, Elias propôs uma disputa entre os “nomes” – a realidade das divindades tinha de ser demonstrada por sua ação pessoal presente.

A mesma ideia é expressa quando “o nome” se refere à reputação de Deus. Quando Deus age “por amor de Seu nome”, ele intervém sem considerar Sua reputação – por exemplo, Salmo 79:9,10 e Ezequiel 36:21-23. Se o nome de Deus estiver associado, Ele está envolvido pessoalmente, e tomará atitude – como em Êxodo 34:14.

Números 6:27 ensina que partilhar uma bênção divina tem a ver com colocar o nome de Deus sobre alguém – consideramos isso na Parte Dez da série *Espada do Espírito* volume *Ministério no Espírito*. Isso significa que bênção é partilhar a presença ativa de Deus na plenitude de Seu caráter revelado.

O Novo Testamento quase sempre fala de batizar “em o nome” – como em Atos 2:38 e 10:48. Na Parte Dez da série *Espada do Espírito*, volume *Glória na Igreja*, percebemos que o batismo se baseia completamente na autoridade de Deus, e é espiritualmente eficaz somente por meio de Sua presença pessoal e atividade.

O nome compartilhado

Por toda a História, o fato de uma pessoa dar um nome a outra demonstra a união dessas pessoas. Isaías 4:1 mostra que uma esposa recebia o nome de seu marido e Deuteronômio 28:9,10; Isaías 43.7; 63:19 e 65:1 revelam que Israel tornou-se o povo

santo do Deus santo porque fora chamado por Seu santo nome.

Jeremias 14:9 usa o fundamento do nome compartilhado para apelar a Deus pela salvação de Israel. E Jeremias 15:16 revela que o nome compartilhado é o fundamento da comunhão pessoal do profeta com Deus.

No Antigo Testamento, o nome de Deus também é compartilhado com:

- Jerusalém – Jeremias 25:29 e Daniel 9:18
- O templo – Jeremias 32:34
- A arca – 2Samuel 6:2.

Esse partilhar do nome divino demonstra uma proximidade genuína com a natureza e presença santa do próprio Deus. Deve estar claro que isso deve ter implicações importantes para crentes cristãos.

O Novo Testamento ensina que os crentes são batizados “em o nome”. Vemos isso, por exemplo, em Mateus 28:19; Atos 8:16 e 1Coríntios 1:13-15. Essa ideia é enfatizada em Tiago 2:7, e sugere as ideias de união, passando por nova propriedade, lealdade e comunhão.

Se Deus nos deu Seu nome, isso significa que devemos compartilhar tanto Sua natureza divina como Sua presença divina. Ao considerarmos o detalhe do nome de Deus, não devemos esquecer jamais que este é o nome no qual fomos batizados. A natureza e presença magníficas de Deus são o dom gracioso do Espírito Santo a todos que vêm ao Pai por meio de Seu Filho, Jesus Cristo.

Três nomes “raiz”

Há três nomes “raiz” para o nome de Deus que são básicos. Todos os demais partem de um ou mais destes três.

1. Elohim

No Antigo Testamento, Deus é identificado mais de 2.500 vezes pela palavra hebraica *Elohim*. Na maioria das versões da Bíblia, *Elohim* é traduzido simplesmente como “Deus”. Vemos isso, por exemplo, em Gênesis 1:1,2.

É impossível saber exatamente o que *Elohim* significava no original, mas está associado claramente à ideia de “poder”, “majestade” e “força”; e podemos dizer que indica energia e personalidade absolutas, irrestritas e ilimitadas.

Em hebraico, *Elohim* é uma palavra no plural, entretanto, demanda sempre um verbo no singular. Para sermos literais hoje, nós teríamos de dizer: “Deus, eles é forte”. Versões modernas da Bíblia refletem essa questão em passagens como Gênesis 1:26. É interessante que, embora se encontrem formas cognatas de *Elohim* em outras línguas semíticas, elas estão sempre no singular. Isso significa que o Antigo Testamento se expressa de maneira única e exclusiva ao empregar *Elohim* do modo que usa, e assim sugere a natureza “um, porém mais que um” de Deus já desde o primeiro capítulo da Bíblia.

Às vezes se usa *El*, uma forma abreviada de *Elohim*, como no Salmo 19:1, e essa forma normalmente é traduzida como “Deus” embora possa significar “o poderoso”. *Eloah*, a forma singular de *Elohim*, é usada em Deuteronômio 32:15-17.

Por todo o Antigo Testamento são revelados aspectos particulares da natureza toda forte, toda poderosa e toda majestosa de Deus adicionando-se palavras hebraicas a *Elohim* ou *El*. Vemos, por exemplo, que Deus é:

- *Elohim Qodesh* – o santo, Josué 24:19 e Isaías 57:15
- *Elohim Tsur Yesha* – a rocha da salvação, 2Samuel 22:47
- *Elohim Tsur Israel* – a rocha de Israel, 2Samuel 23:3
- *Elohim Maoz* – a força, Salmo 43:2
- *Elohim Melek* – o rei, Salmo 44:4
- *Elohim Olam* – o eterno, Isaías 40:28
- *Elohim Erets* – o Deus de toda a terra, Isaías 54:5
- *Elohim Magen* – o escudo, Salmo 84:9
- *Elohim Machceh Metsudah* – o refúgio e fortaleza, Salmo 91:2
- *Elohim Emeth* – a verdade, Jeremias 10:10
- *El Elyon* – o Deus Altíssimo, Gênesis 14:19
- *El Roi* – o Deus que tudo vê, Gênesis 16:13
- *El Shaddai* – o provedor Todo-Poderoso, Gênesis 17:1

- *El Qanna* – o Deus Zeloso, Êxodo 20:5
- *El Channun Rachum* – o Deus clemente e misericordioso, Neemias 9:31
- *El Gibbur* – o poderoso, Neemias 9:32
- *El Aman* – o Deus fiel, Deuteronômio 7:9
- *El Emunah* – o que se pode confiar, Deuteronômio 32:4
- *El Chay* – o Deus vivo, Josué 3:10
- *El Deah* – o Deus de conhecimento, 1Samuel 2:3
- *El Yeshua* – nossa salvação, Salmo 68:19
- *El Moshaoth* – o libertador, Salmo 68:20
- *El Asah Pele* – o Deus que opera maravilhas, Salmo 77:14
- *El Shamayim* – o Deus dos céus, Salmo 136:26
- *El Tsaddiq* – Deus justo, Isaías 45:21
- *Elah Elahin* – o Deus dos deuses, Daniel 2:47.

A raiz *Elohim* é intrínseca a todos esses nomes. Então, por exemplo, quando Deus é chamado no Salmo 68:20 de *El Yeshua*, o Deus da salvação, isso quer dizer que Sua salvação está cheia de força e poder – é uma salvação absoluta, irrestrita, ilimitada e todo-poderosa.

E quando o Salmo 77:14 O identifica como *El Asah Pele*, o Deus que opera maravilhas, está revelando explicitamente que Sua força para operar maravilha é absoluta – sem quaisquer restrições ou limites.

2. Javé

Javé – ou *Jeová* – é o nome comum para Deus e podemos considerar como Seu primeiro nome, ou seu nome pessoal. É usado mais de 6.800 vezes no Antigo Testamento, de Gênesis 2:4 a Malaquias 4:5. Versões mais antigas da Bíblia, às vezes, usam *Javé* ou *Jeová* enfatizando que se trata de o nome pessoal de Deus, porém versões mais modernas traduzem o nome com letras maiúsculas como “SENHOR”.

No hebraico original, o nome de Deus é dado como “YHWH” e estas “quatro letras” tornaram-se conhecidas como o “tetragrama”. O hebraico antigo é uma linguagem consonantal e não se escrevia com vogais – *ST* * * M*N**R* Q** * P*V* H*BR**

*SCR*V** (esta é a maneira que o povo hebreu escrevia). Os estudiosos discutem como o tetragrama era pronunciado originalmente quando falado sem vogais. No fim, tanto cristãos como judeus estão incertos quanto à pronúncia real – os cristãos, principalmente no passado, sugeriram *Jeová* enquanto os judeus mantiveram tradicionalmente *Javé*.

Sabemos que na tradição judaica do Antigo Testamento os judeus não liam o tetragrama verdadeiro em voz alta, porque era reverenciado como o nome santo de Deus. Em vez disso, eles o substituíam pela palavra *Adonai*. Ainda, os massoretas – escribas e estudiosos entre os séculos 7 e 11 que preservaram e vocalizaram o texto original da Bíblia hebraica – também inseriram as vogais de *Adonai* para o tetragrama, não tendo como objetivo a pronúncia, mas para lembrar o leitor de dizer *Adonai*.

Contudo, se o padrão massorético tivesse de ser soletrado, a palavra seria lida como *Jeová* e os estudiosos sugerem que *Jeová* surgiu porque as vogais de *Adonai* foram lidas equivocadamente com as consoantes YHWH. Porém, *Jeová* é, na verdade, uma variante que veio bem depois, colocada por tradutores ingleses que não conheciam a tradição judaica, e se estendeu no máximo até os séculos 16 e 17. *Javé* provavelmente esteja mais próximo da pronúncia hebraica atual do nome pessoal de Deus e é por isso que o usamos na maioria das vezes nesta série *Espada do Espírito*. Na melhor das hipóteses, *Jeová* é uma maneira aceitável de pronunciar o nome de Deus em português.

Javé é uma forma ambígua do verbo “ser”, e pode significar “Eu sou quem sou”, ou “Eu fui quem fui”, ou ainda “Eu serei quem serei”. Esse nome é claramente insinuado em Apocalipse 4:8.

Javé é singular e é o nome que Deus usou quando se revelou para Moisés em Êxodo 3:14 e 6.2-6. Esses versículos mostram que é muito comum para Deus se tornar o que quer que Seu povo precise, a fim de lhes atender à necessidade. Esta ideia é vista claramente quando Jesus fala “Eu sou” em João 6:35,51; 8:12; 10:7,9; 10:11,14; 11:25; 14:6 e 15:1-5.

Deus é chamado com frequência de *Javé Elohim*, Deus Se-

nhor, e isto alia Seu poder absoluto e Sua vontade pessoal, Sua pluralidade e Sua unicidade em um ser divino. Vemos isso, por exemplo, em Gênesis 3:1; 1Reis 8:15 e Miqueias 1:2.

Assim como ocorre com *Elohim*, diversos aspectos da natureza de Deus são destacados pela união de diferentes palavras hebraicas a Javé. Então, por exemplo, Deus é chamado de o Senhor que:

- Provê – *Jeová-Jireh*, Gênesis 22:14
- Cura – *Jeová-Rafah*, Êxodo 15:26
- É a minha bandeira – *Jeová-Nissi*, Êxodo 17:15
- Santifica – *Jeová-Makaddesh*, Êxodo 31:13
- Traz paz – *Jeová-Shalom*, Juízes 6:24
- Possui exércitos – *Jeová-Tsavaot*, 1Samuel 1:3
- É um pastor – *Jeová-Rohi*, Salmo 23:1
- É justiça – *Jeová-Tsidkenu*, Jeremias 23:6
- Está ali – *Jeová-Shamá*, Ezequiel 48:35

3. *Adonai*

Adonai é de longe o nome menos comum dos três nomes “raiz” para Deus. É usado cerca de 350 vezes no Antigo Testamento e é sempre traduzido como “Senhor” – como em Isaías 6:1.

Adonai aponta para a autoridade exclusiva de Deus e mostra que Ele é “o que deve ser obedecido”. Em Israel, escravos, esposas e súditos usavam *Adonai* para identificar e abordar seus mestres, maridos e reis. *Adonai*, portanto, era o nome natural a se utilizar quando estavam falando com Deus ou acerca Dele.

No Antigo Testamento, *Adonai* é quase sempre ligado a *Javé* ou *Elohim*. Por exemplo:

- *Adonai Javé* aparece cerca de 200 vezes, e é traduzido como “Senhor Deus” – como em Gênesis 15:2 e Ezequiel 2:4
- *Adonai* é ligado a *Elohim* em umas quinze passagens e traduzido como “Senhor Deus” – como em Daniel 9:3
- *Adonai*, *Javé* e *Elohim* aparecem juntos somente em Amós 3:13 e 2Samuel 7:28, onde Davi testifica: “Ó Senhor Deus, tu és Deus”: podemos parafrasear esta afirmação assim: “Ó meu rei *Javé*, tu és o Deus todo-poderoso”.

Os nomes “raiz”

Podemos dizer que *Elohim* geralmente aponta para o poder transcendente de Deus, que *Javé* geralmente sugere Sua imanenência, presença pessoal e vontade, e que *Adonai* normalmente se refere à Sua autoridade exclusiva sobre homens e mulheres.

As passagens do Antigo Testamento que chamam Deus somente de *Elohim* tendem a focar Sua natureza “além de todas as coisas” – nas dimensões abstrata e cósmica de Seu caráter. Nessas passagens, Ele é visto como sendo o Deus do céu e da terra que fala com as pessoas principalmente por meio de sonhos e mensageiros.

As passagens que identificam Deus como *Javé* tendem a enfatizar os aspectos “conosco” de Sua natureza. É *Javé* quem fala com as pessoas pessoalmente, quem atende às suas necessidades pessoalmente, e quem é claramente o próprio Deus da nação de Israel.

E as passagens que se dirigem a Deus apenas como *Adonai* focam o relacionamento pessoal que as pessoas desfrutavam com seu Senhor – com seu dono, cônjuge e rei. Muitas vezes, os homens e mulheres chamam Deus de “meu *Adonai*”. Ele pode ser todo-poderoso e estar além de todas as coisas; sem dúvida, Ele é pessoal e independente, mas é também “meu Senhor”.

Quatro nomes “tronco”

Consideramos muitos dos nomes bíblicos de Deus que se alicerçam em *Elohim* e *Javé*. Muitos deles aparecem apenas uma vez ou duas no Antigo Testamento.

Quatro deles, entretanto, são usados com larga frequência e podemos pensar neles como “nomes tronco que nascem dos nomes raiz”. Esses nomes revelam aspectos fundamentais da natureza e caráter de Deus.

1. *Jeová Tsavaot* – o Deus “poderoso”

Deus é chamado de *Jeová Tsavaot* cerca de 200 vezes na Bíblia e, na maioria das versões disponíveis, a tradução é “o Senhor dos Exércitos”.

Esse nome indica que Deus é o líder pessoal de um exército celestial grande e poderoso. É um nome militar que demonstra que Deus é um grande líder. Revela o aspecto da natureza de Deus que luta batalhas, derrota inimigos e estabelece um reino.

Esse nome é usado com maior frequência pelo rei Davi, como em 1Samuel 17:45, e aparece mais comumente nos livros de Samuel, Reis, Crônicas, Salmos e nos primeiros profetas que ministravam quando Judá era governada por reis.

Vemos esse nome, por exemplo, em 2Samuel 5:10; 6:2,18; 1Reis 18:15; 1Crônicas 11:9; Salmo 24:10; 46:7; 84:3; 89:8; Isaías 1:24; 6:3; 10:26; 13:13; 24:23; 29:6; 47:4; 51:15; Jeremias 10:16; 32:18; 51:14; Oseias 12:5; Naum 2:13; Sofonias 2:10; Ageu 2:7-9; Zacarias 9:15; 13:7 e Malaquias 3:10.

Vários nomes expressam aspectos semelhantes do caráter militar de Deus. Por exemplo:

- Força – Salmo 18:1; 59:9,17; 81:1; 92:15; 116:5; 129:4; Isaías 12:2; Jeremias 16:19 e Habacuque 3:19
- Poderoso – Gênesis 49:24; Salmo 132:2 e Isaías 49:26
- Guerreiro – Êxodo 15:3 e Sofonias 3:17
- Bandeira de guerra – Êxodo 17:15
- Imbatível e temível – Deuteronômio 10:17
- Espada de guerra – Deuteronômio 33:29
- Senhor da batalha – 1Samuel 17:47
- Glória e poder – 1Crônicas 16:28
- Valoroso – Salmo 24:8
- Retribuição – Jeremias 51:56
- Libertador – Salmo 18:2.

2. *El Elyon* – o Deus que “protege”

El Elyon geralmente é traduzido como “O Deus Altíssimo”, e revela o aspecto do caráter de Deus que serve Seu povo, protegendo-o fortemente de todos os tipos de mal. Sugere altura e força infinitas.

Esse nome é usado pela primeira vez em Gênesis 14:18, vinculado a Melquisedeque, que foi “um sacerdote do Deus Altíssimo” e depois é utilizado cerca de outras cinquenta vezes no Antigo Testamento. O nome *El Elyon* é empregado, por exemplo, em

Gênesis 14:18-22; Números 24:16; Deuteronômio 32:8; Salmo 7:17; 21:7; 57:2; 82:6; 92:1 e Daniel 7:15-27.

Embora *El Elyon* seja o menos comum dos quatro nomes “tronco”, há tantos outros nomes de Deus ligados a esse aspecto de Sua natureza que “proteção” é a característica bíblica com maior número de associações ao Seu nome e natureza. Vemos isto nestes nomes:

- Escudo – Deuteronômio 33:29
- Amparo – 2Samuel 22:19
- Rocha – 2Samuel 23:3
- Fortaleza – Salmo 18:2
- Salvador – Salmo 24:5
- Refúgio – Salmo 31:4
- Protetor – Salmo 31:23
- Abrigo – Salmo 43:2
- Cidadela – Salmo 59:9-17
- Torre forte – Salmo 61:3
- Segurança – Salmo 61:2-6
- Santuário – Isaías 8:13,14
- Defensor – Isaías 51:22,
- Fortaleza – Jeremias 16:19.

3. *El Qodesh* – o Deus “perfeito”

Deus é nomeado de *El Qodesh* ou *Qodesh* cerca de sessenta vezes no Antigo Testamento e geralmente é traduzido como “o Santo” ou “o Santo de Israel”.

Deus revelou esse lado santo “separado”, de sua natureza em Levítico 11:44,45 e esse nome básico demonstra que Deus é separado da criação por Sua vida eterna, natureza não criada e perfeição moral. *El Qodesh* sugere que de Deus não podem se aproximar aqueles que são moralmente imperfeitos.

Este nome aparece com mais frequência em Levítico, Salmos, Isaías e Ezequiel, por exemplo: Levítico 19:2; 20:26; 21:8; Salmo 71:22; 89:18; Isaías 1:4; 12:6; 29:23; 30:15; 43:3; 47:4; 49:7; 57:15; Jeremias 51:5; Ezequiel 39:7 e Oseias 11:9.

Vemos nesses nomes os diferentes aspectos da capacidade de

Deus de “se fazer diferente e especial” e de Sua “perfeição moral absoluta”:

- Juiz – Gênesis 18:25
- Santificador – Êxodo 31:13
- Nuvem – Números 9:15-21
- Fogo consumidor – Deuteronômio 4:24
- Fiel – Deuteronômio 32:4
- Zeloso – Josué 24:19
- Celestial – 2Crônicas 20:6
- Árbitro – Salmo 7:8
- Reto – Salmo I 1:7
- Rei da glória – Salmo 24:8-10
- Verdade – Salmo 31:5
- Ilustre e glorioso – Salmo 76:4
- Que se oculta – Isaías 45:15
- Justo – Isaías 45:21.

O lado perfeito de Deus pode ser visto com clareza específica nas autorrevelações de *Javé* em Êxodo 34:6. Podemos pensar nesse versículo como o nome “ampliado” de Deus, o que é fundamental para o entendimento judeu e cristão Dele.

Diversas formas desse nome aparecem em todo o Antigo Testamento, por exemplo: 2Crônicas 30:9; Salmo 86:15; 103:8; 116:5; Neemias 9:17, 31; Joel 2:13; Jonas 4:2 e Naum 1.2.

4. *El Shaddai* – o Deus “da provisão”

Em geral, nas versões mais antigas da Bíblia, *El Shaddai* é traduzido como “o Todo-Poderoso”. Entretanto, é difícil justificar essa tradução pelo contexto em que normalmente é utilizada no Antigo Testamento.

Não é possível conhecer o significado original de *Shaddai*, ou mesmo a sua derivação. Alguns argumentam que se origina de uma palavra acadiana para “montanha” e usam isso para justificar o “Todo-Poderoso”. Outros, no entanto, defendem que deriva de um termo aramaico para “derramar”; enquanto outros ainda indicam uma similaridade com a palavra hebraica para “seio”. Há ainda os que sugerem que *shaddai* pode guardar uma relação

com a raiz hebraica primitiva *shadad*, que significa “lidar violentamente com”, “despojar”, “devastar”, “arruinar”, “destruir”, ou “espoliar”. Isso significaria o Deus que é manifestado pela severidade de Seus atos poderosos.

A versão grega do Antigo Testamento, a Septuaginta, traduzia *El Shaddai* como “o Suficiente”, e esse é um sentido excelente quando consideramos que, no Antigo Testamento, *El Shaddai* é quase sempre usado no contexto da provisão da aliança extravagante de Deus.

De fato, esse nome “tronco” revela Deus como todo provedor, sendo primeiramente usado em Gênesis 17:1-5, quando Deus se apresenta a Abraão e com ele estabelece a aliança de torná-lo uma grande nação. O termo aparece cerca de cinquenta vezes no Antigo Testamento, principalmente em livros como Gênesis, Rute e Jó, cujo foco é a provisão da aliança de Deus. Por exemplo, encontramos *El Shaddai* em: Gênesis 28:3; 35:11; 43:14; 48:3; 49:25; Êxodo 6:3; Números 24:4; 24:16; Rute 1:20,21; Jó 5:17; 8:5; 21:20; 22:17; 27:10-13; 31:2; 33:4; Salmo 91:1; Ezequiel 1:24 e 10:5.

O aspecto provedor da natureza de Deus também é encontrado nos seguintes nomes:

- Provedor – Gênesis 22:14
- Lâmpada – 2Samuel 22:29
- Criador – Jó 4:17
- Benevolente – Salmo 16:2
- Cálice – Salmo 16:5
- Conselheiro – Salmo 16:7
- Luz – Salmo 27:1
- Consolador – Isaías 51:12
- Fonte – Jeremias 17:13.

Doze nomes “ramo”

Vimos que existem três nomes “raiz” de Deus que aparecem milhares de vezes no Antigo Testamento e que enfatizam a Sua descendência, imanência e autoridade: *Elohim*, *Javé* e *Adonai*. Ainda, examinamos os quatro nomes “tronco” que revelam os aspectos fundamentais de Seu caráter: *Javé Tsavaot*, *El Elyon*, *El Qodesh* e

El Shaddai. Além disso, observamos cerca de noventa nomes que estão conectados a esses sete, seja por linguagem ou contexto: os tais enfatizam facetas distintas da natureza divina, sendo que a maioria possui apenas uma ou duas citações no texto bíblico.

No entanto, entre esses há doze nomes divinos que aparecem com maior frequência. Assim, podemos considerar tais nomes como “ramificações que florescem dos nomes tronco ou raiz”. Esses nomes enfatizam aspectos escriturais importantes da natureza de Deus. Devemos reconhecer e nos lembrar da ênfase especial que a Bíblia lhes concede:

- Deus dos céus e da terra – Gênesis 24:7 e Josué 2:11
- Juiz – Juízes 11:27 e Salmo 7:11
- Rei – Salmo 47:6 e Jeremias 10:10
- Deus de teu pai – Gênesis 46:3 e 1Crônicas 28:9
- Criador – Isaías 22:11 e Jeremias 10:16
- Rocha – Salmo 18:2 e 62:2
- Zeloso – Êxodo 34:14 e Naum 1:2
- Deus de Israel – Êxodo 5:1 e Juízes 5:3
- Escudo – 2Samuel 22:31 e Salmo 115:9-11
- Salvador – Isaías 43:3 e 21
- Força – Salmo 59:9 e Habacuque 3:19
- Deus vivo – 1Samuel 17:26-36 e Daniel 6:20-26.

Deus também é comumente denominado como o Deus de uma pessoa em particular. Isso ressalta a verdade de que a revelação de Deus é essencialmente relacional: é pessoal e não proposicional. Por exemplo:

- O Deus de Abraão – Salmo 47:9
- O Deus de Jacó – Salmo 20:1
- O Deus de Davi – Isaías 38:5
- O Deus de Elias – 2Reis 2:14.

Outros nomes

Também há cerca de duzentos nomes e títulos para Deus que apresentam apenas uma ou duas citações na Bíblia e apontam para alguns aspectos particulares da natureza divina. Não há espaço suficiente neste livro para listar todos, porém podemos per-

ceber cada um ao lermos as Escrituras – e podemos, então, pedir a Deus que revele aquele respectivo aspecto de Sua natureza a nós em nossa experiência.

A seguir está uma pequena seleção dos nomes divinos “menos” citados no texto bíblico:

- O Deus que vê – Gênesis 16:13
- O Deus eterno – Gênesis 21:33
- O temor de Isaque – Gênesis 31:42
- O único Deus – Deuteronômio 6:4
- O Senhor é paz – Juízes 6:24
- Deus da sabedoria – 1Samuel 2:3
- O Senhor de tudo – 1Crônicas 29:11
- Deus da minha justiça – Salmo 4:1
- O pastor – Salmo 23:1
- Deus da minha vida – Salmo 42:8
- Deus da minha grande alegria – Salmo 43:4
- Dele vem a minha esperança – Salmo 62:5
- O que cavalga sobre as nuvens – Salmo 68:4
- Pai dos órfãos e juiz das viúvas – Salmo 68:5
- Deus que me atende – Salmo 77:1
- Deus que ouve a minha voz – Salmo 116:1
- O Senhor edifica Jerusalém – Salmo 147:2
- O Senhor dá a sabedoria – Provérbios 2:6
- O unguento derramado – Cântico dos Cânticos 1:3
- O primeiro e com os últimos – Isaías 41:4
- Aquele que revela mistérios – Daniel 2:29
- O Ancião de Dias – Daniel 7:9.

Neste capítulo desenvolvemos um retrato do nome de Deus valendo-nos da metáfora de uma árvore. Abordamos os nomes de Deus em termos de “raiz”, “tronco” e “ramos”, bem como os categorizamos em função da frequência que são citados na Bíblia. Isso nos ajuda a reconhecer as distintas ênfases bíblicas, bem como a entender que alguns nomes populares (como, por exemplo, “o Deus que cura”) raramente são citados, enquanto outros nomes menos conhecidos (como “a Rocha”) são mais comuns. No entanto, devemos lembrar que:

- A natureza imortal, infinita e eterna de Deus significa que Ele é todos os Seus nomes, em todo o tempo.
- Os diferentes nomes nos introduzem a distintas facetas de Sua natureza, porém a frase “o nome de Deus” abrange todos eles.
- Todos os nomes se aplicam plena e igualmente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. Todas as três pessoas da Trindade compartilham a mesma natureza e o mesmo nome.

Descrições

Uma série de descrições maravilhosas e assombrosas de Deus pode ser vista ao longo das Escrituras. Se desejarmos ampliar a metáfora da “árvore”, podemos pensar nessas descrições como “flores” adornando a “árvore da vida!” Embora não sejam realmente nomes de Deus, constituem maravilhosas descrições da natureza divina em ação – conforme vivenciadas por Seu povo.

Se realmente desejamos conhecer Deus na plenitude de Sua natureza e de Seu santo nome, devemos ler e meditar em algumas das passagens a seguir. Elas revelam como Deus é e o que Ele faz por Seu povo: Êxodo 15:11; 34:6,7; Levítico 10:3; Números 6:24-27; Deuteronômio 4:35-39; 32:3-4; 32:39-41; 1Samuel 2:6-10; 2Samuel 22; 2Reis 19:15-19; 1Crônicas 16:8-36; 29:10-19; 2Crônicas 14:10,11; 20:6; Neemias 9:5-38; Jó 9:1-13; 11:7; 36:22-37:24; 38:1-39:30; Salmo 36:6-9; 86:15,16; 89:7,8; 91:1,2,14-16; 103:1-6; 104:24,25,34; 136; 145; 146:7-10; Jeremias 32:17-20; Daniel 7:9-14 e Habacuque 3:1-19.

A Paternidade de Deus

Na Parte Dois, vimos que o “nome” de Deus domina a revelação do Antigo Testamento sobre o Criador. Agora, veremos que a ideia da “paternidade” de Deus permeia o Novo Testamento. A compreensão de Deus essencialmente como “Pai” molda e afeta cada texto do Novo Testamento. No Antigo Testamento, encontramos a denominação de Deus como “Pai” apenas em quatro ocasiões, porém, no Novo Testamento, Ele é assim chamado mais de 250 vezes.

O pai no Antigo Testamento

No passado, alguns mestres da Bíblia enfatizaram em demasia as diferenças entre o Antigo e o Novo Testamento e negligenciaram a presença da “paternidade” de Deus no Antigo Testamento.

Porém, o Antigo Testamento compara com frequência o relacionamento de Deus com Israel enquanto nação, bem como com os judeus enquanto indivíduos, ao de um pai para com seu filho. Vemos esse aspecto, por exemplo, em Deuteronômio 1:31; 8:5 e Salmo 103:13.

Mais importante ainda, o Antigo Testamento claramente apresenta Deus como:

- O Pai de Israel – Deuteronômio 32:6; Jeremias 3:4,19 e 31:9
- O Pai dos indivíduos israelitas – Isaías 63:16; 64:8 e Malaquias 2:10

O Antigo Testamento concede uma ênfase ainda maior às in-

ferências adicionais dessas afirmações, declarando com frequência que:

- Israel é “Filho de Deus” – Êxodo 4:22,23; Oseias 11:1; Jeremias 3:19; 31:20 e Salmo 89:27
- Os indivíduos judeus são seus “filhos” – Deuteronômio 14:1.

O Antigo Testamento igualmente profetiza, em Isaías 9:6, que o Messias será “Deus Forte, Pai da Eternidade”. Essa ideia de uma “paternidade messiânica pode ser encontrada, por exemplo, nos Salmos 2 e 89. (Retomaremos este assunto na Parte Cinco.)

Isso significa poder afirmar que a paternidade de Deus está presente no Antigo Testamento, porém é apenas mais um atributo entre muitos outros. A paternidade de Deus não era algo básico na compreensão judaica, mas simplesmente parte do sentimento geral do privilégio de ser o “Povo Escolhido”. Como veremos, essa compreensão da paternidade de Deus cresceu com o desenrolar da revelação do Novo Testamento.

Deus no Novo Testamento

O Novo Testamento compartilha a mesma compreensão básica de Deus encontrada no Antigo Testamento, porém se concentra em alguns aspectos da natureza divina.

Deus é chamado com frequência de “o Deus de Abraão, Isaque e Jacó” e isso demonstra que Sua natureza no Novo Testamento é a mesma encontrada quando Ele lidou com os patriarcas na aliança da graça. Vemos isso, por exemplo, em Mateus 8:11; 22:32; Lucas 20:37; Atos 3:13 e 22:14.

Igualmente, em Apocalipse 1:8 e 21:6, Deus é chamado de “o Alfa e o Ômega” – um nome que enfatiza a continuidade da natureza divina. Como vimos, por Deus ser eterno, infinito e imortal – por definição – Ele deve ser imutável.

O Criador

O Novo Testamento enfatiza que Deus é o criador dos céus e da terra, o criador de todas as coisas. Encontramos essa afirmação em passagens como Mateus 19:4; Marcos 10:6; 13:19;

Atos 14:15; 17:24,29; Romanos 1:20; 11:36; 1Coríntios 8:6; 11:12; Efésios 3:9 e Apocalipse 4:11.

O Novo Testamento também nos faz lembrar que a criação não é eterna como o Criador. Passagens como João 17:5,24, Efésios 1:4 e 1Pedro 1:20 ilustram a crença de que Deus existe independente da realidade material da criação.

O Rei

Jesus ensinou mais sobre o reino do que acerca de qualquer tópico e, implicitamente, esse fato aponta para Deus como rei. Abordamos o reino de Deus na série *Espada do Espírito*, volume 3, *O Governo de Deus*.

Atos 4:24 mostra que esse reinado ou soberania deriva da criação: o Deus que cria tem o direito de governar. Ainda, Romanos 9:19-21 demonstra que tal realeza é parte da atividade criativa de Deus.

A realeza divina pode igualmente ser vista em inúmeras referências do Novo Testamento, como:

- O senhorio de Deus – Mateus 4:7 e 10
- O trono de Deus – Mateus 5:34; 23:22; Apocalipse 4:2; 5:1; 20:11 e 21:5
- A soberania de Deus – 1Coríntios 2:6-8; 15:24; Romanos 8:37-39; Colossenses 2:15; 1Timóteo 6:15 e Apocalipse 6:10
- A majestade de Deus – Hebreus 1:3; 8:1; 12:2 e 1Pedro 3:22.

O Juiz

O conceito de Deus como rei está intimamente associado ao de juiz.

A certeza absoluta do juízo de Deus é a suposição básica por trás da pregação de João, em Mateus 3:7-12 e Lucas 3:7-9, bem como do ensinamento de Jesus, em Mateus 7:1,2; 11:22-24; 12:36,37; Lucas 18:7 e João 8:16.

A ideia de Deus como juiz pode também ser encontrada, por exemplo, em Romanos 2:16; 3:6 e 14:10.

O Salvador

Embora o título divino “Salvador” seja, em geral, aplicado a Jesus no Novo Testamento, ele também é atribuído – como no Antigo Testamento – a Deus.

Deus é citado como Salvador em Lucas 1:47; 1Timóteo 2:3; Tito 2:10,13; 3:4 e Judas 1:25. Além disso, o tema de Deus salvando o Seu povo é central no Novo Testamento, bem como é fundamental à nossa compreensão cristã e experiência de Deus.

O Pai

Do início ao fim do Novo Testamento, o conceito de Deus como Pai é apresentado com tanta frequência que Sua paternidade tornou-se uma característica central do cristianismo. De fato, Deus não é apenas identificado como “Pai” mais de 250 vezes no Novo Testamento, Ele é chamado de “Pai” em todos os livros, com exceção de um.

O Pai é mencionado, por exemplo, em Mateus 5:6; Marcos 14:36; Lucas 11:2; João 14:8; Atos 2:33; Romanos 1:7; 1Coríntios 8:6; 2Coríntios 1:3; Gálatas 4:6; Efésios 4:6; Filipenses 4:20; Colossenses 1:12; 1Tessalonicenses 3:11; 2Tessalonicenses 2:16; 1Timóteo 1:2; 2Timóteo 1:2; Tito 1:4; Filemom 1:3; Hebreus 1:5; Tiago 1:17; 1Pedro 1:2; 2 Pedro 1:17; 1João 3:1; 2João 1:4; Judas 1:1 e Apocalipse 3:5.

A paternidade de Deus

É Jesus quem nos apresenta a paternidade de Deus com maior clareza. Nenhum dos nomes de Deus foi usado com mais constância por Jesus que “Pai”; e nenhum nome divino parece ter permeado mais os pensamentos de Cristo – tanto para os Seus discípulos quanto para Ele mesmo.

Por intermédio de Jesus, aprendemos que a paternidade não é um atributo divino entre muitos outros, ela é a atitude central que concede cor e formatos a todos os demais. Reiteradas vezes, Jesus fundamenta Seus argumentos e ensinamentos na paternidade de Deus: este é o alicerce sobre o qual repousa muitas de Suas deduções e grande parte de Seus ensinamentos. Vemos isso,

por exemplo, em passagens como Mateus 6.26,32; 7:9-11 e 10:29-31.

Podemos afirmar que o Antigo Testamento apresenta Deus como *Javé Elohim* – como “um, porém mais que um”, como “cheio de poder e graça”, como “perfeito, protetor, provedor, poderoso”; e que Jesus, então, coloca *todos* esses aspectos juntos e, em foco, revelando Deus como essencialmente Pai.

No Novo Testamento, Deus é tudo o que o Antigo Testamento revelou que Ele era – sendo ainda, por vezes, referenciado pela frase “o nome” – porém, agora Ele finalmente é revelado como “o Deus Pai”. Assim como a frase “o nome” no Antigo Testamento engloba *toda* a revelação sobre a natureza divina ao povo de Israel, assim também “Pai” no Novo Testamento engloba toda a manifestação e experiência de Deus, em Israel, *além* de tudo o que é ensinado por Jesus e visto Nele.

Cristo, por meio de Seu ensino, apresenta três aspectos da paternidade de Deus.

1. Deus é o Pai universal de toda a humanidade

Jesus deixa claro que Deus é o pai de todos os povos e de todas as nações. A paternidade de Deus não está restrita apenas a alguns escolhidos. Seus atributos paternos são exibidos até mesmo aos “ingratos e maus”. Encontramos isso, por exemplo, em Mateus 5:45 e Lucas 6:35:

2. Deus é o Pai redentor de todos os que creem

Jesus também deixa claro que, num sentido especial, Deus é o Pai de todos os crentes e discípulos. Ao longo de todo o Novo Testamento, a relação de pai-filho entre as pessoas e Deus é reservada aos crentes e é o resultado da atividade redentora de Deus. Podemos ver isso, por exemplo, em Mateus 6:9,32; Romanos 8:28 e Hebreus 12:5-7.

Como demonstram os textos de Romanos 8:14-17 e Gálatas 4:4-7, Deus torna-se pai do que crê por meio da adoção, uma ação legal pela qual uma pessoa, em caráter permanente, traz para o seio de sua família, uma criança que não seja sua, com o

propósito de tratá-la como se assim fosse, concedendo-lhe todos os direitos e privilégios como se fora um filho natural. O termo grego para “adoção” é *huiothesia* que significa literalmente ser “considerado como filho” – em termos espirituais, a palavra faz referência ao cristão nascido de novo que passa a ser considerado como filho de Deus e se torna coerdeiro de Cristo.

3. Deus é o único Pai de Jesus

Jesus muitas vezes é descrito como “Filho unigênito de Deus”, fato que aponta implicitamente para a paternidade singular de Deus com relação a Jesus. Marcos 1:11 relata que o ministério de Jesus principia com o anúncio de Sua filiação, sendo que essa declaração é repetida em Marcos 9:7.

Jesus não fala “nosso Pai” como se estivesse abrangendo os discípulos e Ele próprio. Em vez disso, Ele fala “meu Pai e vosso Pai” – como em João 20:17. É esse aspecto singular da paternidade de Deus que está por trás das declarações de Jesus em Mateus 11:27; João 10:15-18 e 29,30.

Três aspectos da paternidade

Esses três aspectos distintos da paternidade de Deus podem, igualmente, ser vistos nas demais páginas do Novo Testamento.

O primeiro aspecto é o menos destacado, porém é mencionado em Atos 17:28,29.

O segundo é encontrado, por exemplo, em Romanos 8:15-17; Gálatas 4:6 e 1Pedro 1:17. Embora os elementos da paternidade de Deus sejam reservados aos cristãos, devemos lembrar que detemos nossos privilégios como filhos em custódia pelo restante do mundo. Romanos 11:25-27 profetiza que a plenitude dos gentios, bem como a plenitude de Israel, serão, um dia, trazidas ao seio da família de Deus.

O terceiro aspecto pode ser visto em muitas passagens, como Romanos 15:6; 2Coríntios 11:31; Efésios 1:3 e 1Pedro 1:3, as quais mostram que Deus é o único Pai de Seu único Filho.

Como cristãos, necessitamos reconhecer estes três aspectos da paternidade de Deus.

- Somos chamados a conhecer o Pai, em geral, como membros da humanidade e a confiarmos em Sua provisão, bem como cuidar de Sua criação.
- Somos chamados também a conhecê-Lo de maneira pessoal e íntima, como o que é adotado em Sua família santa, e a confiar em Sua redenção, graça e esperança.
- Contudo, não podemos conhecer a Deus exatamente como Jesus O conhece, pois há um aspecto da paternidade de Deus que é exclusivamente para Jesus.

Nosso Pai

É difícil reconhecermos hoje a oração radical que Jesus ensinou aos discípulos. Estamos tão familiarizados com a oração do Senhor – conhecida como “o Pai Nosso” – que a consideramos “tradicional”. Contudo, ela constitui uma revelação notável de Deus que revolucionou a compreensão dos discípulos.

Vimos que Deus, no Antigo Testamento, era conhecido pelos nomes básicos: *El Elyon*, *Javé Tsavaot*, *El Qodesh* e *El Shaddai* – nomes que revelam Deus como essencialmente “Protetor”, “Poderoso”, “Perfeito” e “Provedor”. Cada um desses aspectos primários da natureza de Deus é tratado na oração do “Pai Nosso”, como exemplificado a seguir:

- “Não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal”, solicita a *proteção de Deus*
- “Venha o teu reino, faça-se a tua vontade” e “Teu é o reino, o poder”, foca o *poder de Deus*
- “Santificado seja o teu nome”, e “Tua seja a glória”, fazem referência à *perfeição de Deus*
- “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”, e “Perdoa-nos as nossas dívidas”, suplica pela *provisão de Deus*.

A natureza radical da oração não residia em seu conteúdo, mas no fato de ser uma abordagem direta ao “Pai Nosso” – o que era típico da atitude de Jesus para com Deus.

A Oração do Senhor deixa claro que nosso Pai celestial é *Javé Elohim*, é *El Elyon*, *Javé Tsavaot*, *El Qodesh*, e *El Shaddai*, é “o Nome”, e assim por diante. Ela também evidencia que o grande

Criador não somente é “o” Pai supremo, mas também o “nosso” Pai pessoal.

Esse relacionamento íntimo com Deus, presumido pela frase “Pai nosso”, torna-se ainda mais impactante quando consideramos as palavras que vêm em seguida. Por ora, devemos ser capazes de reconhecer a ressonância especial da frase “Santificado seja o teu *nome*”. Nosso Pai não é um velho amigo, mas Ele é “o Nome santificado”; Ele é o Nome santo inacessível que enche o universo com Sua presença, que existe além da vida, da matéria, do tempo e do espaço.

Devemos reconhecer que a primeira frase da Oração do Senhor constitui um extraordinário paradoxo. Jesus convida a nos aproximarmos de “nosso Pai”, porém conscientes de que “Santo é o Seu Nome”.

Podemos afirmar que o Antigo Testamento constrói de maneira metódica – nível a nível, atributo a atributo, livro a livro – o retrato mais completo possível da natureza de Deus, a fim de nos maravilhar e inspirar. A plena revelação escritural de Deus como “o Nome” é praticamente magnífica demais e terrível demais para ser contemplada. Contudo, Jesus vem e nos ensina que o santo Deus é, na verdade, nosso próprio Pai – e nos revela como podemos conhecê-Lo.

Deus não é menos do que o Antigo Testamento revela a Seu respeito, tampouco é, de alguma forma, diferente daquela revelação. Simplesmente Jesus nos mostra como compreender e nos aproximarmos do “Nome”, bem como nos relacionarmos com “o Nome”. Ele nos revela como conhecer o Pai.

É vital que reconheçamos o fato de “nosso Pai” ser “o Nome”. Nossa relação de intimidade com o Pai não deve diminuir o temor em nos aproximarmos Dele. Jamais devemos reduzir a visão bíblica da paternidade de Deus ao mesmo nível da nossa experiência humana de paternidade. O relacionamento terreno com os nossos pais sempre será imperfeito, entretanto – em Deus – o padrão perfeito da verdadeira paternidade é visto de modo permanente.

Efésios 3:14,15 ensina que toda a paternidade humana provém de Deus. Isso significa que Ele não é chamado de Pai segun-

do uma analogia humana, como se a paternidade humana fosse a melhor maneira de descrever o relacionamento de Deus com os que creem. A paternidade é inerente à natureza de Deus, e existe na humanidade apenas porque fomos feitos à Sua imagem.

Aba

Marcos 14:36 indica que Jesus utilizou a palavra aramaica *Abba* em referência a Deus. Esse termo era originalmente usado por crianças na primeira infância quando falavam com seus pais naturais, porém – na época do Novo Testamento – era, em geral, mais empregado por judeus adultos para expressar o relacionamento familiar com o seu pai.

No Antigo Testamento, *Aba* jamais é utilizado para abordar Deus. Assim, o uso desse termo por Jesus ilustra o quanto Sua visão de Deus como Pai, bem como Seu relacionamento com Ele, eram desprovidos de formalidade.

O uso do termo *Aba* em Romanos 8:15 e Gálatas 4:6, revela a intimidade e a familiaridade com “nosso Pai” que nos é acessível mediante a obra do Espírito. Na Parte Cinco, faremos uma consideração mais detalhada desse assunto.

O Pai sabe

Já vimos que o Antigo Testamento identifica Deus como onisciente e Jesus, em Mateus 6:32, enfatiza essa verdade ao insistir que é “o Pai celestial” quem sabe do que necessitamos.

Nessa passagem, Jesus demonstra que nosso Pai conhece todas as nossas necessidades do dia a dia, os pequenos detalhes e também as preocupações mais graves. Ainda, Ele deixa claro que “nosso Pai” é o grande Criador ao explicar o cuidado divino para com Suas criaturas em termos da *paternidade*, em vez de Sua condição como *autor da criação* – isso enfatiza o conceito do cuidado e preocupação de Deus para com os indivíduos. Vemos esse conceito também em Mateus 6:26-32 e 10:29,30.

Essa revelação de Jesus acerca do Pai que é onisciente, cuidadoso e exclusivo (que é o Todo-poderoso, provedor, protetor e perfeito *Javé Elohim*) é enfatizada em todo o Novo Testamento.

A maioria das cartas de Paulo principia com uma declaração da paternidade de Deus e essa compreensão de Deus como essencialmente Pai constitui o fundamento básico por trás de todo o ensino do apóstolo. Vemos isso, por exemplo, em 1Coríntios 1:3; 2Coríntios 1:3; Gálatas 1:3,4; Efésios 1:2,3; Filipenses 1:2; Colossenses 1:2,3, e assim por diante.

Os atributos do Pai

Assim como no Antigo Testamento a natureza de Deus é revelada mediante a adição de palavras aos nomes “raiz”, a paternidade divina no Novo Testamento caracteriza-se do mesmo modo, a fim de desenvolver sua riqueza. Vemos, por exemplo, que Ele é:

- O Pai, o Senhor do céu e da terra – Mateus 11:25
- O Pai santo – João 17:11
- O Pai justo – João 17:25
- O Pai de Jesus Cristo – 2Coríntios 1:3
- O Pai de misericórdias – 2Coríntios 1:3
- O Pai da glória – Efésios 1:17
- O Pai dos espíritos – Hebreus 12:9
- O Pai das luzes – Tiago 1:17.

Uma vez mais, é necessário reconhecer que a revelação bíblica sobre Deus é pessoal e não proposicional; é relacional e não teórica. O Novo Testamento não apresenta verdades abstratas sobre a paternidade de Deus, em vez disso, revela o Pai por meio do relacionamento com Seus filhos e – em especial – por intermédio do relacionamento com Seu Filho unigênito. O Novo Testamento nos introduz ao Pai de modo que podemos conhecê-Lo de maneira pessoal e íntima e não apenas saber verdades “sobre” Ele.

No contexto dos relacionamentos de Deus com os homens e mulheres, o Novo Testamento nos mostra, por exemplo, o que o Pai faz por Seus filhos, como se relaciona com eles e o que espera deles. O Novo Testamento demonstra, por exemplo, que o Pai:

- Possui glória e pode ser glorificado – Mateus 5:16 e Marcos 8:38
- É perfeito – Mateus 5:48

- Concede recompensas – Mateus 6:1
- Tudo vê – Mateus 6:4
- Conhece todas as coisas – Mateus 6:8 e 1Pedro 1:2
- Perdoa – Mateus 6:14
- É Provedor – Mateus 6:26 e Tiago 1:17
- Possui vontade – Mateus 7:21 e 18:14
- Responde às orações – Mateus 26:53
- Trabalha por meio do batismo – Mateus 28:19
- É misericordioso – Lucas 6:36
- Ama – João 3:35; 14:23 e 1João 3:1
- Merece adoração – João 4:21-23
- Trabalha – João 5:17
- Ressuscita os mortos – João 5:21
- É a fonte da vida – João 5:26
- É dadivoso – João 6:32
- Ensina – João 8:28
- É um com Jesus – João 10:30
- Concede graça e paz – Romanos 1:7
- Merecedor de que se Lhe dê graças – Colossenses 1:12
- Disciplina – Hebreus 12:5-11.

O Novo Testamento não apresenta uma definição da natureza e atributos do Pai. Antes, contém uma gama de eventos e exemplos que nos concedem vislumbres de Seu caráter santo e de Suas graciosas ações.

Na verdade, não é possível desenvolver um retrato sistemático da paternidade divina, entretanto, inúmeras características importantes da natureza do Pai estão evidentes:

1. Sua glória e poder

A glória de Deus constitui um dos maiores temas da Bíblia, sendo que consideramos o seu significado de maneira mais detalhada em *Glória na Igreja*.

Efésios 1:17 descreve Deus como o “Pai da glória”, e essa glória é mencionada com frequência em todo o Novo Testamento, em passagens como, por exemplo, Lucas 9:26; João 17:5; Atos 7:55; Romanos 3:23; 5:2; 2Coríntios 3:18 e 2Pedro 1:17.

O Pai é supremamente glorioso e o texto de Hebreus 1:3 mostra que Jesus reflete Sua glória. Isso significa que Cristo expressa em Sua pessoa a *completa* natureza de Deus – Sua majestade, poder, amor e Sua paternidade. Esta é a “paternidade messiânica” citada em passagens do Antigo Testamento como Isaías 9:6.

A glória do Pai deve nos levar a reagir com temor e adoração e nos preparar para o Seu poder. Tão glorioso ser não poderia ser fraco e a frase “o poder de Deus” é usada com frequência para indicar esse atributo do Pai citado em passagens como Romanos 4:21; 11:23; 1Coríntios 2:5; 2Coríntios 6:7; 9:8; 13:4 e 2Timóteo 1:8.

2. Sua sabedoria e vontade

Já observamos o conhecimento do Pai em Mateus 6:4-8, porém, a passagem de 1Pedro 1:2 amplia esse atributo a fim de incluir Sua “presciência”. A natureza “além-tempo” de Deus implica que se Ele conhece o presente e o passado, deve conhecer também o futuro. Textos como Efésios 1:5 revelam que esse conceito é parte da compreensão básica de Deus no Novo Testamento.

Se o Pai detém toda a sabedoria e todo o conhecimento, segue-se que todas as Suas vontades, desejos e planos são, por definição, perfeitos. Tito 1:2 afirma que Deus jamais mente e Hebreus 6:18 enfatiza que Deus nunca mente. A vontade do Pai é considerada em detalhes na Parte Sete.

3. Sua santidade absoluta

Vimos que a santidade é a qualidade mais enfatizada do nome de Deus. João 17:11 identifica Deus como “Pai santo”. Isso sugere que Jesus tinha consciência da santidade de Seu Pai quando enfrentou a cruz.

O Novo Testamento sempre deixa claro que o caráter e as ações do Pai são totalmente santos. Ele é completamente separado; Sua pureza é absoluta.

4. Sua justiça e ira

Jesus, em João 17:25, identifica Deus como “Pai justo” e a justiça do Pai é fundamental a todo o plano da salvação. Conside-

ramos esse aspecto mais detalhadamente em *Espada do Espírito* – volume 9 – *Salvação pela Graça*.

- Romanos 1:17 e 3:21,22 enfatizam que a justiça de Deus foi revelada.
- O clamor de Jesus por justiça, em Mateus 5:20 e 6:33, pressupõe a justiça do Pai.
- Romanos 10:3; 2Coríntios 5:21; Efésios 4:24 e Filipenses 3:9 mostram que Deus é perfeitamente justo.
- O contexto de João 17:25 sugere que a justiça de Deus foi de vital importância para Jesus quando Ele estava contemplando o juízo do Pai.

Claro que o julgamento de um Pai absolutamente justo deve ser perfeitamente justo – o que significa que Deus é imparcial e não possui favoritos. Para os judeus, essa era uma ideia de difícil aceitação. Passagens como Atos 10:34; Romanos 2:11; 3:5; Gálatas 2:6; Hebreus 6:10 e 1Pedro 1:17 descrevem a igreja primitiva desenvolvendo reconhecimento da imparcialidade de Deus.

A ira do Pai constitui um importante aspecto de Sua justiça: vemos isso, por exemplo, em Romanos 1:18; 5:9; 12:19; 13:5; Efésios 5:6; Colossenses 3:6 e 1Tessalonicenses 5:9. Podemos afirmar que a ira de Deus expressa a repulsa de Sua santidade absoluta contra tudo o que não é santo.

O livro de Apocalipse nos apresenta a ira divina de um modo particularmente claro, estabelecendo-a no contexto do juízo final de Deus – como em 6:16; 14:10,19; 15:1,7; 16:1 e 19:15.

5. Seu amor e graça

Os textos de 1João 4:8 e 16 afirmam que Deus é amor e mostram que esse amor caracteriza a abordagem básica de Deus ao ser humano. E 1João 3:1 posiciona o amor firmemente no contexto de Sua paternidade.

Por definição, o amor não pode existir de maneira abstrata, mas deve ter objeto. De modo claro, o Novo Testamento revela que as pessoas são o alvo do amor de Deus e que – no seio da Trindade – o Filho é o objeto do amor do Pai. Vemos isso,

por exemplo, em João 3:16,35; 5:20; 10:17; 14:21-23; 15:9; 16:27 e 17:23.

O Novo Testamento também ensina que o amor de Deus:

- É derramado em nossos corações por meio do Espírito – Romanos 5:5
- É Sua obra salvadora em favor dos pecadores – Romanos 5:8
- Jamais pode ser separado dos que creem – Romanos 8:39
- Transforma os que creem em vencedores – Romanos 8:37
- Deveria ser o alvo desejado de nossas mentes – 2 Tessalonicenses 3:5
- Constitui a característica distintiva do Pai – 2 Coríntios 13:11, 14 e Efésios 6:23.

A graça e a misericórdia de Deus estão intimamente ligadas com o Seu amor. Examinamos o conceito da graça com mais profundidade em *Salvação pela Graça*, nesta série, porém, é necessário reconhecermos que a graça divina é um aspecto essencial de Seu amor fraternal. A graça do Pai significa que Ele concede favores imerecidos aos objetos de Seu amor, aos Seus filhos.

Vemos a incessante graça de Deus em passagens como Romanos 3:24; 11:6; 1 Coríntios 1:4; 3:10; 15:10; 2 Coríntios 9:14; Gálatas 2:21; Efésios 1:6; 2:5-7; 2 Timóteo 1:9; Tito 2:11; Hebreus 4:16; Tiago 4:6; 1 Pedro 4:10 e 5:10-12.

A misericórdia de Deus está intimamente ligada à Sua graça, Seu amor e Sua justiça. Se o justo Deus deve condenar tudo o que é injusto, então deve também estender a Sua misericórdia sobre aqueles que deveriam ser condenados – porque a misericórdia também é parte integrante de Sua natureza tanto quanto a justiça.

Lucas 6:36 e 2 Coríntios 1:3 demonstram que o Pai é essencialmente misericordioso – isso simplesmente reflete passagens do Antigo Testamento como Êxodo 34:6; Salmo 86:15 e 145:8. Vemos a misericórdia de Deus em textos como, por exemplo, Lucas 18:13; Romanos 9:15-18; 11:30-32; 1 Coríntios 7:25; 2 Coríntios 4:1; 1 Timóteo 1:16; 1 Pedro 2:10 e Tiago 5:11.

6. Sua fidelidade e paz

Consideramos a fé de Deus, com maior profundidade, em *Espada do Espírito* – volume 4 – *A Fé Viva*. O texto de 1Coríntios 1:9 define a fidelidade de Deus no contexto de Sua paternidade. Ainda, o ensinamento mais amplo do Novo Testamento mostra que Deus é fiel:

- Em chamar as pessoas a uma comunhão com Seu Filho – 1Coríntios 1:9
- Em proteger Seus filhos de um teste exagerado de fé – 1Coríntios 10:13
- Em manter Sua palavra – 2Coríntios 1:18
- Em proteger Seus filhos do maligno – 2Tessalonicenses 3:3
- Em inspirar e fortalecer os que sofrem – 1Pedro 4:19
- Em perdoar os pecados – 1João 1:9
- Mesmo quando as pessoas são infiéis – 2Timóteo 2:13.

Ao longo de todo o Novo Testamento supõe-se incessantemente que a natureza incessante e imutável de Deus é digna da confiança de que o Pai irá cumprir Suas promessas.

Tudo o que Deus concede aos Seus filhos é parte integral de Sua natureza. Assim, Ele não pode nos conceder algo que não constitui parte de Si mesmo. É necessária uma reflexão mais profunda para compreender essa verdade, porém se trata de uma verdade fundamental do cristianismo e possui inúmeras e importantes aplicações as quais analisamos nesta série *Espada do Espírito*.

Todas as cartas de Paulo principiam com uma bênção que inclui a expressão “paz da parte de Deus”. Se paz é uma qualidade que Deus concede, então deve ser um atributo que Ele possui. Podemos ver isso em textos como, por exemplo, Romanos 15:33; 1Coríntios 14:33; Filipenses 4:7-9 e 1Tessalonicenses 5:23.

A presença de paz pressupõe a ausência de conflitos. Não há tensões ou preocupações em Deus. Ele jamais tem dúvidas sobre as Suas ações ou se frustra com os Seus planos. Sua mente mantém um equilíbrio perfeito. No centro do universo, por trás de todo o caos das questões humanas, encontra-se o Deus da

paz. É essa paz divina e pessoal que o Pai graciosamente oferece aos Seus filhos.

Deus, o Pai

Por Deus ser eterno e infinito, nenhuma compreensão humana Dele pode ser plena. Nenhum resumo de passagens bíblicas nem lista alguma de nomes e atributos podem jamais retratar o quadro completo. Sempre deve haver um elemento significativo de mistério.

O Novo Testamento sugere, no entanto, que podemos conhecer o que precisamos conhecer sobre Deus. Este é um conceito bíblico básico.

Definimos que o Pai do Novo Testamento é o *Javé Elohim* do Antigo Testamento. O Criador dos céus e da terra é tanto paternal quanto soberano; o rei do universo jamais age de modo tirânico porque Ele é Pai; e o justo juiz sempre age com misericórdia porque é modelado por Sua paternidade.

Vimos que o Deus Pai tem muitos atributos paradoxos que parecem antagônicos, mas que são, na realidade, perfeitamente equilibrados. Seu amor e ira, Sua bondade e justiça, misericórdia e juízo, transcendência e imanência, e assim por diante, são todos apresentados da mesma forma no Novo Testamento.

Nossa compreensão de Deus deve estar equivocada se qualquer um dos aspectos paradoxais do caráter divino for negligenciado, supervalorizado ou não for mantido em equilíbrio um com o outro.

A integridade de nossa fé cristã depende de nosso conhecimento de Deus; e seu propósito absoluto é que possamos conhecê-Lo de forma precisa, íntima e pessoal.

É simplesmente impossível, por exemplo, compreender a encarnação – a própria pessoa de Cristo – se tivermos a ideia errada de Deus. As pessoas que pensam que Deus é um ser distante e zangado que precisa ser aplacado, estão fadadas a compreender erroneamente a missão e ministério de Jesus. Somente um Pai que ama Seus filhos age para redimi-los.

Eis por que, nesta série, analisamos *Conhecendo o Pai* antes

de *Salvação pela Graça*. Este livro, embora talvez o mais difícil de estudar e o mais árduo de se compreender, é fundamental para toda a série. Se não conhecermos o Pai, então o Filho morreu em vão.

Parte Quatro

O Pai e o Filho

Na Parte Um, vimos que a natureza suprema de Deus significa que só pode haver um Deus. Se é infinito, então Ele preenche tudo e está além de todas as coisas. Sua onipotência, transcendência e imanência excluem a possibilidade de existir outra divindade similar.

Na Parte Dois, contudo, observamos que o Antigo Testamento sugere a existência de alguma forma de pluralidade dentro da natureza divina. O texto alude que Ele é “um, porém mais que um”. Vimos que *Elohim* é um substantivo plural que assume um verbo singular: Gênesis 1:26,27, por exemplo, transita entre “Eu” e “nós”, entre “ele” e “eles”. Muitos estudiosos insistem que *Elohim* é apenas mais um substantivo comum e que sua forma plural simplesmente transmite o conceito geral de divindade majestosa. Não obstante, é utilizado como um substantivo próprio e isso sugere que há algo de coletivo acerca de Deus.

E observamos que o nome “tronco” mais comum de Deus, *Javé Tsavaot*, normalmente é traduzido como “o Senhor dos Exércitos”, significando “o Senhor que possui Exércitos ou Tropas”. Entretanto, pode ser traduzido como “o Senhor que é Exércitos”. Neste caso, o nome divino *Javé Tsavaot* implica que Deus não está sozinho.

Então, no Antigo Testamento há inúmeras referências ao “Anjo do Senhor” que, por vezes, aparece na forma humana. Esse ser enigmático é quase sempre reconhecido como Deus, por exemplo, em Gênesis 16:7-14; 18:1-33; 22:11-18; 31:11-13;

Êxodo 3:1-6 e Juízes 2:1-5. Não obstante, esse ser também é claramente distinto de Deus, como em Êxodo 33:2,3. Tais visitas angelicais são comumente consideradas como aparições de Cristo anteriores à encarnação, sendo geralmente denominadas de “teofanias” ou “Cristofanias”. O anjo é identificável como Deus, porém distinguível de Deus e enfatiza a natureza “um, porém mais que um” misteriosa de Deus.

O Pai trino

O Novo Testamento amplia a compreensão de que Deus é “um, porém mais que um” sem jamais defini-Lo em termos de uma Santa Trindade. O Novo Testamento apenas apresenta informações que sugerem que Jesus e o Espírito possuem uma natureza divina – e que Eles são um com Deus – sem extrair conclusões disso.

Há quatro grupos de passagens no Novo Testamento que sugerem que a natureza de Deus é essencialmente “trina” ou “três em um”.

1. Aqueles que utilizam uma fórmula trinitariana

- Mateus 28:19 cita o Pai, o Filho e o Espírito juntos em uma fórmula batismal “trina”.
- 2Coríntios 13:14 oferece uma bênção que envolve Deus, o Senhor Jesus Cristo e o Espírito Santo. Nenhuma distinção é feita entre eles, pois são apresentados claramente como “coiguais”.
- Apocalipse 1:4-8 refere-se a Deus como aquele “que é, que era e que há de vir”, ao Espírito como os “sete espíritos” e ao Filho como “Jesus Cristo”.

Todo o capítulo inicial de Apocalipse mostra que podemos distinguir entre o Pai, o Filho e o Espírito, porém que todos são o Todo-Poderoso eterno, majestoso e soberano.

2. Aqueles que utilizam uma estrutura tripla

Um segundo grupo de passagens apresenta Deus de uma forma triádica ou tripla distinta. Por exemplo:

- Efésios 4:4-6 fala de “um só Espírito... um só Senhor... um só Deus”

- 1Coríntios 12:3-6 apresenta: “o Espírito é o mesmo... o Senhor é o mesmo... o mesmo Deus”
- 1Pedro 1:2 utiliza uma estrutura triádica para enfatizar diferentes funções do Pai, do Espírito e de Jesus com, ao que parece, algum tipo de relação sequencial
- Efésios 1:3-14 emprega a mesma estrutura tripla sequencial para indicar diferentes funções divinas – versículos 3, 5 e 13.

3. Aqueles que mencionam as três pessoas junto

Então, há inúmeras passagens nas quais o Pai, o Filho e o Espírito estão associados sem qualquer estrutura clara. Por exemplo, Marcos 1:9-11; Lucas 10:21; Romanos 8; Gálatas 4:4-6; 2Tes-salonicenses 2:13,14; Tito 3.4-6 e Judas 1:20,21 conectam as três pessoas de uma forma que não parece acidental.

4. Aqueles que revelam relacionamentos trinitarianos

O elo entre o Pai, o Filho e o Espírito surge mais claramente no ensinamento de Jesus por ocasião da última ceia. João 14:16,17,25,26; 15:26 e 16:13-15 revelam tanto o relacionamento quanto a singularidade das três pessoas divinas.

Vemos que o Pai envia o Espírito no nome do Filho; que o Filho envia o Espírito que provém do Pai e que todos os três estão envolvidos na revelação da verdade a homens e mulheres.

Um relacionamento trinitariano pode ser igualmente visto em passagens como João 1:3; Colossenses 1:15-17 e Hebreus 1:2, as quais imputam a Jesus ações normalmente atribuídas a Deus.

Unidade tripla

Além de apontar para três pessoas distintas, o Novo Testamento também enfatiza a unidade absoluta de Deus. João 10:30 constitui o texto mais contundente e a declaração de Jesus de que “Eu e o Pai somos um” levou os judeus a pegarem pedras para apedrejá-Lo por blasfêmia. Da mesma forma, João 1:1; 8:24,28; 10:38; 14:9-11 e 17:21-23 enfatizam a unidade absoluta do Pai e do Filho. Assim como ocorre com o Pai, este é um mistério que a Bíblia registra repetidas vezes, porém jamais explica.

Podemos dizer que o Novo Testamento amplia a compreensão do Antigo sobre Deus ser “um, porém mais de um”, esclarecendo o último elemento sem, contudo, diminuir a ênfase de que Ele é “o único”. Isso revela que “mais que um”, na realidade, significa “três” e, portanto, alguns assumem que há *três seres distintos em Deus* – que, de algum modo misterioso, estão unidos.

A ênfase bíblica, contudo, é diferente, pois o Novo Testamento enfatiza que Deus é *um ser* – cuja essência existe eternamente em três “unipessoas”. (Visto que nos últimos anos a palavra “pessoa” tem sido cada vez mais associada à ideia de indivíduos separados, talvez seja melhor dizer “unipessoas” em vez de “pessoas”.)

É de vital importância compreender esse ponto. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são três autodistinções em um ser, e não três indivíduos distintos. Deus é um, não dividido em três. Contudo, Ele revela a Sua natureza e unidade em uma diversidade tripla de unipessoas, características e funções.

A primeira pessoa

Nesta série, *Espada do Espírito*, focamos a segunda e a terceira pessoas em livros separados – *Conhecendo o Filho* e *Conhecendo o Espírito*. Neste livro, contudo, estamos considerando dois tópicos relacionados. Assim, até aqui, temos aprendido que a paternidade é essencial à plena natureza do único Deus. Agora, estamos avançando para aprender mais sobre a autodistinção em Deus, que é identificado como “o Pai”.

Sabemos que no Antigo Testamento o termo Deus sempre carrega o sentido de “um, porém mais que um”. Entretanto, no Novo Testamento, o termo *Deus* é utilizado tanto como referência ao “único Deus” como à “primeira pessoa de Deus”. Isso é particularmente verdadeiro nas cartas de Paulo, em Romanos – Filemom, onde “Deus”, em geral, significa “o Pai”.

A partir do contexto do Novo Testamento normalmente é fácil identificar se uma referência a *Deus* significa o Deus trino ou a primeira pessoa da Trindade. Em uma leitura casual, porém, é possível interpretar erroneamente uma passagem e, assim, negligenciar a suprema importância de conhecer o Pai.

Paradoxos

Vimos que cada elemento do nome e da paternidade de Deus deve ser totalmente verdadeiro com respeito *ao* Pai, *ao* Filho e *ao* Espírito. Ainda, consideramos que paradoxos como a transcendência e imanência, amor e ira, devem coexistir em um ser eterno.

Igualmente, verificamos que outro grupo de paradoxos – paternidade e filiação, liderança e servidão, vontade e obediência, glória e humildade, autossuficiência e dependência – também devem coexistir em um ser eterno e infinito. É esse grupo de aspectos paradoxos que está mais visível no relacionamento que existe em Deus entre o Pai e o Filho.

O Pai e o Filho

Mateus 11:25-30 e a passagem paralela em Lucas 10:21,22, registram algumas das palavras mais reveladoras de Jesus acerca do Pai e de seu relacionamento com Ele.

Lucas 10:21 deixa claro que as palavras de Jesus acerca do Pai foram oração e louvor inspirados pelo Espírito. Hoje em dia, não é diferente. Somente podemos conhecer o Pai com o auxílio do Espírito Santo. Se quisermos conhecê-Lo apenas com nossos esforços intelectuais, terminaremos com um ser abstrato que não passa de um conjunto de palavras, cada uma começando com “oni”.

Mateus 11:25 declara que o Pai escondeu a Sua revelação dos “sábios e cultos”. Isso significa que o conhecimento do Pai somente pode ser obtido se concedido, ou revelado, pelo Espírito; que aumentamos o nosso conhecimento do Pai por meio de um relacionamento cada vez mais íntimo com o Espírito; e que “pequenos” são qualificados especialmente para conhecê-Lo porque não são tão aperfeiçoados para louvá-Lo.

Efésios 5:19,20 amplia essa ideia mostrando que estar cheio do Espírito é dar louvores e graças ao Pai. É muito simples, qualquer conhecimento de Deus que não seja fundamentado no louvor inspirado pelo Espírito *não pode* incluir os segredos que o Pai compartilha com o Filho por meio do Espírito.

Dependência mútua

Mateus 11:25-30 e Lucas 10:21,22 enfatizam a dependência do Filho com respeito ao Pai. O Filho não é a fonte primeira ou o detentor do que Ele revela aos Seus discípulos. Primeiramente, essa revelação precisa ser-Lhe concedida pelo Pai.

O Pai é o primeiro e o Filho é o segundo, e este deve receber do primeiro. Além disso, o conhecimento do Filho é o direito do Pai, o que significa que o Filho depende da atividade reveladora do Pai, como enfatiza o texto de João 6:44.

Essa dependência é um tema importante do Evangelho de João, que constantemente enfatiza que as palavras, ações e diretrizes do Filho devem ser recebidas do Pai. Vemos isso, por exemplo, em João 5:19,30; 6:38; 7:28,29; 8:26,28,29; 10:18 e 12:49,50.

Contudo, o Pai também depende do Filho – o primeiro do segundo. O Pai confiou todas as coisas ao Filho e não age, não fala ou Se dá a conhecer em separado do Filho. Isso não significa que o Pai tenha perdido o controle da revelação, porque o Filho olha para Ele em todos os pontos. Em vez disso, Mateus 11:27 mostra que o Pai exercita Sua soberania em comunhão com o Filho, que realiza e revela a vontade do Pai entre homens e mulheres.

Relacionamento singular

A relação entre o Pai e o Filho está no âmago do evangelho, pois paternidade e filiação sugerem dependência mútua e vida compartilhada.

Mateus 11:25-30 e Lucas 10:21,22 revelam que a primeira e a segunda pessoas de Deus compartilham um conhecimento mútuo que Lhes é exclusivo, mas que está aberto a homens e mulheres somente pela vontade e escolha do Pai e do Filho.

O relacionamento singular entre o Pai e o Filho é parte essencial da forma como conhecemos a Deus e o que conhecemos Dele. Conhecer a Deus é conhecer o Pai por meio do Filho, bem como o Filho por intermédio do Pai.

Como vemos em *Conhecendo o Filho*, Jesus não é apenas “o” profeta que fala de e aponta para uma verdade que poderia ser revelada por outro profeta qualquer; e não é apenas “o” ministro da

verdade de Deus, pois Ele mesmo constitui parte essencial de seu conteúdo. Conhecer a Deus é conhecer o relacionamento entre o Pai nos céus e o Filho na terra.

Mateus 11:28-30 deixa isso particularmente claro. Muitas pessoas podem incentivar outras a buscar Deus, porém apenas Jesus pode impelir pessoas a buscá-Lo, pois ir a Ele é ir a Deus.

Podemos afirmar que o Pai é o Senhor dos céus e da terra, e que o Filho é manso e humilde. No entanto, em meio à humildade e humanidade de Jesus podemos sempre ver e ouvir a autoridade divina que Ele compartilha com o Pai. Ainda, no centro da santa autoridade do Pai podemos sempre encontrar a graça e a misericórdia que Ele compartilha com o Filho.

Precisamos compreender que tanto a *revelação* como a *salvação* são cumpridas dentro desse relacionamento singular entre o Pai e o Filho, porque essa comunhão constitui a própria vida de Deus.

Isso significa que é impossível conhecermos a revelação ou a salvação exceto se conhecermos o relacionamento Pai/Filho de Deus – pois ambas, revelação e salvação, são divinamente intencionadas para nos levar à filiação de modo a conhecermos o Pai.

A identidade do Pai

Já observamos o ensino do Novo Testamento que expressa ser da natureza e vontade de Deus que o Pai fale e aja por meio de Seu Filho. Isso significa que o Pai expressa a Sua identidade em e por meio do Filho.

João 1:18 revela duas verdades:

- O Pai expressa a Sua identidade no Filho porque Ele é quem torna o Pai conhecido.
- O Filho é idêntico ao Pai em ser e natureza.

A primeira dessas verdades depende da segunda, pois somente Deus pode revelar perfeitamente Deus. Jesus tem de compartilhar o ser e a natureza divina do Pai para ser uma revelação apropriada e precisa do Pai. Analisamos mais profundamente essa questão em *Conhecendo o Filho*.

Isso significa que as palavras ditas por Jesus bem como as obras por Ele feitas, expressam não apenas a Sua pessoa e natu-

reza, mas também revelam a pessoa e a natureza do Pai. Jesus argumenta constantemente que Suas palavras são as palavras de Deus, e que Suas obras são as obras de Deus, porque seu ser é idêntico ao ser de Deus. Encontramos isso em passagens como João 5:17 e 14:10,11.

No volume *Fé Viva* vemos que, para nós, confessar a Palavra de Deus e realizar as Suas obras são coisas inseparáveis e que, para Deus, a revelação e a salvação são aspectos idênticos da fé. As poderosas obras e palavras de Jesus *constituem* uma demonstração de união entre Pai e Filho – por meio das quais Ele e o Pai se envolvem ambos em Suas diferentes funções.

É importante compreendermos essa verdade. O Deus do Novo Testamento não é um conjunto abstrato de “onis” que nos permite vislumbrar Sua natureza eterna por meio de Jesus. Ao contrário, Ele é o Deus que intervém; Ele é o “Interventor Transcendental” que vem e transforma; Ele é o Pai celestial que fala e age, que ama e lida conosco por meio da graça salvadora, que protege e atende às necessidades de Suas criaturas e de Seus filhos, que conta os fios de cabelo em nossas cabeças e sente dor, mesmo quando um pardal cai.

Deus deixa-Se conhecer como o Pai que devolve a visão ao cego, a audição ao surdo, a locomoção ao inválido, a vida ao morto. Ele é o Pai que opera a salvação – e cujas palavras e obras são conhecidas e levadas a efeito por intermédio de Seu Filho. A verdade pura e simples é que não existe palavra ou obra do Filho que não seja igualmente uma palavra ou obra do Pai.

A parceria do Pai

É uma suposição fundamental do Novo Testamento que Jesus seja o parceiro essencial do Pai em todas as tratativas de Deus com a humanidade. Podemos dizer que o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus são indispensáveis ao propósito do Pai na *criação, redenção e juízo*.

Embora seja verdade que não podemos conhecer o Pai sem conhecer o Filho, não devemos esquecer que conhecemos o Filho *para podermos* conhecer o Pai. Muitos cristãos necessitam

ser lembrados ocasionalmente de que o Pai constitui o principal foco da fé cristã, e não o Filho ou o Espírito. Ao mesmo tempo, entretanto, é importante lembrar de que tudo o que Deus faz envolve, de alguma forma, a atividade de toda a Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo.

1. Parceiros na criação

João 1:3; Colossenses 1:15-17 e Hebreus 1:2 demonstram que o Pai opera na criação por intermédio do Filho. Jesus é o agente e o propósito final de toda a criação. Assim, não devemos pensar ou falar da obra criadora de Deus sem reconhecermos o relacionamento Pai/Filho que a realizou e a sustenta. De fato, podemos afirmar que a ação do Pai em Cristo está antes, atrás, embaixo, acima, dentro, ao redor e além de tudo que tem a ver com o nosso universo natural. E o Espírito Santo também está intimamente envolvido na criação, como expresso claramente em Gênesis 1:2.

2. Parceiros na redenção

O mesmo ocorre com respeito à salvação – o Pai não age sem o Filho. A restauração de nossa comunhão com o Pai depende inteiramente da vida, morte e ressurreição do Filho.

Passagens como João 3:16 e 2Coríntios 5:18,19 mostram como a ação salvadora do Pai move-se de um para muitos, de seu centro em Cristo para toda a humanidade.

Focar apenas Jesus não é o suficiente para a nossa compreensão e celebração da redenção – precisamos reconhecer que a salvação depende da obra do Pai em e por meio do Filho. Da mesma forma, devemos lembrar que sem a ação do Espírito de Deus nos convencendo de nossa natureza decaída, estaríamos cegos quanto à nossa condição espiritual e, portanto, incapacitados de compreender o plano redentor de Deus.

Como vemos em *Salvação pela Graça*, o processo total da redenção tem a ver com sermos salvos:

- Do pecado
- Pela graça

- Por meio da fé em Jesus
- Para a comunhão com o Pai no Espírito.

Muitos cristãos regozijam-se nos três primeiros elementos da salvação, porém falham em perceber que o propósito da redenção é que conheçam o Pai, e vivam em comunhão com Ele, a exemplo da mútua dependência que vemos entre o Pai e o Filho.

3. Parceiros no julgamento

O mesmo ocorre no último dia. O Pai pode ser a fonte do juízo divino, porém é o Filho quem executa Seu julgamento – vemos isso em todo o livro de Apocalipse, bem como em João 3:18; 5:22 e Atos 17:31.

Também vemos o Pai e o Filho trabalhando no último dia, na concretização do reino e do novo céu e nova terra. Efésios 1:10; Filipenses 2:9-11 e 1Coríntios 15:28 mostram que o foco está sobre Jesus, mas que a prioridade do Pai é soberana.

Deus, o Pai

Vimos que o Pai sempre fala e opera por meio de Seu Filho, pelo Espírito Santo – desde a criação, por meio da encarnação, até o juízo final.

Cada aspecto do nome e da natureza de Deus, cada elemento de Sua paternidade eternal, é visto e ouvido no relacionamento Pai/Filho que foi revelado há dois mil anos, conforme registrado no Novo Testamento. Isso significa que devemos deixar de pensar em Deus em termos abstratos e começar a reconhecer o significado real do que o Pai está falando e do que Ele está fazendo por meio do Filho. Podemos dizer, por exemplo, que:

- O amor de Deus não é o ideal perfeito de amor, mas é o amor prático que, na graça do Filho, vem para buscar e salvar aqueles que estão separados do Pai, e estabelecer para eles – a um enorme custo divino – a comunhão eterna com o Pai por meio do Espírito.
- O poder de Deus não é uma onipotência soberana generalizada, mas é um poder específico pelo qual o Filho espiritual e infinito revelou o Pai espiritual e infinito, fazendo-se humano,

material e finito, e como o Ungido, curou os doentes, suportou a cruz e ressuscitou de entre os mortos.

- A verdade de Deus não é um conjunto de ideias filosóficas ou éticas, mas as palavras e pensamentos pessoais do Pai, que são expressos na pessoa do Filho, bem como em Suas palavras e ações.

Pensar assim sobre Deus – de uma forma prática e relacional – é simplesmente aplicar a verdade de Mateus 11:27, que já consideramos. É reconhecer que o Pai entregou todas as coisas para o Filho e que ninguém conhece o Pai exceto o Filho – e aqueles homens e mulheres a quem o Filho escolhe para receberem a revelação sobre o Pai. Jamais devemos cessar de render graças a Deus por estarmos entre essas pessoas escolhidas.

Parte Cinco

O Pai e o Espírito

Iniciamos a Parte Quatro examinando a natureza trina de Deus e, então, passamos a considerar o ensinamento bíblico sobre “o Pai e o Filho”. Agora, em nosso estudo a respeito do “Pai e o Espírito”, utilizaremos como alicerce o mesmo ensino sobre a natureza trina de Deus.

O Novo Testamento introduz o Espírito Santo como o terceiro membro da Trindade, deixando claro que, como os demais, Ele também é totalmente pessoal e divino. Se “o Espírito” fosse simplesmente uma metáfora para o poder de Deus, o Novo Testamento não se referiria continuamente ao Espírito com o pronome pessoal “Ele”. Além disso, não o mostraria agindo de modo totalmente pessoal.

Por exemplo, o Novo Testamento revela que o Espírito ouve, auxilia, testemunha, convence, condena, ordena, declara, lidera, orienta, aflige, ensina, proíbe, contraria, deseja, fala e proclama. Claro que se pode arguir que entristecer o Espírito meramente significa entristecer a Deus. No entanto, é improvável que Ele seria capaz de fazer *todas* essas coisas se não fosse uma pessoa distinta.

Mais importante ainda, o Espírito intercede junto ao Pai e isso seria impossível caso fosse apenas uma extensão de Deus. Assim, é o ministério especial de intercessão do Espírito que prova a Sua personalidade distintiva.

Além do mais, se “o Espírito Santo” fosse simplesmente outra maneira de descrever a presença de Deus, o Novo Testamento

não expressaria tão claramente que Ele é Deus, porém, distinto do “Pai” e do “Filho”.

Passagens como Mateus 28:19; Atos 5:3,4; 1Coríntios 12:4-6; 2Coríntios 13:14; Efésios 1:3-14; 2:18; 3:14-19; 4:4-6; 2Tessalonicenses 2:13,14; 1Pedro 1:2 e Apocalipse 1:4,5 vinculam o Pai, o Filho e o Espírito, de modo a mostrar que o Espírito é realmente o Deus Todo-poderoso.

João 14:26; 15:26; 16:8 e 16:13,14 apontam de maneira particularmente clara para a personalidade distinta do Espírito. No texto original grego, esses versículos contêm o enfático pronome *ekeinos* (“ele”) no masculino, enquanto que o substantivo *pneuma* (“Espírito”) é neutro e o termo correspondente, no aramaico (o idioma falado por Jesus), é feminino.

Embora essa distinção tenha se perdido nas traduções posteriores, ela está evidente no texto grego, mostrando que o Espírito é “Ele”, terceira pessoa do singular. O uso de *ekeinos* é especialmente notável porque João 14:17 usa os pronomes neutros gramaticalmente corretos quando o Espírito é apresentado pela primeira vez. Isso demonstra que a mudança para o pronome masculino, no versículo 26, não é um erro, mas um indicador da personalidade do Espírito.

Jesus e os apóstolos reconheceram claramente que a pessoa do Espírito estava em plena atividade no Antigo Testamento e que as passagens sobre o sopro de Deus referiam-se à atividade pessoal do Espírito. Por exemplo:

- Marcos 12:36; Atos 1:16 e 4:25 – Diz-se que Davi falou por intermédio do Espírito Santo em 2Samuel 23:2
- Lucas 4:18-21 – Jesus, cheio do poder do Espírito Santo, proclama que Sua pregação cumpriu o testemunho de Isaías quanto à Sua unção pelo Espírito, em Isaías 61:1-4
- João 3:5-10 – Jesus repreende Nicodemos por este não compreender que o Seu ensino sobre o novo nascimento da “água e do Espírito” remetia a Ezequiel 36:25-27 e 37:1-14
- Atos 28:25; Hebreus 3:7 e 10:15-17 – O ensino do Antigo Testamento com uma aplicação do Novo são atribuídos ao Espírito

- Atos 2:16-18 – Pedro identifica o derramar do Espírito pessoal, conforme predito em Joel 2:28,29.

Examinamos o ministério total do Espírito em *Conhecendo o Espírito* e analisamos nossa parceria com Ele em *Ministério no Espírito*. Neste volume, iremos estudar como o ministério do Espírito relaciona-se com a paternidade de Deus.

O Novo Testamento menciona duas declarações que são o resultado da obra do Espírito nas vidas daqueles que creem:

- Jesus é Senhor – 1Coríntios 12:3
- Aba, Pai – Romanos 8:15 e Gálatas 4:6.

Como vemos em *Conhecendo o Espírito*, estas duas frases idênticas descrevem e definem o ministério essencial do Espírito no mundo e na Igreja.

Tornamo-nos membros do corpo de Cristo por meio de nosso relacionamento com o Pai e o Filho, e por Os confessarmos. Contudo, é a obra do Espírito que tanto cria o relacionamento como inspira a confissão. Simplificando, as duas questões mais fundamentais a serem respondidas por todo aquele que crê são:

- Estou vivendo sob o senhorio de Jesus?
- Conheço Deus como Pai?

Analisamos a obra do Espírito em relação ao senhorio de Jesus em *O Governo de Deus*. Aqui, entretanto, focaremos a ação do Espírito nos auxiliando no conhecimento do Pai.

Aba

Talvez não seja rigorosamente correto classificar “Aba, Pai” como uma declaração semelhante a “Jesus é Senhor”. A última frase é, claramente, *uma confissão de fé* direcionada às pessoas ao nosso redor, e deveria ser o alicerce de todo o testemunho e viver cristão.

No entanto, a frase “Aba, Pai” é mais *um brado de louvor* direcionado a Deus e deveria ser a base de toda a oração e louvor dos cristãos. Como vemos em *Conhecendo o Espírito*, o Espírito Santo busca inspirar e capacitar tanto o *nosso testemunho* como a *nosso adoração*.

O brado de louvor, “Aba Pai”, não descreve Deus em primeiro

lugar (embora o faça), mas, na essência, mostra o caminho mediante o qual nos achegamos a Deus como Pai, no acesso que o Espírito propicia.

Um brado trinitariano

Deveríamos ser capazes de reconhecer que esta expressão de louvor, “Aba”, é totalmente trinitariana em seu contexto e significado. O próprio termo, “Aba”, deixa claro que o novo nome que usamos para nos aproximarmos de Deus não é escolhido ou inventado por nós. Ele provém de Jesus que foi o primeiro a dirigir-Se a Deus desta maneira.

Sempre que nos aproximamos de Deus clamando “Aba”, estamos implicitamente reconhecendo que aprendemos essa forma de abordagem com o Filho. Nosso direito de tratar Deus como “Aba” provém do Filho, e nos é concedido pelo Espírito Santo que torna real a nós o que Cristo usou em primeiro lugar.

Simplificando, nos aproximamos do Pai e o chamamos “Aba” por meio do Filho e no Espírito.

O contexto de Aba

Cristãos de todas as épocas e tradições, de todas as nações e línguas, têm feito uso da palavra “Aba” em sua cultura e contexto particulares. No entanto, para compreendê-la com exatidão, é necessário examinarmos o seu significado na cultura e contexto específicos, nos quais o Pai escolheu revelar-Se como “Aba” por meio do Filho.

Existem dois aspectos para isso e precisamos reconhecê-los igualmente.

1. O contexto judaico

Nos tempos de Jesus, a ideia de paternidade era bem distinta do conceito existente em nossos dias. No relato sobre o filho pródigo, por exemplo, sugere-se claramente que um filho viverá toda a sua vida na dependência de seu pai. Lucas 15:11-32 descreve o filho mais velho agindo conforme era esperado dos filhos daquela cultura – ele permanecia próximo ao pai, trabalhava sob

suas ordens, dependia de sua provisão e se mantinha sob sua autoridade.

O filho mais novo pecou contra o pai não apenas por seu estilo de vida doentio, mas também por buscar a independência longe da casa do pai. Em nossos dias, contudo, quando um filho adulto deixa a casa dos pais para viver de maneira independente é um sinal de maturidade. Nos dias de Jesus, o pai era o provedor absoluto e protetor soberano de todos os filhos pelo tempo em que vivesse. Estamos muito distantes dessa abordagem patriarcal do primeiro século, porém ainda devemos reconhecer o histórico cultural no qual a paternidade de Deus foi revelada.

No Novo Testamento, a primeira pessoa de Deus não é um pai do século 21, mas um pai do século 1 que possui autoridade e direitos absolutos sobre seus filhos e filhas, mesmo que já sejam adultos. Ele espera que todos permaneçam próximos a ele, dependam dele, honrem-no, obedeçam-no, que seus filhos revelem o nome e a natureza da família – e que lhe deem muitos “netos”.

Quando o Espírito nos conduz ao Pai, quando busca aprofundar o nosso relacionamento com o Pai, quando nos inspira a exclamar “Aba”, Ele está nos guiando ao nosso provedor absoluto e soberano protetor e não a um pai indulgente, ausente e não confiável.

2. O contexto religioso

Já observamos que o termo “Aba” foi primeiramente utilizado entre judeus que já sabiam que “pai” era um nome básico ou um título para Deus. O próprio fato de “Aba” ser uma palavra aramaica em vez de grega sugere que precisamos compreendê-la no contexto do Antigo Testamento.

O Antigo Testamento quase sempre descreve pais como pessoas que amam os filhos, porém sugere que os filhos respondam aos seus pais com honra e respeito mais do que com afeto. Isso é verdadeiro tanto para pais humanos, conforme Êxodo 20:12, como para Deus, conforme Jeremias 31:18-20. Nesta passagem, o anelo de Deus por Efraim é comparado à compaixão de um pai por um filho perdido. No entanto, o filho não diz “Aba, Pai”, mas

apenas responde de modo mais formal e reverente, “Você é Javé, o meu Elohim”.

No Antigo Testamento, Deus é tratado como “Pai” somente no contexto de se esperar profeticamente a salvação final de Israel. Observamos a significância de Isaías 63:7-16 em *Conhecendo o Espírito*: porém, esta notável passagem trinitariana não apenas identifica o Espírito de Javé como “Espírito Santo” mas também identifica Javé como “Nosso Pai” e como o “Salvador”. As revelações que obtivemos da Trindade na Parte Quatro nos auxiliam a compreender este texto mais profundamente.

É vital que reconheçamos a importância desse ponto. No Antigo Testamento, apesar de todo o rico entendimento sobre o nome e a natureza de Deus, somente quando um profeta ungido e inspirado pelo Espírito olha para o futuro em direção à atividade redentora de Deus é que ele, repentinamente, reconhece Javé como “Nosso Pai, nosso Redentor”. Simplesmente, não podemos conhecer o Pai sem o auxílio do Espírito Santo.

Da mesma forma, vemos esse princípio em Salmo 89:19-26. Este é um texto profético que remete ao rei messiânico. Ele é aquele que será ungido por Deus com óleo divino – com o Espírito – Ele é o que irá clamar “Você é meu Pai, meu *Elohim*, e a rocha da minha salvação”.

Isso significa que o contexto religioso de conhecer a Deus como “Aba” não é o de um criador benevolente que cuida de Seus filhos; mas é o contexto de um Espírito Redentor vindouro ungido pelo Espírito. O uso que Jesus faz de “Aba” aponta diretamente para Isaías 63 e Salmo 89, demonstrando a suprema importância de conhecer o Pai como Redentor mediante o Espírito.

Getsêmani

É impossível superestimar a importância do contexto no qual as Escrituras registram a referência de Jesus a Deus como “Aba”. À luz do cenário redentor do Antigo Testamento, não deveríamos nos surpreender ao descobrir “Aba” sendo pronunciado por Jesus no jardim do Getsêmani, enquanto ele aguarda por Judas na iminência da cruz. Vemos esse relato em Marcos 14:35,36.

Isso sugere que ser filho do Pai, chegar-se a Ele como “Aba”, envolve uma disposição de aceitar Sua vontade – mesmo que signifique aceitar o sofrimento e o sacrifício da cruz.

O brado de Jesus, “Aba”, no Getsêmani, enfatiza que “o Pai” é tanto o austero patriarca judeu do primeiro século, que deve ser inflexivelmente obedecido por seus filhos por toda a vida, como o Redentor ungido cuja paixão mais suprema é cumprir a salvação de Seus filhos.

Ampliaremos este conceito nas Partes Seis e Sete analisando “o Pai e a cruz” e “a vontade do Pai”, antes de avançarmos para a Parte Oito para “adorar o Pai” com os clamores de louvor que o Espírito inspira.

O Getsêmani demonstra que o relacionamento singular entre o Pai e o Filho não exige o Filho da obediência que é inerente ao relacionamento Pai-Filho. Ao contrário, essa relação singular do Filho demanda a obediência singular da cruz.

Tudo isso significa que sempre quando o Espírito nos inspirar a clamar “Aba”, Ele estará nos inspirando a relembrar a cruz e a obedecer ao Pai de maneira semelhantemente sacrificial.

O Pai Redentor

O uso do termo “Aba” por Jesus no Getsêmani prova que a paternidade eterna de Deus em nada se parece com a paternidade humana do século 21, então, como já percebemos, não deveríamos pensar em Deus à semelhança de nossos pais humanos. Em vez disso, deveríamos fazê-lo em termos do Getsêmani, quando o Filho se prepara para cumprir a obra redentora do Pai. Não podemos compreender ou utilizar corretamente a palavra “Aba” de outra forma.

Isso sugere que não deveríamos pensar no “Pai” dentro de um conceito generalizado de paternidade, mas sim dentro do conceito específico da morte e ressurreição redentoras do Filho – conforme revelado pelo Espírito.

Simplificando, o Pai é conhecido por meio do Filho e revelado pelo Espírito. Assim, podemos afirmar que:

- Deus é “Aba” porque Ele deseja a obediência da cruz para

alcançar Seu propósito redentor em benefício de Seus filhos

- Deus é primeiramente conhecido como “Aba” por Jesus e Sua “abanidade” torna-se amplamente conhecida à medida que Jesus atrai pessoas ao “Aba”, por meio do Espírito
- Deus não foi sempre o “Aba” de todos; em vez disso, Jesus anuncia a boa-nova de que Deus é Seu Pai e que Ele também deseja ser o nosso – na medida em que somos atraídos pelo Espírito à comunhão de fé e obediência demonstrada por Jesus no Getsêmani
- O “Pai Nosso” não é a oração de todas as pessoas em todos os lugares, mas é a oração dos discípulos que seguem Aquele que clamou “Aba”, no Getsêmani.

A atividade do Espírito

Não nos basta ter consciência do significado de “Aba” e compreender sua importância redentora no Getsêmani. Igualmente, precisamos clamá-lo em oração – e isso é obra do Espírito Santo.

A paternidade de Deus não deve ser importante apenas para o nosso *entendimento* Dele, mas também para a nossa *experiência* com Ele. Devemos lembrar que somos chamados a conhecer o Pai de maneira relacional e não apenas em termos de proposição.

Além disso, um cristão que crê não é apenas uma pessoa que foi regenerada pelo Espírito e convertida a Cristo, mas um filho que também clama “Aba” ao Pai.

Contudo, nada é automático em nossa vida de fé. Em teoria, conversão a Cristo, unção do Espírito e comunhão com o Pai são aspectos inseparáveis da salvação de Deus, pois o Jesus bíblico é o caminho que leva ao Pai e ao batismo no Espírito. A realidade é que há muitos cristãos que confiam em Jesus, porém não conhecem o poder do Espírito ou têm pouca confiança no Pai.

Pode haver poucos cristãos que não acreditam na paternidade de Deus, porém nem todos os que creem desfrutam o relacionamento íntimo e pessoal com o Pai que lhes está acessível. Isso ocorre apenas como resultado do ministério do Espírito Santo, quando Deus envia o Espírito de Seu Filho às nossas vidas clamando “Aba, Pai”.

Filhos e filhas

Deveria ser óbvio que conhecer a paternidade de Deus implica conhecer a nossa condição como filhos e filhas. O Espírito que clama “Aba Pai”, em Romanos 8:15, é o Espírito de adoção que testemunha aos nossos espíritos que somos filhos de Deus.

Isso significa que o conhecimento do Pai é o reconhecimento de nós mesmos. Aprendemos quem somos ao descobrir a nossa comunhão com Deus. O fato de que em Cristo Deus fez-Se nosso Pai e nos tornou Seus filhos é, certamente, a verdade mais significativa e terapêutica que podemos aprender.

Tal descoberta é um dom gratuito do Espírito, pois Ele torna real em nosso interior o que Cristo alcançou em nosso favor. Isso está claramente expresso em Romanos 8:16 e Gálatas 4:6: o clamor não é dito por nós, mas é do Espírito para nós e em nós. Significa que precisamos ouvir o Espírito clamando “Aba” em nosso espírito antes de sermos capazes de pronunciar.

Vimos que Jesus encontrou força e obediência para todas as Suas palavras e ações – inclusive Sua morte e ressurreição – em Seu relacionamento com o Pai. E sabemos que é obra do Espírito pegar as experiências de Jesus e torná-las reais para nós – de modo que participemos delas como parceiros. Como percebemos em toda esta série *Espada do Espírito*, esse conceito constitui a base de todo o dom da graça.

É também, portanto, a base do dom da graça: o Espírito busca nos atrair ao relacionamento do Filho com o Pai, de maneira a compartilharmos essa relação de alguma forma, como parceiros. Em nosso íntimo, o Espírito Santo clama a fim de nos convencer de que o “Aba” Pai de Jesus é o nosso Pai também. Somente quando respondemos ao clamor do Espírito com uma fé viva é que começamos a conhecer o Pai.

Herdeiros

Podemos perceber que Romanos 8 e Gálatas 4 passam diretamente de “filiação” para “herança”, pois os filhos são herdeiros de seus pais. Essa herança é descrita ao longo do capítulo 8 de Romanos, porém o versículo 17 é de particular importância. Os

herdeiros são conhecidos pelo relacionamento deles com o Pai – que é o mesmo do herdeiro principal. A semelhança da família, o nome e a natureza divinos examinados na Parte Dois, e vistos mais claramente em Jesus, se desenvolvem nas vidas dos genuínos herdeiros do Pai, por obra e ação do Espírito.

Os verdadeiros herdeiros revelam a mesma dependência voluntária e obediência que o herdeiro principal; a mesma graça e misericórdia com respeito aos pecadores e necessitados; a mesma glória e aceitação vistas no Getsêmani; a mesma santidade, poder e autoridade; a mesma mescla de paradoxos – morte e ressurreição, serviço e reinado, sofrimento e vitória, humildade e confiança, fraqueza e poder, luz transcendente e sal imanente, e assim por diante.

Este é o grande desafio de conhecer o Pai: os que são Seus filhos e filhas redimidos, os que possuem o privilégio de compartilhar Seu “Nome” são os que se espera que compartilhem Sua natureza, como Jesus no jardim do Getsêmani.

Devemos reconhecer que é ao reafirmar o Seu relacionamento “Aba”, no Getsêmani que o Filho recebe a força para herdar Sua glória Pascal. E é quando temos certeza de nossa “filiação” que recebemos o que necessitamos para prosseguirmos e ganharmos a nossa herança.

Ambas as passagens, Romanos 8:17 e Gálatas 4:7, enfatizam que ser um herdeiro é consequência direta de ser um filho. E Romanos 8:17 mostra que o contexto no qual os herdeiros se aproximam do Pai como “Aba” deve sempre guardar uma relação com o Getsêmani.

Esse jardim é o lugar onde o Filho finalmente descansa na segurança do amor do Pai – e aprende a confiar nesse amor e em toda provisão que ele trará. No entanto, também é o lugar onde o Filho é chamado a uma nova e custosa obediência, o lugar em que Ele compreende que o caminho a ser percorrido envolverá morte e glória.

Isto é o que significa conhecer o Pai, e esta é a herança prometida a todos os filhos de Deus. Como observamos em *Glória*

na Igreja, a glória é o nosso destino, mas o caminho até ela é feito de sacrifício.

Santificação

Deveria estar claro que a herança do nome e da natureza do Pai envolve santificação. Analisamos esse conceito na Parte Seis de *Conhecendo o Espírito*, onde vemos que esse é um elemento importante no ministério do Espírito Santo.

A semelhança familiar que o Espírito deseja desenvolver em nós é centrada na absoluta obediência do Filho ao Pai e na mútua dependência entre o Pai e o Filho. À medida que permitirmos que o Espírito Santo trabalhe em nós e por nós, vamos nos assemelhando mais ao Nome da família de Deus.

A maturidade cristã não é apenas olhar para trás, para o início da vida cristã com Jesus na cruz (embora inclua isso); não é somente olhar para o funcionamento da vida cristã no poder do Espírito (ainda que envolva isso também). A verdadeira maturidade cristã também está em olhar para o Pai, em vislumbrar o futuro com a esperança do objetivo da vida cristã, quando seremos levados à maturidade plena e estaremos prontos para sermos recebidos pelo Pai e nos unirmos ao Filho.

O texto de 1 Tessalonicenses 5:23,24 mostra que nosso Pai é o Deus de absoluta santificação, de paz e plenitude integral. Ainda, Mateus 5:48 ensina que o grande propósito de Jesus é levar todo aquele que crê à perfeição absoluta de nosso Pai celestial, à Sua integridade eterna e infinita.

Observamos em *O Governo de Deus* que a realidade da soberania do Pai transforma os nossos relacionamentos e atitudes. Os governos humanos dão lugar a uma relação pessoal com o Pai que nos dirige individualmente pelo Espírito com todos os recursos que necessitamos para manter Seu governo. Paz eterna e plenitude são o resultado inevitável.

Em Atos 1:4, Jesus promete que o Espírito que o Filho irá enviar é “a promessa do Pai”. O Espírito prometido veio do Pai

para nos ligar a Ele, e foi enviado pelo único que está completo, a fim de nos tornar completos Nele também.

À medida que ouvimos o Espírito Santo clamar “Aba” em nossos espíritos pela fé, à medida que compartilhamos voluntária e zelosamente com o Espírito o clamor de “Aba, Pai” em nossas vidas, nossa santificação cresce rumo à gloriosa plenitude no Pai.

Parte Seis

O Pai e a Cruz

Uma vez mais, nosso exame da natureza trina de Deus no início da Parte Quatro é a base para a consideração do Pai e a cruz, neste capítulo. Pois é o relacionamento entre o Pai, o Filho e o Espírito – a unidade, a distinção e os paradoxos divinos da Trindade – que nos capacita a compreender a cruz.

Os eventos da cruz nos revelam claramente a natureza trina de Deus. Eles manifestam a relação singular entre o Filho e o Pai, e tornam possível a locomoção do Espírito do Pai para nós.

A cruz não é apenas fundamental para a fé cristã, ela está também no coração de Deus: ela divide e une as três pessoas, revelando-as de maneiras muito específicas. Por exemplo, a distinção entre o Pai e o Filho é expressa no Calvário, no abandono do Filho pelo Pai ao pecado e à morte, e Sua unidade divina é vista na ressurreição do Filho de entre os mortos e o envio do Espírito por ambos.

Analisamos os eventos e as realizações da cruz mais detalhadamente em *Salvação pela Graça*; aqui, entretanto, vamos examiná-los principalmente da perspectiva do Pai, a fim de descobrirmos o que podemos aprender Dele a partir do Calvário.

Por que a cruz?

O Novo Testamento ensina que a humanidade é caracterizada pela rebelião e desobediência – o que podemos resumir em uma simples palavra, “Não”. Todos os homens e mulheres disseram “Não” à vontade e graça de Deus, escolhendo governar

as próprias vidas. Deus respondeu a esse “Não” humano na única e santa maneira possível – com um julgamento justo.

Abandono

A maioria dos líderes da igreja enfatiza corretamente passagens como 2 Tessalonicenses 1:6-11 e ensina que o justo Deus *julga* e *pune* a desobediência humana. Não obstante, devemos reconhecer também a verdade do Novo Testamento de que a punição, com frequência, é expressa em um *abandono* ativo às consequências do pecado. Vemos esse aspecto da punição divina, por exemplo, em Romanos 1:18-32.

O versículo 18 ensina que Deus revelou a Sua ira contra a impiedade humana e, então, os versículos 24, 26 e 28 demonstram que a ira de Deus é ativamente expressa em um abandono santo.

- Somos abandonados aos desejos pecaminosos de nossos corações.
- Somos abandonados às nossas paixões vergonhosas.
- Somos abandonados às nossas mentes depravadas.

O verbo grego *paradidomi* – que é usado aqui por três vezes – significa “entregar”, “ceder”, “deixar” ou “abandonar”, e mostra que o abandono de Deus é ativo em vez de passivo. Esse verbo também é empregado em Romanos 8:32 para descrever como o Pai lida com a rebelião humana.

Esse abandono é uma consequência inevitável da santidade absoluta de Deus. A perfeição moral do Pai o compele a Se afastar do pecado, e é o Seu justo juízo que restringe a atuação das forças do pecado e da morte.

A rebelião e a desobediência humana são, em essência, uma rebelião contra a vida planejada por Deus, e o juízo do Deus infinitamente amoroso visa permitir que os seres humanos trilhem os seus próprios caminhos – até descobrirmos que a nossa rejeição à vida pretendida por Ele resultará inevitavelmente em morte.

Porém, o amor e a misericórdia do Pai significam que o Seu abandono não é absoluto. Por intermédio da encarnação e da cruz, Deus atuou a fim de resgatar aqueles que entregou ao poder e ao preço do pecado, conforme Romanos 6:23. O Pai enviou

Seu Filho Unigênito para identificar-Se com a humanidade ao ser tratado como aquele que é abandonado e entregue por Deus.

Aceitação

A aceitação divina obediente é o único antídoto contra o abandono humano desobediente – uma aceitação caracterizada por um “Sim” a tudo o que o Pai é, diz e faz.

A rebelião humana somente pode ser terminada e revertida por um “Sim” a Deus que seja dito do *íntimo da humanidade* dominada pela desobediência e pelo pecado. E o abandono divino pode apenas ser tratado pela aceitação e recebimento provenientes do *íntimo* do próprio Deus.

Na cruz, Jesus colocou-se voluntariamente entre o pecado humano e a ira divina – recebendo a última totalmente sobre Si. O pecado atingiu o ápice em seu ataque contra o Filho de Deus, porém foi contido por toda a eternidade por Sua voluntária aceitação da vontade divina e pela graça perdoadora. E o abandono punitivo do Pai, entregando o Filho à morte, levou à plena execução e término da ira de Deus contra o pecado do homem. Vemos isso em 2Coríntios 5:21 e João 12:31.

Isso significa que, em sua aceitação obediente, Jesus substituiu o nosso “Não” rebelde por um “Sim” obediente à graça e vontade de Deus. Ele disse esse “Sim” em nosso favor, de dentro da humanidade, para que pudéssemos ser reconciliados com Deus. Ele também disse “Sim” ao juízo divino aceitando-o sobre Si mesmo, em solidariedade à humanidade pecaminosa – Ele abandonou-Se à morte em obediência voluntária ao Pai. Vemos isso em Marcos 14:36.

Em oferta obediente e recebendo o juízo divino em favor de toda a humanidade, o Filho diz “Sim” ao Pai. E ao ressuscitar Jesus de entre os mortos, o Pai responde “Sim” ao Filho – e por conseguinte a todos em cujo favor o Filho age. Nisso, e Nele, está a nossa salvação.

Muitos cristãos costumam focar as ações do Filho quando pensam na cruz. Contudo, não devemos desprezar 2Coríntios 5:18, que nos revela que a redenção provém de “Nosso Pai,

nosso Redentor” – é de Deus a iniciativa e a ação, sendo Ele o foco de toda a atividade.

A iniciativa do Pai

Quando Jesus morreu na cruz, muitas pessoas pensaram ser responsáveis. Por exemplo:

- Judas Iscariotes acreditou que Jesus havia morrido porque ele O entregara aos Seus inimigos
- Caifás presumiu que Jesus morreria por haver demandado Sua morte
- Pôncio Pilatos imaginou que Jesus havia morrido por ter decretado Sua morte
- O povo acreditou que Jesus morreria porque eles pediram a libertação de Barrabás
- Os soldados romanos presumiram que Jesus havia morrido porque eles O executaram

Todos eles estavam certos, pois haviam matado Jesus. Contudo, todos eles também estavam errados, porque os eventos da cruz tiveram sua causa primeira na vontade e na graciosa iniciativa do Pai. A cruz foi plano, ideia, vontade e propósito de Deus.

Muitos crentes, ao refletirem sobre a cruz, concentram-se no sacrifício voluntário do Filho e ignoram o dom de sacrifício do Pai. Outros contrastam o amor do Filho em sua morte com a ira do Pai que necessitava ser aplacada. Ambas as abordagens negligenciam a unidade essencial de Deus, dificultando a compreensão de que o amor do Pai está no âmago de todas as ações divinas com relação à humanidade.

Toda vez que a graciosa iniciativa do Pai, na redenção, é ignorada ou incompreendida, Seu amor paternal é inevitavelmente difamado – e somos privados de um elemento chave da nossa segurança. Infelizmente, em muitas tradições cristãs, há pessoas que acham que devem se esconder por trás do amor gentil de Jesus para serem salvas da ira apenas contida de um Pai ainda irado. É difícil para essas pessoas se regozijarem na maravilhosa condição de filhos e filhas do Pai amoroso.

Fica claro em 2Coríntios 5:18-21 que Deus é o iniciador gra-

cioso da redenção. Isto também é visto em Romanos 5:8 e 8:3. Na Parte 9 de *Fé Viva*, observamos que Marcos 14:27; João 3:16; Romanos 3:25; 4:25; 8:3,32 e 1João 4:9,10 enfatizam que o Pai enviou o Filho para redimir a humanidade.

Claro que em outros lugares no Novo Testamento, a natureza voluntária do sacrifício de Cristo também é enfatizada: Mateus 20:28; Gálatas 2:20; Efésios 5:2,25; 1Timóteo 2:6; Tito 2:14; Hebreus 9:14 e 26 afirmam que o Filho sacrificou a Si mesmo.

Agora que entendemos que o Pai e o Filho compartilham a mesma natureza e que o Filho expressa a identidade do Pai neste mundo, essa constatação não deveria nos surpreender mais. O Pai entregou o Filho e Ele se rendeu voluntariamente. O Pai não obrigou o Filho a enfrentar uma provação que Ele não estava disposto a suportar, bem como o Filho não surpreendeu o Pai com sua ação altruísta. Isso constituiu outro paradoxo divino claramente expresso em Gálatas 1.4 e João 10:17,18.

Com certeza, João 3:16 é um dos versículos mais conhecidos da Bíblia e declara abertamente que a redenção tem sua origem no Pai: foi o Pai quem amou o mundo de tal maneira que enviou o Filho. Isso significa que devemos reconhecer que o amor e a graça do Pai não são o resultado da redenção, mas constituem a sua origem, a sua motivação, até mesmo a sua precondição. A obediência do Filho, no Getsêmani e na cruz, é apenas uma resposta à vontade repleta de amor do Pai. Precisamos manter essa verdade em permanente lembrança em nossas mentes se quisermos reconhecer o grande amor do Pai por nós e nos regozijarmos em Sua paternidade.

A atividade do Pai

Se pensarmos no Pai, no Filho e no Espírito como seres pessoais distintos, teremos inevitavelmente uma caricatura do Calvário, com Deus punindo um Jesus inocente ou com Cristo querendo persuadir um pai relutante.

No entanto, o texto de 2Coríntios 5:18,19 declara que a nossa redenção não foi alcançada apenas por Cristo – ou somente pelo Pai – mas pela ação do Pai em e por meio do Filho com a

total concordância Deste. Eles agiram em harmonia; Suas vontades eram idênticas; Eles não podiam ser separados.

A unidade essencial de Deus poderia nos levar a concluir que Ele morreu por nós – 1Coríntios 2:8 pode até parecer sugerir isso. Porém, a imortalidade divina implica que Ele não poderia ter morrido. Para solucionar esse dilema, Deus tornou-Se humano de modo a poder morrer em nosso lugar, nos livrando e recebendo o juízo sobre Si. Hebreus 2:14-18 e Filipenses 2:6-8 eliminam qualquer dúvida sobre essa questão.

Isso quer dizer que a redenção deve ser a atividade do Pai, mas que essa atividade deve ser *Deus vivendo e sacrificando Sua vida como um humano*. Aquele que obedece ao Pai em nosso favor tem que ser totalmente humano, caso contrário a sua obediência e sofrimento não são relevantes para nós. No entanto, deve ser plenamente divino, de outro modo sua aceitação do abandono não faria diferença alguma. Esta é a verdade expressa por passagens como Romanos 8:3 e 1João 4:10.

Há três razões pelas quais a redenção deve ser uma ação do Pai:

1. A incapacidade humana

Sabemos que, por causa do pecado, é impossível ao ser humano obter a própria redenção – mesmo com o auxílio do Espírito. Efésios 2:1 descreve claramente a natureza decaída do homem. Além disso, as mudanças mencionadas em 2Coríntios 5:17 e João 3:7 estão além da capacidade de nossos esforços falhos e limitados.

Todo o Novo Testamento ensina que não existe obra humana que possa atender aos requisitos perfeitos de Deus. Isso significa que a redenção deve ser uma atividade do Pai – e que podemos apenas nos beneficiar do que o Pai faz por nós por intermédio do Filho.

Quanto mais reconhecermos a nossa incapacidade humana pecaminosa, tanto mais compreenderemos a necessidade de o Pai operar a redenção por meio da encarnação. Nada mais faz sentido.

2. Graça divina

Sabemos também que a redenção é um ato de graça. Por definição, isso implica que a redenção deve ser um ato executado exclusiva e completamente pelo próprio Deus.

Devemos entender que não haveria graça se o Pai enviasse alguém que não fosse Ele mesmo para cumprir a nossa redenção. Mesmo um homem cheio do Espírito em nível máximo não é Deus em sua essência – suas ações poderiam apontar para uma atitude divina, porém ele próprio não poderia ser uma ação divina.

Para ser uma obra da graça, a redenção deve simplesmente ser provida pelo Pai. Por ora, deveríamos ser capazes de reconhecer que, para ser possível, isso requer tanto um Deus trino quanto a encarnação.

Esse ato de graça é que nega a acusação de injustiça. Algumas pessoas acusam os cristãos de celebrarem um terrível erro, de reverenciarem a punição de um homem inocente. Porém, o próprio Deus providenciou o sacrifício, tornando-Se Ele mesmo o sacrifício. Longe de ser uma trágica injustiça, a cruz é uma demonstração da infinita graça divina.

3. Consequências eternas

Da mesma forma, sabemos que o Novo Testamento representa a morte de Cristo como a que possui consequências eternas, como sendo uma ação no mesmo nível da criação e do juízo final. Gálatas 4:4,5 e João 12:31,32 mostram que os eventos envolvendo a cruz afetam o destino de todo o universo e, claro, de todas as pessoas nele inseridas.

A cruz não é somente a suprema revelação da glória e da natureza de Deus (embora o seja); a cruz também é uma ação que transforma todas as coisas. Em benefício de toda a humanidade, o Pai, em e por meio do Filho, reconstituiu o relacionamento da humanidade com Ele mesmo.

A cruz é eternamente eficaz como a ação redentora do Pai em favor da humanidade, ela exige uma resposta de todas as pessoas. A cruz mudou a situação da humanidade de tal forma que

todos devem tomar uma posição com respeito a ela. A passagem de 2Coríntios 5:14-21 prova que a cruz é a ação do Pai e que ela possui consequências eternas.

Ao aceitarmos essa grande mudança, devemos reconhecer que somente o Pai pode efetuá-la. Se a redenção é tão significativa quanto a criação e o juízo, então, apenas o Criador e Supremo Juiz poderia cumpri-la – tornando-se humano na pessoa de Seu Filho para ser o Salvador e Redentor do mundo.

O resultado do Pai

Muitos cristãos parecem pensar que a cruz lida essencialmente com o pecado humano. Contudo, antes disso ela deve lidar com a ira de Deus. Podemos dizer que na cruz Jesus lida mais com o Pai do que conosco.

Em nosso favor, Ele oferece a aceitação obediente que cumpre a vontade do Pai e suporta o juízo do Pai. Jesus sofre o abandono do Pai, oferece o amor e confiança que correspondem exatamente ao que o Pai proporciona, entrega a Sua obra nas mãos do Pai e aguarda o Seu veredito. O foco está inteiramente sobre o Pai – o que Ele fará?

Louvido seja Deus, porque sabemos que o Pai aceitou o Filho obediente que suportou o juízo divino contra o pecado, reconhecendo que o Filho assim agiu em nosso favor e, então, enviou o Espírito Santo para operar em nós todos os diferentes “novos nascimentos” e “novas criações”.

João 16:7 deixa claro que o Filho deve ir ao Pai antes que o Espírito venha para operar a nova condição em nós. O Pai é o foco da cruz e o resultado da redenção pertence inteiramente a Ele.

Segurança

Deveria estar claro que a aceitação do Filho pelo Pai possui consideráveis implicações com respeito à nossa segurança. Se a nossa compreensão da redenção focar nossos sentimentos sobre o perdão, então, a nossa segurança dependerá grandemente da condição de nossas emoções pessoais. Caso não nos sintamos perdoados, passaremos a questionar se de fato somos ou não!

No entanto, a nossa confiança na cruz não depende de nossos sentimentos, mas do fato de o Pai ter dito “Sim” ao Filho, *tê-Lo* ressuscitado de entre os mortos, *tê-Lo* recebido no céu e, por fim, enviado o Espírito Santo para a igreja.

Isso significa que nossa segurança não repousa em nossos sentimentos subjetivos com relação ao perdão, mas no fato objetivo da ressurreição – que expressa o “Sim” do Pai ao Filho e, por conseguinte, a todos em cujo favor a obra do Filho foi realizada.

A cruz não resultou no aumento do amor do Pai por nós (pois Ele sempre nos amou com um amor infinito); e tampouco transformou Deus em um Pai (pois Ele sempre foi o Pai por toda a eternidade). A consequência do evento da cruz é que, por meio dela, o Pai tornou-Se o *meu* Pai. Por esta razão é que não devemos cessar de louvar e dar graças a Deus.

O sofrimento do Pai

Muitos pregadores discorrem longamente sobre os sofrimentos do Filho no Calvário e nós analisamos esses sofrimentos em *Salvação pela Graça e Conhecendo o Filho*. Há, entretanto, outro lado do relacionamento e não deveríamos negligenciar o sacrifício do Pai em entregar Seu Filho à morte.

Vimos que as naturezas do Pai, do Filho e do Espírito são idênticas, porém Suas funções são distintas. Por exemplo, o Pai e o Filho são igual e identicamente caracterizados pelo amor e sacrifício, mas são funcionalmente distintos, pois o Pai tem a vontade e o Filho atende essa vontade, o Pai envia e o Filho é enviado.

Romanos 8:32 mantém o foco no Pai e mostra que Ele entregou algo de Si mesmo na rendição do Filho – a natureza é a mesma, porém a função não é. Em Sua entrega, o Filho sofre abandono e morte enquanto que o Pai que entrega o Filho sofre a infinita dor do amor.

Se quisermos entender corretamente esse aspecto da cruz, devemos pensar uma vez mais na natureza trina de Deus. O Filho sofre morrendo e o Pai sofre a morte do Filho; a “orfandade” do Filho equipara-se à “desfiliação” do Pai. Pode-se quase

afirmar que, na morte do Filho na cruz, ocorre a morte da própria paternidade do Pai.

Deve-se, claro, reconhecer que os sofrimentos do Pai e do Filho são funcionalmente diferentes – e que somente o sofrimento de Cristo expia o pecado. No entanto, isso não significa que devamos ignorar o pesar infinito do Pai.

Abraão

É quase impossível ler o versículo de Romanos 8:32 sem lembrar do episódio de Abraão relatado em Gênesis 22. A dor experimentada por Abraão durante a preparação para o sacrifício de seu Filho, Isaque, constitui, certamente, um vislumbre da dor do “Aba”, enquanto Se prepara para abandonar Seu Filho unigênito à morte.

No Calvário, entretanto, não há ninguém para intervir e interromper o sacrifício, pois o Pai deve prosseguir e entregar Seu Filho para ser sacrificado no lugar da humanidade pecaminosa. Poderia alguém imaginar remotamente a dor do Pai enquanto ouvia o clamor de Seu Filho, em Marcos 15:34?

O filho pródigo

Tem-se observado com frequência que a parábola registrada em Lucas 15:11-32 tem a ver mais com o pai do que com o filho – pois é o pai quem está no cenário central.

O relato evidencia que o arrependimento do filho não é prerrogativa para o amor do pai, mas apenas o meio que o capacita a receber o amor do pai. O pai ansiava e aguardava pelo retorno do filho muito antes deste decidir voltar para casa. E, tão logo o pai vê a aproximação do filho, corre para recebê-lo com alegria ímpar, sem questionar os motivos da volta.

A atitude do pai é tão notável que talvez a parábola devesse ser chamada de a parábola do “pai pródigo”. O termo “pródigo” refere-se simplesmente a uma pessoa que gasta de modo irresponsável e excessivo. Embora o filho de fato gaste sua herança irresponsavelmente, é o pai quem doa compaixão, graça e perdão ao filho de maneira incansável e extravagante, quando este menos merecia.

O ponto principal da parábola é a declaração da graça incondicional do Pai com relação aos pecadores – e foi parte da resposta de Jesus aos líderes religiosos que o criticavam pelo mesmo tipo de atitude em relação ao mesmo tipo de pessoas.

Alguns podem se perguntar como essa parábola se relaciona com a cruz, porque sempre pensam na cruz em termos do sofrimento do Filho e o custo da graça. No entanto, essa é uma parábola expressa pelo Filho a caminho da cruz, e aponta para a centralidade do Pai, para a total e generosa liberdade da Sua graça.

No relato, o filho retorna para casa com expectativas pouco animadoras. Ele se perguntava como seria a reação do pai ao vê-lo. Ele nem mesmo tinha certeza se o pai sequer falaria com ele. Assim, ele imaginou que teria de humilhar-se e suplicar por algum acordo que, na melhor das hipóteses, lhe permitiria trabalhar como servo na casa de seu pai a fim de pagar seus débitos.

Ele não imaginou que poderia ser aceito no Lar da família, ou que poderia manter o nome da família, ou ainda ter privilégios de filiação. Tudo o que esperava era que seu pai, por sua graça e misericórdia, o aceitasse como escravo ou empregado. Jesus declara que o Pai não é assim!

Graça superabundante

A maioria dos cristãos tem ouvido muito sobre o custo da redenção e pouco sobre a livre e superabundante graça do Pai que, em seu desejo passional pelo retorno dos pecadores ao lar, entregou o próprio Filho.

Não precisamos compreender a redenção para recebermos o perdão. Não se exige que reconheçamos o custo do perdão para nos beneficiarmos dele – podemos fazer isso mais tarde. Na verdade, a única condição de perdão é que respondamos ao chamado gratuito e gracioso do Pai com braços estendidos e humildes, como resultado de um coração grato e jubiloso. Simplesmente, vamos ao Pai como o filho no relato bíblico e cremos na palavra de Deus.

Devemos lembrar que se o evangelho que pregamos não pa-

rece tão bom para ser verdadeiro, então, provavelmente, estamos pregando outra coisa! Se não olharmos para o Pai, se Ele não for o foco de nossa fé, se desprezarmos Sua parte na redenção, então, existe a possibilidade de apresentarmos um evangelho que sugira que o melhor que as pessoas podem esperar é que o Pai possa ser persuadido a algum tipo de tolerância desconfortável dos pecadores por Jesus.

Podemos pensar que os filhos e filhas “pródigos” ainda necessitem manter certa distância do Pai, e que toda a nossa gratidão deve ser derramada sobre Jesus por Ele ter, de algum modo, aplacado a ira do Pai e permitido que retornássemos ao quarto dos fundos da casa na forma mais inferior de servo.

Tal tipo de pensamento sobre o Pai leva à passividade, medo, autocondenação, expectativas baixas, falta de ousadia e legalismo. Deve ter sido assim que o filho pródigo se sentiu enquanto se arrastava de volta à casa do pai, porém isso não representa o pai na parábola – ou o “Aba” Pai que enviou o Seu Filho a uma terra distante para construir um caminho de volta ao lar e, agora, anseia por nos conduzir até Sua presença como filhos e filhas com graça incondicional e celebração irrestrita.

Ser cristão é saber que o Pai definiu a nossa identidade por intermédio da cruz e que Ele agora nos chama como Seus filhos e filhas. Ele nos conclama a recebermos a nossa herança – o manto da filiação, o anel da autoridade e as sandálias da liberdade.

É a graça do Pai que inicia o envio do Filho e prepara a redenção, de modo que, quando o preço é pago, o Pai pode abrir os Seus braços e acolher as multidões de filhos que são trazidos para a glória pelo Filho e por meio do Espírito.

Parte Sete

A Vontade do Pai

Observamos que “Aba” é um termo do Getsêmani, dito pelo Filho que confia plenamente em Seu Pai e a Ele presta total obediência. Para o Filho, a obediência é a essência da filiação – como podemos ver em Mateus 11:25-30; Lucas 10:21,22; João 5:19,30; 6:38; 7:28,29; 8:26,28,29; 10:18 e 12:49,50.

Ao olharmos para Jesus visando aprender a viver como um filho ou filha do Pai, vemos que essa condição é caracterizada pela confiança total e obediência radical. Podemos dizer que a filiação do Filho divino claramente consiste de obediência e, portanto, é de se esperar que a filiação dos filhos humanos também consista de obediência.

Em *Fé Viva*, observamos que “fé” ou “crença” é um conceito bíblico quase idêntico a “obediência”. Crer em Deus é obedecer -Lo; obedecer a Deus é crer Nele; e o Novo Testamento utiliza as palavras “fé” e “obediência” de maneira quase intercambiável. Analisamos a fé obediente em todo o volume *Fé Viva*, e tudo o que aprendemos sobre obediência neste capítulo precisa ser compreendido dentro do conceito de “fé viva” fornecida e concedida por Deus.

Obediência proveniente do evangelho

Por todos os tipos de motivos históricos, religiosos e filosóficos, qualquer ênfase contemporânea na obediência soa severa e precipitada. No entanto, a “obediência proveniente do evangelho” ou “fé viva”, que vemos em Jesus é exatamente o oposto de “obediência legalista”.

O inimigo deleita-se em nos levar a interpretações equivocadas sobre importantes palavras bíblicas, e a compreensão cristã comum da obediência como “legalista” constitui um dos seus maiores êxitos. Precisamos reconhecer que a “obediência proveniente do evangelho” é diferente, e que ela possui três distinções principais.

1. É uma resposta à graça de Deus

A “obediência proveniente do evangelho” é sempre uma resposta à graça de Deus e jamais uma condição para a graça. (Se fosse uma condição, jamais poderia ser graça.) O legalismo afirma que o Pai nos aceitará como filhos apenas se *obedecermos*. O evangelho, entretanto, proclama que o Pai nos recebe como Seus filhos exatamente como somos, com toda a nossa indignidade, e que a nossa resposta à graça do Pai deve ser expressa na forma de uma obediência zelosa.

Na Parte Seis, vimos que os filhos que retornam são recebidos pelo Pai sem quaisquer condições, mas que eles retornam a casa e à família do Pai onde Ele é senhor e deve ser obedecido.

Viver na graça do Pai significa viver segundo a Sua vontade e isso constitui a “obediência proveniente do evangelho” que nos mantém próximos a Ele – e ao Seu poder, proteção, provisão, perfeição e assim por diante. Isso implica que a “obediência proveniente do evangelho” é libertadora em vez de limitadora, porque nos mantém alinhados com a vontade do Pai, que sempre é em favor de nossa liberdade, integridade e bênção.

João 4:32-34 mostra que a obediência do Filho era, literalmente, a fonte de Sua resistência espiritual e as palavras de Jesus, em João 15:10, seguem naturalmente essa verdade.

A obediência não é uma pré-condição para ser amado por Deus. Ao contrário, o Filho e o perfeito amor do Espírito não possuem melhor dom para nós do que nos colocar em um relacionamento obediente com o Pai, que nos ama infinitamente – de modo que Seu amor possa nos tornar íntegros e completos.

Já observamos que o Filho viveu, morreu e ressuscitou em aceitação obediente ao amor do Pai, e quando vivemos com

aceitação e obediência semelhantes é que descobrimos um júbilo semelhante.

O único motivo verdadeiro por trás da “obediência proveniente do evangelho” deveria ser uma resposta de gratidão amorosa à graça do Pai – não por medo de punição. E o único propósito verdadeiro dessa obediência deveria ser nos manter em uma posição de livre e abundante graça – e levar outros a essa mesma graça.

Como vimos em *O Governo de Deus*, eis por que as palavras de Jesus, em Mateus 11:25-30, fazem tanto sentido – Seu jugo é realmente suave e Seu fardo verdadeiramente leve.

2. É capacitada por Deus

Podemos dizer que a “obediência proveniente do evangelho” é mais uma obediência capacitada do que requerida. O Pai não nos faz exigências impossíveis e depois fica a distância, observando o nosso fracasso. Em vez disso, Ele nos concedeu o Filho e o Espírito, que nos capacitam a obedecê-Lo.

Observamos no volume *O Governo de Deus* que a lei mosaica impunha exigências impossíveis sobre Israel, as quais levavam ao fracasso e à condenação, e que Jesus veio para nos libertar da Lei, substituindo-a com o governo pessoal de Deus. Vemos essa verdade em Mateus 5–7, bem como em Romanos 8:2.

Como cristãos, não fomos libertos de toda a exigência da Lei, fomos levados da obediência legal para a fé viva, para a “obediência proveniente do evangelho”; fomos transferidos do reino das regras e regulamentos para o governo pessoal de Deus. Filipenses 2:13 mostra como o próprio Deus opera em nós e conosco, pelo Espírito, a fim de nos capacitar a agir conforme Sua vontade e propósito.

3. É um relacionamento pessoal com Deus

A “obediência proveniente do evangelho” é uma obediência viva pessoal ao “Aba”, não uma obediência morta e impessoal a um código de princípios gerais e regras detalhadas. Consideramos esse conceito detalhadamente no volume *O Governo de Deus*.

Romanos 12:1,2 revela que a obediência doadora deve ser a nossa resposta ao Deus que a Si mesmo Se doou por nós e que – mais importante ainda – ela é o meio pelo qual discernimos, acolhemos e cumprimos a vontade do Pai.

Com base em Romanos 12:1,2, deve estar claro que todo o processo da “obediência proveniente do evangelho” é totalmente distinto do esforço humano para viver segundo os princípios cristãos ou cumprir os Dez Mandamentos – ou mesmo de viver conforme o Sermão do Monte. Seja como for que denominemos isso – “obediência proveniente do evangelho”, fé viva ou o governo de Deus – trata-se indubitavelmente, de *um relacionamento pessoal com o “Aba, Pai”*.

A vontade específica de Deus

Como vemos em *Conhecendo o Filho*, Jesus buscou continuamente discernir o que Seu Pai estava fazendo e a fazê-lo com Ele. Seu ministério não dependia de Sua consciência sobre os princípios divinos, tampouco de Sua capacidade de aplicá-los. Antes, dependia da Sua sensibilidade com respeito à vontade específica do Pai, sendo que tal sensibilidade estava enraizada em Seu relacionamento íntimo com o Pai.

É claro, havia uma vontade e propósito geral para a vida e ministério de Jesus, conforme mostra Lucas 4:18,19. No entanto, Jesus não vivia segundo um programa ou princípios, mas vivia minuto a minuto discernindo qual forma específica a vontade coerente de Deus ia assumindo em cada situação. Analisamos esse processo da vontade específica e do discernimento em *Fé Viva e Ouvindo a Deus*.

Como cristãos, não necessitamos da orientação divina por sermos ignorantes quanto ao propósito e à vontade geral de Deus, mas a diretriz divina é necessária porque precisamos compreender Sua vontade específica em diferentes circunstâncias. Por exemplo, sabemos que a cura e a plenitude constituem a vontade geral e suprema do Pai para todas as pessoas, porém precisamos de Sua vontade específica para discernir o que dizer e fazer quando somos confrontados por uma pessoa enferma.

Se quisermos viver segundo os princípios gerais sem discernir a vontade específica de Deus em situações específicas, o mais provável é que vivamos em confusão e frustração.

Sabemos que é obra do Espírito nos revelar a vontade específica do Pai e que Ele utiliza uma grande variedade de meios e dons para cumprir essa função. Analisamos os dons, atributos e orientação do Espírito Santo em *Conhecendo o Espírito, Ministério no Espírito e Ouvindo a Deus*.

Em Atos 16:6-10, lemos como Paulo foi impedido pelo Espírito – primeiramente de ir a uma província para pregar e, depois, de ir à outra região – e como ele, por fim, foi direcionado a cumprir a vontade específica de Deus. O apóstolo sabia que a vontade geral de Deus para a sua vida era pregar o evangelho aos gentios, porém ele necessitou do auxílio do Espírito a fim de discernir a vontade específica de Deus naquele momento.

É exatamente esse tipo de “obediência específica, guiada pessoalmente” que necessitamos seguir em nossas vidas. É preciso ouvir com atenção o Espírito para discernirmos a vontade específica do Pai em cada situação – e, então, obedecer essa vontade.

Obediência “Aba”

Sempre que obedecemos a vontade particular do Pai, nos unimos a Jesus no Getsêmani quando Ele disse “Aba”. As palavras do Filho, registradas em Marcos 14:36 constituem o arquétipo de toda a obediência específica do evangelho.

Já vimos que a filiação de Jesus não está condicionada à Sua obediência. Na verdade, por conhecer o amor do Pai é que Ele possui a confiança – a fé viva – para obedecer. É esse relacionamento vivo com o Pai que fornece a Jesus a força e a liberdade para obedecer.

No Getsêmani, Jesus busca o Pai para testar a Sua compreensão quanto à vontade específica de Deus que deverá suportar na cruz nas próximas horas. Marcos 8:31; 9:31 e 10:33,34 revelam que Jesus já conhecia a vontade geral de Deus, mas precisava da reafirmação pessoal do Pai com respeito àquela vontade específica para aquela noite e para os dias seguintes.

Obediência ao Pai

A obediência “Aba” de Jesus é direcionada a Deus, ao Pai. Preocupa-se em obedecer a vontade do Pai e não em satisfazer as necessidades e desejos pessoais.

Vivemos numa época em que as pessoas buscam incessantemente a satisfação e a autogratificação instantâneas e precisamos reconhecer que tais atitudes constituem a antítese da oração “Aba” (ao Pai) no Getsêmani. Claro que devemos reconhecer que as nossas necessidades quase sempre nos fazem correr para Deus, e que Sua graça significa que Ele está continuamente pronto a nos receber com base em nossas carências e a satisfazê-las.

O propósito de Jesus, no entanto, não é apenas satisfazer as nossas necessidades. Quando O buscamos com as nossas carências, Ele sempre busca nos tornar Seus discípulos – companheiros que anseiam segui-Lo por amor a Ele mais do que usá-Lo a fim de obter benefício próprio.

Jamais devemos nos esquecer de que Jesus diz: “Venha a mim e eu vos enviarei para onde eu escolher”, e não, “Venha a mim e eu lhe darei tudo o que quiseres”.

Vemos esse processo em Lucas 5:1-11.

- Jesus satisfaz as necessidades de pescadores frustrados
- Pedro passou de um sentimento de satisfação com a fartura para um sentimento de pecado e indignidade diante do poder de Jesus
- Jesus convoca Pedro ao discipulado
- Jesus envia Pedro para ser pescador de pessoas

Podemos dizer que Pedro foi convertido de um relacionamento egoísta, alicerçado nas necessidades, para outro firmado na obediência, uma relação direcionada ao Pai – e que seu senso de pecaminosidade pessoal foi parte vital desse processo. Quando nossa fé foca as próprias necessidades, somos condenados ao descontentamento e frustração, porém, quando nossa fé busca o Pai, somos assegurados da integridade e da plenitude.

Sabemos, claro, que Jesus afirma aos que permanecem Nele e O seguem que eles terão as suas necessidades satisfeitas. No entanto, essa palavra é para aqueles que buscam o reino de Deus

e a Sua justiça, não para aqueles que estão obcecados em satisfazer as suas próprias carências e desejos.

Os verdadeiros discípulos podem crer que receberão o que pedem, porque o que pedem resulta do relacionamento deles com o Pai e do alinhamento com a Sua vontade. Como Jesus no Getsêmani, eles estarão pedindo a vontade do Pai, e não os próprios desejos e anseios.

Muitos crentes cedem à tentação enfrentada por Jesus em Lucas 4:2,3 e buscam poder a fim de satisfazerem as suas necessidades pessoais. Em vez disso, devemos seguir a resposta de Cristo em Lucas 4:4 e viver em obediência à Palavra de Deus. Quando cumprirmos a vontade do Pai com a “obediência proveniente do evangelho”, descobriremos que as nossas necessidades também são satisfeitas.

Obediência capacitada pelo Espírito

Vimos que é a obra do Espírito que nos santifica, nos conduz à semelhança de Cristo e nos capacita a revelar o nome do Pai. E a nossa obediência à vontade do Pai é crucial se quisermos que o Espírito desenvolva a natureza do Pai em nós.

As experiências e dons espirituais somente são significativos se expressarem a nossa obediência do Getsêmani ao “Aba” Pai – pois a verdadeira “obediência proveniente do evangelho” é a disposição de seguir Jesus do jardim até a cruz.

Na prática, isso significa estar pronto, como Jesus no jardim, a:

- Seguir na ausência de sinais e respostas
- Perseverar mesmo em circunstâncias dolorosas e difíceis
- Ceder à vontade de Deus para que possa dar fruto em abundância
- Desafiar nossos medos e testemunhar de Cristo – por meio de nossas palavras, estilo de vida e nossa resposta profética face à injustiça
- Livrar-se das algemas das necessidades pessoais em benefício do serviço aos outros
- Ser humilde diante da legítima autoridade de outros.

Todos esses pontos sugerem que seremos poderosos no Espírito apenas quando tivermos estado com Jesus no jardim e com

ele expressado – com profunda sinceridade – “Aba Pai... não seja o que eu quero, e sim o que tu queres”.

A prioridade da vontade do Pai

Vimos que a vontade do Pai possui prioridade sobre a nossa em Seu chamado à obediência. Ainda, sabemos que a graça é iniciativa do Pai e que a “obediência proveniente do evangelho” é a nossa resposta a essa graça.

A ordem é clara: o Pai inicia, nós respondemos. Antes de darmos um único passo em direção a Deus, até mesmo quando estamos dizendo “Não” a Ele, o Pai vem até nós em Seu Filho, com livre e abundante graça. Poucos líderes da igreja discordariam dessa ordem de prioridade.

No entanto, quando estudamos a obra do Espírito, muitos líderes discordam enfaticamente entre si quanto à ordem de prioridade entre as vontades do Pai e de Seus filhos. Por exemplo, muitos pastores dariam diferentes respostas às seguintes perguntas:

- A ação do Espírito na conversão e unção é livre e incondicional ou Ele age apenas quando O buscamos, pedindo e permitindo que trabalhe em nós?
- Temos fé porque o Espírito vem e cria essa fé em nós ou Ele vem apenas quando encontra fé em nós?
- O Espírito inicia ativamente a fé em nós ou Ele nos convida e aguarda passivamente que O busquemos em nossa liberdade de ação?

Essas não são perguntas acadêmicas minuciosas que interessam apenas aos cristãos de alto escalão, mas constituem questões de ordem prática que afetam profundamente a maneira que cada cristão se relaciona com o Pai e vive a vida cristã.

Pode a vontade humana ter prioridade sobre a vontade do Pai?

Desde os tempos de João Wesley, tem sido comum, em muitas igrejas protestantes, a defesa de que todas as ações de Deus em nós estão condicionadas por nossa disposição e fé. Muitos líderes ensinam que o Pai não pode trazer a bênção do Filho até que tenhamos, pelo próprio livre-arbítrio, aberto o caminho para Ele agir.

Como resultado dessa ideia, muitos sermões evangélicos apelam para o livre-arbítrio humano como o fator decisivo para a pessoa ser salva ou não. Quando isso é levado ao extremo, pode parecer que, no momento chave, Deus subitamente torna-Se inativo e incapaz de qualquer ação – Ele deve permanecer passivo, à parte, enquanto decidimos se queremos ser salvos ou não.

As pessoas aplicam a mesma ideia quanto a receber o Espírito e Seus dons, sugerindo que Jesus não pode nos ungir com o Espírito até que cumpramos as condições estabelecidas por Deus. Se adquirirmos conhecimento suficiente, nos arrependermos o bastante, orarmos sem cessar, buscarmos sem descanso, participarmos dos cursos sugeridos e comprarmos o DVD, então, por fim, seremos ungidos. Se cumprirmos todas as condições, Deus irá derramar as Suas bênçãos. No entanto, se não as cumprirmos, Deus não agirá. Nessa maneira de pensar, a vontade humana é prioritária, não a vontade do Pai.

Colocando de forma bem simples, cada cristão deve decidir se crê que a ordem divina é “graça seguida de obediência” ou “obediência seguida de graça”. Seja qual for a abordagem por nós escolhida, então, devemos aplicá-la com rigor em cada aspecto da fé.

Desnecessário dizer que em toda esta série *A Espada do Espírito* procuramos mostrar que a vontade do Pai sempre tem prioridade; que a graça está acima de tudo ou deixa de ser graça; que a fé de Deus, a unção do Espírito, bem como Seu ministério e respectivos dons, são todos concedidos no contexto da graça livre e incondicional do Pai. Quaisquer condições divinas – como, por exemplo, a “obediência proveniente do evangelho” – são nossa grata resposta a essa graça e não requisitos para ela.

Graça infinita

A dificuldade que enfrentamos em nossos dias é que em grande parte do pentecostalismo e evangelicalismo carismático, a graça parece tomar parte apenas na conversão, raramente aparecendo em outros aspectos da vida cristã.

A “obediência seguida de graça” encontra-se no núcleo de muito ensino contemporâneo. Isso significa que aqueles que são

famintos por renovação e reavivamento correm atrás de técnicas, sistemas e métodos em vez de buscar a promessa gratuita e graça de Deus.

Se crermos que a vontade do Pai tem prioridade em todas as coisas, que Sua graça é infinita e absoluta, nós nos voltaremos para Ele quando estivermos espiritualmente famintos. Contudo, se acreditarmos que a nossa vontade é prioritária, que “obediência seguida de graça” é a condição divina, então, nós nos voltaremos para os métodos mais modernos que nos asseguram a bênção se os seguirmos cuidadosamente.

Deveríamos nos questionar sobre o tipo de Pai que temos.

- Ele é o *Javé Elohim*, já considerado aqui, que é todo-poderoso, protetor, perfeito e provedor; cuja grande paixão é a nossa redenção; que sofreu a dor infinita do amor; que revelou o Seu eterno amor ao entregar Seu Filho unigênito por nós; que constantemente vem a nós por meio do Filho e do Espírito; que tem prazer em nos conceder boas dádivas?
- Ou é aquele que espalhou as bênçãos sobre uma mesa e nos mandou vir e pegá-las – se formos capazes – e depois nos deixou a fim de encontrarmos o próprio caminho em meio a um labirinto quase impossível de opções certas e erradas?

Como as promessas de Deus são cumpridas?

Uma das questões mais polêmicas a ser respondida por todo cristão é como as promessas de Deus são cumpridas. É preciso decidir se é:

- Pela elaboração de uma lista de condições e depois a realização de uma série de ações que as satisfaçam
- Pelo Pai, em Sua graça, guiando-nos, passo a passo, em direção a elas – ao Seu modo e tempo.

Se estivermos convencidos de que é a segunda, então, jamais seguiremos um método ou uma fórmula. Ao contrário, sempre olharemos apenas para o Pai e veremos o que Ele está realizando, acompanhando-O no caminho que Ele estiver seguindo.

Nesse contexto, a promessa de Jesus em Lucas 11.13 é sobremaneira importante. Ele promete que: “O Pai celestial dará

o Espírito Santo àqueles que Iho pedirem”. Nesse versículo, há dois elementos principais:

- A disposição do Pai
- Nosso pedido.

Podemos relacionar esses dois elementos entre si de formas contrastantes.

A disposição do Pai está condicionada ao nosso pedido. Ele está disposto a dar, quando e tanto quanto pedirmos. Se não pedirmos, Ele não nos dará.

Nosso pedido está condicionado à disposição do Pai. Somente porque Ele está disposto a nos dar é que ousamos pedir. É o poder de Sua Palavra em nós que nos concede o poder para pedir. (Abordamos esse conceito na Parte Quatro de *Fé Viva*.)

Isso significa que o Espírito não é meramente a dádiva que vem ao final de nosso pedido, mas Ele também está no início – o gerador de nosso desejo, a força de nossa busca, a ousadia de nossa aproximação, e assim por diante, até o infinito.

Existe um pedido humano real em ambas as abordagens. Na primeira, ele está antes da vontade de Deus, constituindo uma condição para a Sua disposição de dar. Na segunda, é o resultado e a decorrência da vontade de Deus em dar.

Os cristãos que aplicam a primeira abordagem à promessa de salvação pensam que o arrependimento é a condição para a graça, e que precisam, primeiramente, mudar o comportamento antes de Deus os receber e perdoar os seus pecados. Os que aplicam a segunda abordagem, contudo, acreditam que o arrependimento é resultante da graça, e que precisam buscá-Lo justamente porque Ele já os perdoou em graça e misericórdia. Em outras palavras, não vivemos em novidade de vida a fim de sermos salvos, mas renunciamos aos nossos pecados exatamente porque já fomos salvos.

Os que são favoráveis à primeira abordagem e desejam experimentar uma renovação espiritual, sentirão que precisam se esforçar muito em seus períodos de oração, em sua crença, em sua pureza, e assim por diante. Em geral, eles serão caracterizados por um notável esforço pessoal.

Aqueles, no entanto, que seguem a segunda abordagem, acreditarão que o Pai, em Sua graça, começa a renová-los por meio de Seu Espírito – passo a passo – rumo à fé, pureza e oração, que são a vontade de Deus para eles, e os sinais da Sua graça neles. Deus não força esse processo em nós – como alguns caricaturam essa abordagem – em vez disso, Ele nos concede uma nova liberdade e vontade de modo que somos incentivados e capacitados a recebê-las.

A vontade do Pai

Já vimos que existem líderes que insistem no fato de ter de existir uma iniciativa humana na concretização ou apropriação da redenção. Contudo, devemos reconhecer o modo enfático que a passagem de Efésios 1:4-6 expressa que a iniciativa é inteiramente do Pai. A ideia de ser predestinado à salvação é, de fato, difícil, em especial no mundo de hoje, onde o pensamento centrado no homem domina a visão que as pessoas têm sobre Deus. Entretanto, passagens como Romanos 8:29-39 deixam claro que a nossa salvação depende, em última instância, da vontade do Pai. Ele é quem nos escolhe, nos salva e nos manterá por toda a eternidade. Em Romanos 9:14-24, Paulo lida mais profundamente com essas questões, enfatizando que o ponto crucial sobre a nossa salvação encontra-se no versículo 16: “Assim, pois, não depende de quem quer ou de quem corre, mas de Deus usar a sua misericórdia”.

Muitos pregadores preocupam-se em “desafiar” as pessoas a responderem ao evangelho – e a suposição por trás do desafio deles é a ideia de que pessoas decaídas são capazes de dar uma resposta positiva. Porém, devemos apenas entender como Efésios 2:1-5 nega vigorosamente que pessoas decaídas sejam dotadas de tal capacidade – exceto se Deus, em Cristo, restaurar tal capacidade nelas, por meio do Espírito.

Os que defendem a ordem “obediência seguida de graça” consideram que os cristãos contribuem significativamente para sua salvação e bênção cumprindo as condições e decidindo crer na promessa. Porém, devemos considerar a natureza inequívoca

de Efésios 2:8,9. A salvação é um ato da graça de Deus no qual os pecadores ganham algo que, de outra maneira, estaria totalmente fora do alcance deles. A ordem bíblica é “graça seguida de obediência”.

Vemos em *Fé Viva* que a fé salvadora por meio da qual Deus nos abençoa é, em si mesma, Seu gracioso dom a nós – e não o esforço pessoal que levamos a Ele como a nossa contribuição ao processo redentor. Simplesmente não há espaço para qualquer presunção ou vanglória quando, por fim, reconhecemos a prioridade absoluta da vontade do Pai e a extensão eternal e infinita de Sua graça. O máximo que conseguimos fazer é citar Efésios 2:10. É evidente que necessitamos desenvolver a nossa salvação e viver em parceria com o Espírito (como deixamos claro em *O Governo de Deus*, *Fé Viva* e *Conhecendo o Espírito*); mas somos capazes de fazer isso apenas quando Deus opera em nós.

Muitas igrejas anseiam por renovação e reavivamento, porém isso ocorre quando deixamos de crer em nossa competência para cumprir alguma condição, quando buscamos o Pai a fim de conhecermos o que Ele deseja fazer por meio de Sua graça, e quando aguardamos pacientemente Sua condução rumo às Suas promessas.

A graciosa vontade do Pai é a única fonte geradora de todas as bênçãos e tudo em nossa fé provém de Sua graça. Entretanto, não podemos esquecer que Sua graça livre e infinita nos conclama a responder ao Pai, em gratidão, com obediência “Getsêmani” incondicional. “Graça seguida de obediência” é certamente a única rota em direção à gloriosa liberdade dos filhos e filhas do Pai.

Parte Oito

O Pai e a Oração

Neste livro aprendemos muito sobre o glorioso nome e a natureza de nosso Deus trino, sobretudo com respeito à primeira pessoa de Deus, o Pai.

Enfatizamos, repetidas vezes, que somos chamados a conhecer o Pai de modo pessoal e não obter um mero conhecimento de fatos acerca Dele. Agora, devemos começar a reconhecer que desenvolvemos um relacionamento com o Pai do tipo “conhecer e ser conhecido” à medida que nos aproximamos Dele em oração.

Quando Deus é chamado de Pai no Novo Testamento, geralmente isso se dá em um contexto de oração, adoração ou glorificação. Vemos isso, por exemplo, em Mateus 5:16; 6:6; 11:25; 26:39,53; Lucas 10:21; 11:2; 23:34; João 11:41; 12:28; 14:16; 17:1,5,11,26; Romanos 8:15; 2Coríntios 1:3; Efésios 1:3; 2:18; 3:14; 5:20; Filipenses 4:20; Colossenses 1:3,12; 3:17; Tiago 3:9; 1Pedro 1:3,17 e Apocalipse 1:6. Não nos surpreenderemos quando percebermos que a Palavra “Aba” remete ao clímax da vida de oração de Jesus em Marcos 14:3, bem como tratar Deus como Pai é de suma importância no ensino de Jesus sobre oração em Lucas 11.

Oração trinitariana

O ensino do Filho sobre oração, registrado em Lucas 11, principia com uma oração endereçada ao Pai e finaliza com um convite para orar ao Espírito Santo – a quem o Pai está disposto a conceder aos que assim pedirem.

Necessitamos do Espírito

O contexto de Lucas 11:1-12 sugere que o pedido pelo Espírito, em Lucas 11:13, constitui, na verdade, um pedido por capacitação à oração, visto que apenas no Espírito é que podemos orar de fato.

O Novo Testamento ensina duas verdades importantes que têm enormes implicações para a oração e a adoração:

- Podemos chamar a Deus como “Pai” apenas quando estamos no Espírito – Gálatas 4:6
- Podemos louvar o nome do Pai apenas quando estamos cheios do Espírito – Efésios 5:18,19.

Não deveríamos imaginar que a oração ao Pai registrada em Lucas 11:13 sugira que o Espírito estivera previamente ausente. Ela significa simplesmente que o Espírito que vem não é “nossa” possessão, que Ele não está à “nossa” disposição como um servo: consideramos a natureza “indomável” do Espírito como “vento de Deus” em *Oração Eficaz* e *Conhecendo o Espírito*.

A principal mensagem de Lucas 11:1-13 é que precisamos nos manter em oração, em constante rogo, dependendo da provisão de Deus para cada dia. É “oração específica” e “provisão específica” – em vez de a “vontade específica” e “orientação específica” que consideramos na Parte Sete.

Como a maior parte do capítulo 11 de Lucas, o versículo 13 utiliza um tempo verbal grego especial, podendo ser traduzido como algo do tipo: “Seu Pai celestial continua disposto a manter a dádiva do Espírito Santo aos que continuarem a pedir”. O Pai permanece disposto a derramar o Espírito sobre e em nós, a nos capacitar para a oração. E nossa grata resposta diária em relação à Sua graciosa iniciativa e disposição diárias deve ser continuar pedindo incessante o Espírito – a fim de que continuemos sendo capacitados a continuar nos aproximando do Pai em oração.

Lucas 11:1-13 demonstra que a oração cristã é totalmente trinitariana, pois é endereçada:

- Ao Pai

- Por meio do Filho
- No Espírito

Na oração, colocamo-nos diante do Pai e nos relacionamos com Ele. Porém, nosso único acesso a Ele é por meio de Jesus que nos ensina a orar. E a nossa capacidade de orar é, em si mesma, um dom no e do Espírito Santo. Efésios 2:18 expressa isso claramente.

1. Ao Pai

À medida que lemos o Novo Testamento, fica claro que Deus, o Pai, deveria ser o principal foco da oração. A nossa oração, louvor, adoração, gratidão, glorificação e, assim por diante, podem, por vezes, ser direcionados a Jesus e ao Espírito – porque Eles também são Deus e compartilham Sua natureza e Seu ser, sendo merecedores, portanto, de igual louvor e adoração.

No entanto, todo o movimento de vida de Deus – quer como Criador ou Redentor – possui sua fonte e seu alvo no Pai. O Filho e o Espírito são do Pai e para o Pai, de modo que o principal objetivo deles na oração é nos introduzir ao Pai e nos colocar em comunhão com Ele.

O resultado natural disso e do principal propósito do evangelho é que a maioria de nossas orações deveria ser endereçada corretamente ao Pai. Não conseguimos orar desassociados do Filho e do Espírito e ambos nos ensinam a orar, “Aba, Pai”.

Apesar disso, muitos cristãos dirigem a maioria de suas orações a Jesus. Tal fato sugere uma compreensão incompleta tanto do evangelho como do Pai. Se oramos habitualmente a Jesus, então estamos negligenciando a verdade de que Jesus veio como o caminho até o Pai. Precisamos nos perguntar se estamos nos concentrando no Filho encarnado porque achamos que o Pai é essencialmente transcendente, inalcançável e incompreensível, ou se estamos nos apegando a um Jesus terno e amoroso porque imaginamos que necessitamos Dele para aplacar um Pai distante e ainda irado.

Quer percebam isso ou não, quando oram primeiramente a Jesus em vez de orar *por meio* Dele, ou principalmente ao

Espírito em vez de orar *Nele*, os crentes lançam dúvidas sobre seu relacionamento com o Pai. Não se trata apenas de um caso de semântica, pois afeta a essência do evangelho.

Como já vimos, o evangelho é o evangelho do Pai: por meio de Cristo somos reconciliados com o amor infinito e eterno que é o Pai. Se esquecermos dessa verdade, seremos sempre afetados, de alguma forma, pelo medo. No entanto, se compreendermos o propósito supremo do evangelho, perceberemos que fomos reconciliados com o Pai – de modo a poder conhecê-Lo e conhecer também a segurança e a plenitude que resultam de viver em sua boa, agradável e perfeita vontade.

Quando reconhecemos isso, então nos aproximaremos *do Pai* confiantemente em oração. A passagem de João 16:26-28 contém a mensagem central do evangelho, ou seja, que o Pai nos ama. Essa é a principal verdade de todo o ensinamento de Jesus; é a revelação primeira do Espírito, e não estaremos vivendo nisso até que ousadamente nos aproximemos do centro de todas as coisas, sabendo que somos bem-vindos e recebemos a *capacitação* para clamar, “Aba, Pai”.

2. Por meio do Filho

João 16:26-28 revela que, na oração, Jesus atua como *mediador* junto ao Pai em nosso favor. Há dois tipos distintos de mediação e precisamos ser claros quanto a qual deles é praticado por Jesus:

- Mediação exclusiva – um mediador vai por nós onde não podemos ir e faz por nós o que não podemos fazer
- Mediação inclusiva – um mediador que vai por nós, de modo que possamos segui-lo, e faz o que não podíamos fazer antes.

Na cruz Jesus tornou-se o nosso mediador exclusivo, assumindo o papel de sacrifício substituto pelos pecados de toda a humanidade. Essa verdade é expressa em 1Timóteo 2:5,6. Cristo Se colocou onde jamais poderíamos nos colocar e foi onde jamais poderíamos ter ido como o único mediador entre Deus, o Pai, e a humanidade corrompida. Tratamos esse

aspecto da mediação mais detalhadamente em *Salvação pela Graça*.

Porém, o ministério de Jesus na oração não significa que Ele vai até o Pai em nosso lugar porque não podemos nos aproximar do Pai por nós mesmos. Em vez disso, Jesus nos abriu caminho até o Pai de modo que podemos ir ao Pai com Ele.

Não vamos ao Pai *por nós mesmos*, mas o fazemos *com e por meio do Filho*. Vemos essa ideia de mediação em Hebreus 4:16. Isso significa que a oração não é algo que fazemos de nós mesmos, mas algo que fazemos por causa de Jesus – por meio Dele, Nele e com Ele – de modo que, no Espírito, seja estabelecida uma comunhão direta, cara a cara, com o Pai e possamos oferecer-Lhe pessoalmente nossa gratidão, louvor, intercessões e todas as demais formas de oração que consideramos em *Oração Eficaz*.

Esse tipo de mediação possui implicações pastorais óbvias para todos os líderes e ministros de igrejas. Se o Filho atua como mediador junto ao Pai para nos incluir em vez de nos excluir, para compartilhar o acesso em vez de negá-lo, precisamos garantir que todos os ministros e ministérios cristãos sigam o mesmo princípio.

Sabemos que Cristo indicou diferentes ministérios e ministros dentro de Sua igreja. O objetivo não é que eles se coloquem entre o povo e Deus, mas que auxiliem as pessoas a ir ao Pai por si mesmas. Por exemplo, quando uma pessoa necessitada nos procura para orarmos por ela, devemos garantir que busquemos a Cristo em oração *com ela* e não *no lugar dela*.

E, quando ministramos algo como cura, não devemos querer negociar com Deus em favor da pessoa. Antes, precisamos estimular a fé dela de modo que possa receber a cura como uma dádiva pessoal do Pai em vez de uma bênção indireta concedida por nossa intercessão. Grande parte da bajulação inadequada aos ministros fundamenta-se em uma compreensão equivocada do ministério de mediação de Cristo.

Precisamos garantir que expressões como “deixe-me orar por

“você” não signifiquem “deixe-me orar em seu lugar”. Não podemos dar a impressão de que estamos pensando, “Deixe-me ir aonde você não consegue, onde eu serei ouvido e você não”. Esse tipo de pensamento enfraquece a confiança da pessoa no Pai e transmite uma falsa impressão Dele e de Seu evangelho. Isso contraria o que Jesus fala em João 16:26.

Em vez disso, devemos usar palavras como, “deixe-me orar com você” e nos oferecer, de modo claro, a apoiar as pessoas na medida em que vamos juntos ao Pai por meio de Cristo. Esta é a visão bíblica de ministério *inclusivo* – e nos ajuda a reconhecer a relevância e a força de versículos como Mateus 18:20.

3. No Espírito

Vemos no volume *Oração Eficaz* que “a oração no Espírito”, descrita em Efésios 2:18 e 6:18, não é uma forma especial de oração – como em línguas – ou alguns períodos de oração especialmente intensos (embora estejam incluídos). Em vez disso, o termo “oração no Espírito” refere-se a toda oração verdadeira – por meio do Filho, ao Pai – que depende do Espírito para receber poder, capacitação e direção.

Oração no Espírito não é algo que podemos fazer por nós mesmos, utilizando nossa força, experiência e capacidade. Antes, é uma atividade humana habilitada, capacitada e dirigida pelo envolvimento na comunhão eterna entre as três pessoas da Trindade.

No Espírito, ainda somos totalmente nós mesmos. Oramos ao Pai usando os nossos pensamentos e termos humanos – conscientes de que Ele nos aceita e assegura. Contudo, ao orarmos, compartilhamos do relacionamento entre Pai, Espírito e Filho, de modo a não sermos deixados sozinhos procurando ganhar a atenção do Pai por meio dos próprios esforços humanos. Romanos 8:26,27 descreve como o Espírito nos auxilia. Consideramos esse assunto mais detalhadamente em *Conhecendo o Espírito e Oração Eficaz*.

A Oração do Senhor

Já comentamos a maneira radical que a Oração do Senhor aborda Deus como Pai, mas aqui precisamos considerar a oração de Jesus, em Lucas 11:2-4, um pouco mais detalhadamente.

Liturgia judaica

A oração de Jesus, em muitos aspectos, relaciona-se intimamente com as orações judaicas daqueles tempos. As duas primeiras estrofes são muito semelhantes à oração comum utilizada nas sinagogas, ao final da maioria dos sermões, pedindo a consagração do nome de Deus, bem como a vinda de Seu reino.

Ao construir a Sua oração sobre essa raiz litúrgica amplamente aceita, Jesus mostra que Ele não rejeita a adoração das pessoas ao Seu redor, mas, ao contrário, Ele a aceita, recebe, usa e renova.

Embora seja verdade que a identificação que Jesus faz de Deus como “Nosso Pai” transforma a maneira como seus discípulos abordam Deus, Seu uso da liturgia tradicional judaica enfatiza sua inclusividade e mostra que o Pai pode ser abordado litúrgica e espontaneamente.

Linguagem contemporânea

Nos dias de Jesus, a maioria das orações judaicas era expressa em hebraico, a linguagem especial santa da adoração formal. No entanto, em Suas orações Jesus usava o aramaico – a linguagem comum falada pelas pessoas comuns.

Naquela época, as pessoas acreditavam que Deus era muito especial para ser interpelado na “língua comum”. As orações de Jesus, porém, demonstram que o Pai está próximo demais para ser abordado em linguagem arcaica. Ele é o Deus vivo de nossos dias, e deve ser abordado na linguagem atual – mesmo se for utilizada uma estrutura litúrgica.

Ao lançar mão do aramaico, Jesus retirou a oração do mundo da linguagem sagrada colocando-a na vida cotidiana. Isso

possui implicações óbvias para aqueles cristãos que acreditam que “reverência” significa usarmos expressões arcaicas e em desuso sempre que nos aproximarmos do Pai em oração.

A oração dos discípulos

O Pai Nosso é uma oração específica aos seguidores de Jesus. Naquela época, diferentes grupos religiosos eram identificados mediante formas distintas de oração. E os discípulos desejavam que Jesus seguisse o exemplo de João Batista e lhes desse uma oração específica, que expressasse a essência da vida em comum que eles viviam. Vemos isso em Lucas 11:1.

Já sabemos que a distinção que os discípulos de Cristo tinham de aprender era que deviam chamar a Deus de “Pai Nosso” sempre que falassem com Ele em oração.

Nos dias de hoje, muitas pessoas pensam na Oração do Senhor como uma prece geral e “neutra”, que qualquer um pode usar. Na igreja primitiva, o pensamento era muito diferente, pois a Oração e a Ceia do Senhor constituíam os dois elementos centrais da adoração cristã daquela época. Eles eram reservados àqueles que eram totalmente comprometidos com Cristo, não sendo revelados aos que eram de fora da igreja. O direito de orar o Pai Nosso era reservado aos que estavam em Cristo – porque a igreja primitiva entendia que era uma oração que apenas os discípulos redimidos podiam orar, pois somente eles conheciam Deus como “Pai”.

Cada petição em Lucas 11 nos ensina algo importante sobre nossa abordagem a Deus em oração.

Santificado seja o teu nome

Agora deveríamos ser capazes de reconhecer a profundidade do significado dessa simples petição. A magnificente amplitude de significado do ensino do nome de Deus no Antigo Testamento é resumida na palavra “Pai” e devemos santificar cada aspecto do nome e da natureza de Deus, bem como glorificar a sua paternidade essencial.

A palavra grega *hagiazó* é traduzida como “santificar”, po-

rém se origina de *hagios* – santo – e literalmente significa “santificar” ou “separar”. Esse pedido meramente reafirma o que já conhecemos do Antigo Testamento, ou seja, que o nome de Deus é santo – e deve ser tratado como tal.

Essa “santificação” implica *guardar o nome de Deus* do abuso e da falsa impressão. Às vezes, isso significa lidar com a blasfêmia e linguagem imprópria. No geral, significa não utilizar o Seu nome para fazer falsas reivindicações.

Toda vez que alguém afirma “Deus me disse”, quando, na verdade, está apenas oferecendo a própria opinião humana ou fazendo uma observação banal, o nome de Deus é usado em vão porque Sua natureza onisciente é implicitamente difamada.

Mais positivamente, “santificação” implica *regozijar em o nome de Deus*. Isso significa mudar a nossa ênfase na oração para o louvor e ações de graça. Vemos isso nos parágrafos iniciais e finais das cartas de Paulo e ampliamos o tema em *Adoração em Espírito e em Verdade*.

A oração e adoração centradas no homem acabam, inevitavelmente, dominadas pela confissão, petição e intercessão – gira em torno de nossos pecados e necessidades. No entanto, a adoração com a “santificação do Pai” é caracterizada pelo louvor, adoração e gratidão. Santificamos o nome de Deus quando mudamos o nosso pedido de “Abençoe-me” para “Bendito seja o Pai” – porque o tornamos o foco central.

Venha o teu reino, seja feita a tua vontade

O louvor nos prepara para a frase seguinte, que nos impulsiona a buscar o governo do reino de Deus. Isso enfatiza que o processo espiritual é, de fato, “graça seguida de obediência”. O reino de Deus vem e então respondemos à Sua vontade pessoal com grata obediência.

Analisamos o reino de Deus em todo *O Governo de Deus* e vimos que o reino é ambos, “agora e ainda não”. Ele já veio em Cristo, e continua vindo em sinais e maravilhas como uma manifestação do rei, mas ainda está por vir em toda plenitude.

Já observamos que essa frase parece basear-se em uma

oração comum da sinagoga, mas Jesus declarar que o reino chegara teria capacitado aos discípulos orá-la com muito mais confiança do que seus contemporâneos judeus.

Nossa experiência de que o reino – o governo pessoal de Deus – continua vindo significa que podemos orá-la com a mesma confiança. E nossa consciência de que o reino virá em plenitude (quando e como Deus quiser) nos assegura que podemos orá-la com absoluta esperança.

O pão nosso de cada dia dá-nos hoje

Podemos dizer que a oração de Jesus começa focando a “perfeição” de Deus, a seguir concentra-se em Seu “poder”, depois em Sua “provisão” e, por fim, em Sua “proteção”.

Isso ilustra como a oração de Jesus está relacionada à compreensão do nome de Deus no Antigo Testamento. Na verdade, “Pai Nosso” é, Ele mesmo, “o Nome” – Ele é *El Qodesh, Javé Tsavaot, El Shadai, El Elyon*, bem como todos os demais nomes divinos que temos considerado.

Essa frase aborda a provisão de Deus, mas deveríamos observar a progressão – não é o primeiro pedido. Quando nos sentimos famintos pela santidade, justiça e reino de Deus *em primeiro lugar*, descobrimos que Ele acrescenta nossas necessidades a esses elementos. É por isso que o louvor e a gratidão que glorificam e honram o nome divino de Deus deveriam preceder a petição e a intercessão que lidam com as necessidades humanas.

O significado da frase “o pão nosso de cada dia” não é totalmente claro e pode significar:

- O alimento físico absolutamente necessário para aquele dia
- O alimento espiritual absolutamente necessário para aquele dia
- Alimento físico para o amanhã
- Alimento espiritual para o amanhã
- O alimento espiritual que necessitamos para o Grande Amanhã
- Todos os anteriores.

A verdade é que o Pai provê o que Seus filhos precisam para

satisfazer as necessidades de seus corpos e seus espíritos; e Sua provisão atual sempre é a “primeira parcela”, um “prenúncio” do que Ele proverá no último dia.

Vemos isso em João 6 quando Jesus sacia a fome imediata da multidão e ainda provê doze cestas de alimento para o dia seguinte, *bem como* oferece a Si mesmo como o pão que o Pai concede para satisfazer a nossa fome suprema.

Perdoa-nos as nossas dívidas assim como nós temos perdoado aos nossos devedores

Esta é outra frase importante que demonstra a verdade da ordem “graça seguida de obediência”. Devemos perdoar os outros como uma resposta de gratidão ao gracioso perdão de Deus, não como uma precondição para recebermos o Seu perdão!

Uma vez mais, precisamos observar a ordem na oração de Jesus. Não nos aproximamos do Pai carregados de culpa e implorando por Seu perdão de modo a podermos colocar os nossos pedidos diante Dele. Em vez disso, como Pedro em Lucas 5:8, vemos nossa necessidade de perdão e purificação *quando* louvamos o Pai, buscamos a graça de Seu reino e dependemos completamente de Sua provisão.

Ao usar essa ordem, Jesus ensina aos discípulos que não devem viver obcecados por seus pecados e indignidade, porém, antes, devem ter consciência deles e pedir ao Pai que lide com eles – sabendo que Sua graça nos garante que Ele o fará.

Não nos deixe cair em tentação, mas livra-nos do mal

A oração de Jesus termina com um pedido por santificação. Essa frase é para ser orada por aqueles que estão perseguindo o caminho rumo à santidade – à semelhança da família – mas estão descobrindo que o caminho está repleto de armadilhas e distrações.

O termo grego *peirasmos* é mais bem compreendido como “teste” em vez de “tentação”, e se refere àquelas tentações internas e provações externas que testam a nossa fé.

Devemos igualmente compreender que essa é uma oração

pela proteção e livramento ativos de Deus. A petição significa “Faça que não cedamos no teste” em vez de “Não nos deixe ceder no teste”.

Seria um Pai estranho, remetente de serpentes e a quem se teria de implorar para que parasse de fazer os filhos cair em tentação? Não, em vez disso, o próprio *Ei Elyon* é “Nosso Pai, nosso Redentor”. Ele irá (e também deseja) nos livrar de todas as serpentes do maligno.

Ele é o Pai gracioso de Lucas 11:13, que anseia dar o Espírito Santo – aquele que é onisciente de todas as nossas petições nas orações, o bem supremo, o ser, a presença e a pessoa do próprio Pai – a todos os que, com gratidão, pedem a Ele em oração.

Parte Nove

Nosso Pai

Nos três primeiros capítulos deste livro, procuramos desenvolver um quadro panorâmico do nome, da natureza e da paternidade do Deus trino, e buscamos ganhar uma visão geral da revelação bíblica sobre Deus. Aprendemos sobre *Javé Elohim*, o ser “um, porém mais que um”, Criador, Redentor e Pai de todas as coisas.

Nos três capítulos seguintes, centramos o foco na primeira pessoa de Deus, no Pai, e buscamos obter um retrato geral de como as Escrituras O revelam em seus relacionamentos eternos com a segunda e a terceira pessoas de Deus. Aprendemos sobre *Aba*, o Pai celestial de nosso Senhor Jesus Cristo.

Então, nos dois últimos capítulos, detivemo-nos em nosso relacionamento íntimo e pessoal com o Pai, e buscamos estabelecer o que isso significa em termos práticos, no cotidiano de nossas vidas. Aprendemos que somos chamados a responder à graça do Pai com a incessante “obediência proveniente do evangelho” e a oração inspirada pelo Espírito.

Por fim, neste último capítulo, precisamos considerar que Deus é essencialmente o “Nosso” Pai e não o “Meu” Pai.

O Pai, o Criador

Já observamos, na Parte Três, que o Novo Testamento apresenta três aspectos da paternidade de Deus. Ele é:

- O Pai redentor de todos os que creem
- O único Pai de Jesus
- O Pai universal de toda a humanidade

Já consideramos, com alguma profundidade, a verdade de que Deus é o Pai de todos os crentes e todos os discípulos. Ainda, vimos que esse aspecto da paternidade de Deus é o resultado de Sua atividade redentora.

Também reafirmamos a verdade de que Jesus é o “Filho Unigênito de Deus”; e percebemos que isso aponta implicitamente para a paternidade única de Deus em relação ao Seu único Filho, Jesus.

Contudo, até aqui, pouca atenção dedicamos à verdade de que Deus é o Pai de todas as pessoas e de todas as nações. Mateus 5:45 e Lucas 6:35 mostram que os atributos paternais de Deus são exibidos mesmo aos “ingratos e maus” e Jesus, ao longo de todo o Sermão do Monte, apresenta Deus como o Pai universal; mas Ele também define claramente a paternidade universal de Deus no contexto de Deus como Criador. Em especial, isso está bem claro em Mateus 5:43-48 e 6:25-34.

O Pai e Criador

Sabemos que o Deus que é Pai de Seus filhos também é o Criador de todo o universo, e podemos reconhecê-Lo genuinamente como “Nosso” Pai somente quando relacionamos Sua paternidade à Sua autoria criadora.

Como crentes redimidos, o nosso relacionamento pessoal do tipo “conhecer e ser conhecido” com o Pai – por meio do Filho e no Espírito – é definido dentro de um contexto mais amplo do propósito total de Deus para toda a criação. A menos que tenhamos alguma compreensão desse cenário universal, não reconheceremos integralmente o *que* e *por que* Deus deseja fazer por nosso intermédio e em nós.

Quando nos concentramos em Deus como Criador, reconhecemos instintivamente que Ele é a origem e a fonte de todas as coisas. E quando focamos Nele como Pai, compreendemos que seu propósito universal para todas as coisas é atrair tudo para a filiação.

Quando nos concentramos em Deus como Criador, olhamos para trás, para o princípio, e vemos o que Sua perfeita vontade

sempre foi para o mundo. Porém, quando focamos Nele como Pai, olhamos para o futuro, para o fim, e vemos o Seu propósito supremo para a criação.

Se usarmos outras palavras podemos dizer que quando pensamos em Deus como Criador, consideramos Sua responsabilidade pelo mundo inteiro; e que quando pensamos Nele como Pai, desfrutamos Sua relação redimida e reconciliada com Seus filhos. Claramente, precisamos manter as duas ideias em conjunto, todo o tempo.

Quando mantemos esses dois conceitos juntos, podemos ver que o Criador exerce a Sua divina responsabilidade almejando atrair todas as pessoas a um relacionamento familiar com o Filho (por meio do qual o Seu amor paternal é perfeitamente revelado), e enchê-las com o Espírito (em quem podemos nos relacionar com Ele como Pai e responder como Seus filhos).

Em Cristo, o Criador abriu para o mundo uma porta que dá acesso à casa de Deus. Porém, nem todos os homens e mulheres já entraram para a casa da família a fim de desfrutar o relacionamento legítimo com o Pai.

Tudo isso significa que sempre que usamos a expressão “Nosso” Pai, estamos reconhecendo implicitamente que a vontade e o propósito do Pai para toda a humanidade é que homens e mulheres vivam em atitude de gratidão e obediência como Seus filhos redimidos.

É fácil reconhecer a “nossa” paternidade de Deus na natureza essencialmente coletiva da Igreja, a qual enfatizamos no volume *Glória na Igreja*. O envolvimento na companhia mundial formada pelos crentes redimidos auxilia no processo de nos mover de “meu” Pai para “nosso” Pai. No entanto, precisamos reconhecer o propósito paternal de Deus para todo o mundo.

O mundo do Pai

Já comentamos que mantemos os nossos privilégios como filhos do Pai em garantia pelo restante do mundo. Ainda, reconhecemos a grande esperança do Novo Testamento de que, um dia, a plenitude de ambos, gentios e judeus, será levada a efeito na fa-

mília de Deus. Temos um vislumbre disso em Romanos 11:25-27; 1Coríntios 15:20-28; Apocalipse 4:11 e 5:9-13.

Ao refletirmos sobre a obra do Filho e do Espírito, é fácil focar quase que exclusivamente assuntos como conversão, renovação e vida comunitária da igreja. Contudo, precisamos reconhecer que o Pai, o Filho e o Espírito estão preocupados com cada aspecto da criação, com todo o universo em todas as suas realidades físicas e sociais.

João 3:16 declara que o Pai amou de tal maneira o mundo todo, o *cosmos* todo, que entregou o Seu Filho por ele. Isso sugere que talvez devêssemos pensar sobre a salvação em termos mais amplos do que normalmente o fazemos.

Nos tempos de Cristo, o mundo todo jazia no poder do maligno – e tal condição afetava cada dimensão da vida criada. E João 12:31 mostra que a vitória da ressurreição de Cristo foi sobre tudo o que se relaciona ao mundo. Seu juízo não foi apenas sobre o pecado individual, mas também sobre as estruturas sociais pecaminosas, governos pecaminosos e toda a ordem criada corrompida pelo pecado.

Jesus não salvou o mundo destruindo-o. Antes, o recriou, tornando possível ao mundo ter um relacionamento correto com o Pai. A ressurreição do corpo de Jesus não aboliu o reino físico. O Pai ressuscitou Jesus fisicamente, mas o Seu novo corpo cumpriu perfeitamente o propósito de Deus para toda a humanidade e passou para uma nova qualidade de vida e liberdade.

Isso mostra que o propósito de Deus na redenção, por meio de Cristo, defende o mundo, mas também fundamentalmente o realinha. Podemos ver isso em Efésios 1:10.

As primícias da nova criação

O texto de 1Coríntios 15:45 revela que o Cristo ressurreto, o humano supremo, é o destino desejado pelo Pai para toda a criação. Ele alcançou o propósito original e supremo de Deus para o qual todas as pessoas foram criadas; e existe em um perfeito relacionamento com o Seu Pai, com os Seus irmãos e irmãs, bem como com todas as estruturas e recursos existentes no mundo.

Quando a vida do Cristo ressurreto é refletida, pelo Espírito, na vida de Seu povo, a própria igreja torna-se o sinal, as “primícias”, a criação renovada e realinhada. Vemos isso em 2Coríntios 4:6 e analisamos com mais profundidade em *Glória na Igreja*.

Isso significa que, à medida que a igreja é renovada pelo Espírito à semelhança de Cristo, a vida da igreja torna-se cada vez mais importante ao mundo todo. Romanos 8:22,23 evidencia a relevância da igreja renovada para toda a criação – pois o mundo do Pai está gemendo e sofrendo em frustração até que os filhos de Deus comecem a vir por iniciativa própria.

A revelação profética da sabedoria de Deus

Efésios 3:10,11 declara que a intenção atual de Deus é que a igreja torne a Sua sabedoria conhecida entre os “principados e potestades” – em conformidade com o Seu propósito eterno que foi efetuado em Cristo.

A palavra grega *exousia* é, por vezes, traduzida como “potestades” e, em outras, como “autoridades”. A Bíblia ensina que estas *exousia*:

- Foram criadas por Deus – Colossenses 1:16
- Governam sobre homens e mulheres que jazem na desobediência – Efésios 2:2
- Mantêm as pessoas em servidão demoníaca – Colossenses 2:20 e Gálatas 4:3
- Buscam nos separar do amor de Deus – Romanos 8:38
- Crucificaram o Senhor da glória – 1Coríntios 2:6-8
- Foram vencidas na cruz – Colossenses 2:15.

Esses versículos sugerem que a frase de Paulo “principados e potestades” faz referência a autoridades demoníacas que influenciam, dominam e controlam todas as estruturas do mundo. Devemos observar, no entanto, que nem todo o uso do termo *exousia* no Novo Testamento refere-se a autoridades demoníacas. Romanos 13:1, por exemplo, claramente aponta para autoridades humanas em vez de quaisquer “poderes” por trás delas.

Muitos líderes de igreja acreditam que há uma ampla varie-

dade de poderes religiosos, intelectuais, morais e políticos no mundo. A igreja não deve permanecer escravizada por qualquer um desses poderes/estruturas/autoridades, porque Cristo já rompeu esse jugo. Em vez disso, a igreja deve revelar a sabedoria divina a eles, e lhes mostrar como podem ser renovados e realinhados pelo Espírito em diferentes estruturas da nova criação.

Isso quer dizer que a igreja – o povo do “Nosso” Pai – deve ser as primícias, uma amostra do tipo de humanidade da nova criação onde, por exemplo, diferenças de ordem racial, econômica, sexual e política foram extirpadas de seu meio. Esse papel profético da igreja é vital para o mundo todo. Alguns cristãos negligenciam tal função porque rejeitam o mundo e permitem que ele permaneça cativo às forças demoníacas da sociedade. Outros, ainda, nada fazem a respeito porque não compreendem o propósito e o coração do Pai com relação à Sua criação.

Nós, entretanto, devemos ser aqueles que defendem o mundo, que estão conscientes dos poderes do mal e que profeticamente revelam a múltipla sabedoria de Deus a toda a criação.

As igrejas e os cristãos referem-se a Deus como “Nosso” Pai, tanto por estarem fundamentados em seu relacionamento pessoal com o Pai, *como* também por estarem expressando, na prática, de uma forma que profeticamente desafia as estruturas opressivas da sociedade na qual estão inseridos.

Quando igrejas locais superam as diferenças sociológicas entre ricos e pobres, educados e incultos, velhos e jovens, negros e brancos, e assim por diante, elas se transformam em um sinal relevante da nova criação do Criador e da família do Pai para o mundo agonizante que as cerca.

Muitos cristãos pentecostais e carismáticos focam a dimensão pessoal dos seres demoníacos, concentrando-se na expulsão de espíritos de pessoas necessitadas. Devemos, contudo, estar igualmente preocupados com a dimensão sociológica da *exousia* demoníaca, com o nosso mundo sofredor, e clamar a Deus por Seus *graciosos* sinais, a fim de desarmar e subjugar a *exousia* – os poderes e potestades – também.

Apenas as primícias

Já vimos que o reino é “agora e ainda não”. A igreja possui apenas as primícias do reino, assim como somente as primícias do Espírito. Contudo, o fato é que possui as primícias, e podemos ser um sinal crível do reino para um mundo em gemidos que pertence ao Pai.

Por exemplo, as igrejas locais podem:

- Quebrar a tirania das tradições e normas religiosas, bem como descobrir formas de adoração agradáveis ao Espírito e culturalmente relevantes ao mundo
- Encorajar seus membros a serem sal e luz por Cristo, engajando-se ativamente em áreas culturais com as quais tenham afinidade, como música e arte, pensamento e filosofia, esporte e lazer, legislação, negócios, educação, política, e assim por diante
- Liderar seus membros a uma nova dinâmica de vida comunitária, mais efetiva e eloquente que as denúncias negativas sobre meios de vida contrários à Bíblia
- Realizar experimentos com formas comunitárias que atendam às necessidades dos solteiros, idosos e pessoas carentes
- Criar formas de viver que expressem solidariedade com irmãos e irmãs vivendo em nações mais pobres e em áreas de maior necessidade em nosso próprio país
- Praticar a comunhão financeira que trate profeticamente nossa sociedade dominada por Mamom
- Relacionar-se em humildade e serviço com outras igrejas locais de modo que propague a mensagem do evangelho da reconciliação e demonstre a unidade do corpo de Cristo.

A “obediência proveniente do evangelho” nos impulsiona à frente em nossa caminhada cristã, enquanto que as forças demoníacas e o modo de vida de nossa sociedade nos puxam para trás. Muitos cristãos sentem a falta de uma renovação pessoal, porém sentem-se menos seguros quanto à renovação do mundo e da sociedade do nosso Pai.

Muitos cristãos dão um passo à frente em obediência a algumas coisas, mas hesitam quando poderiam se tornar proféticos

num âmbito local e nacional – em vez de serem apenas individualmente proféticos. Às vezes até o maligno direciona o entusiasmo de uma igreja rumo à segurança relativa do evangelismo pessoal, porque deseja evitar que ela se torne uma comunidade verdadeiramente profética, que pregue e faça algo que importe ao mundo em derredor.

No entanto, não podemos esquecer de que tanto o evangelismo quanto a renovação cultural constituem tarefas divinamente ordenadas. Há uma comissão cultural inerente à Grande Comissão para desafiar e redimir toda a cultura. Isso resume a tarefa para a qual fomos originalmente criados, para viver em relação harmoniosa com o mundo natural – utilizando os seus recursos, porém sem desperdiçá-los – e desenvolver o mundo social de acordo com a Ordem da Criação.

Ao nos aproximarmos do final deste livro, devemos decidir se iremos nos mover do “Meu” Pai para “Nosso” Pai, se iremos avançar em “obediência proveniente do evangelho” ao Pai, que deseja nos tornar um sinal profético do poder renovador e realinhador do Filho diante de um mundo agonizante.

O Pai do mundo

Eféios 3:14,15 revela o Pai como o Senhor de toda a criação. Somos chamados a dobrar os nossos joelhos diante do Pai, de quem toda a família nos céus e na terra recebe o nome.

A palavra grega *patria*, traduzida como “família”, possui um significado muito mais amplo do que a nossa compreensão moderna de família nuclear. Pode significar “tribo”, “família”, “nação” e “raça” e se refere às estruturas reais de relacionamento de nossa existência criada na imagem coletiva de Deus do “mais que um”.

Isso significa que cada aspecto da sociedade possui sentido real e importância apenas em relação a Deus, o Pai. Cada estrutura da sociedade – indivíduo, casamento, família, tribo, nação, e assim por diante – foi criada pelo Pai, e o que realmente devem ser é revelado apenas quando vivemos em nossos casamentos, lares, escolas, fábricas, igrejas, clubes, grupos étnicos,

nações, mundo, e assim por diante, em confiança e “obediência proveniente do evangelho” ao Pai.

Certamente é significativo que essa declaração, em Efésios 3:14, sobre o relacionamento da sociedade com o Pai, seja a introdução a uma oração por renovação e reavivamento espiritual. É como se Paulo nos lembrasse de sermos fortalecidos com o poder do Espírito no contexto do mundo – de modo a compreendermos cada dimensão do amor de Deus pela nossa sociedade.

Isso significa que a vontade do Pai em Cristo se estende à renovação e ao realinhamento de tudo o que Ele criou, para a transformação da criação para que seja o lar de uma humanidade transformada, para o resgate das estruturas de vida criadas das mãos dos poderes demoníacos que as controlam.

Assim como a queda dos primeiros humanos significou a escravidão e a frustração de toda a criação, igualmente a revelação do homem supremo representa a libertação de toda a criação – em todas as formas de sua vida.

Simplificando, é a boa vontade do Pai que as igrejas locais, com todas as diferentes “estruturas e formas” de Se relacionar com Ele, ao refletirem o Seu amor no Espírito, sejam o sinal profético que confronte e desafie sua parte do mundo do Pai e atraia as pessoas ao “Nosso Pai” e ao seio de Sua gloriosa família.